

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



**TERRITÓRIOS DO CHARQUE EM JAGUARÃO, RS: PATRIMÔNIO,
MEMÓRIA E DIÁSPORA AFRICANA NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO
BRASIL**

ANDRÉA DA GAMA LIMA

Pelotas, 2020

Andréa da Gama Lima

**TERRITÓRIOS DO CHARQUE EM JAGUARÃO, RS: PATRIMÔNIO,
MEMÓRIA E DIÁSPORA AFRICANA NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732t Lima, Andréa da Gama

Territórios do charque em Jaguarão, RS : patrimônio, memória e diáspora africana na fronteira meridional do Brasil / Andréa da Gama Lima ; Lúcio Menezes Ferreira, orientador. — Pelotas, 2021.

196 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Charqueadas de Jaguarão. 2. Diáspora africana. 3. Patrimônio cultural. I. Ferreira, Lúcio Menezes, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Orientador)

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof^a Dra. Rosemar Lemos

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof^a. Dra. Rita Juliana Poloni

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação e, especialmente, aos que atuam em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Em tempos em que o neoliberalismo avança e ataca o sistema educacional, a tecnologia e as ciências, sobretudo as ciências humanas, lutar pela educação é defender um direito social básico. Obrigada aos que estão nas trincheiras, posicionados firmemente contra o desmonte das escolas e Universidades, em defesa da autonomia, na luta pela valorização e dignidade dos docentes e para que os filhos e filhas dos trabalhadores possam ter acesso a uma educação digna.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e aos que aceitaram avaliar este trabalho, pela leitura, questionamentos e contribuições. À professora Rita Juliana Poloni e ao professor Caiuá Al-Alam, que participaram já na etapa da qualificação, e à professora Rosemar Lemos e ao professor Diego Ribeiro pela pronta disposição em fazerem parte da banca de defesa final. Agradeço com muito afeto as sugestões, as reflexões provocadas e a generosidade de vocês, que fez com que este momento de defesa, que poderia ser tenso, ficasse registrado em minha memória como uma tarde de excelentes diálogos, que também darão o tom para as próximas abordagens e possíveis desdobramentos desta pesquisa.

Agradeço muito especialmente ao professor Lúcio Menezes Ferreira pela orientação da tese. Agradeço pelas discussões em sala de aula, pelas reflexões, leitura atenciosa do texto e sugestões de bibliografia. Se não pude incorporar todas as contribuições a este trabalho, estas serão, seguramente, basilares para trabalhos futuros.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, à secretária do PPGMP, Gisele Quevedo, pela atenção e gentileza de sempre, por todos os encaminhamentos

para a banca, e ao público que acompanhou a defesa, em um ambiente virtual. Saber que colegas e amigos/as estavam presentes, apesar da distância física, fez com que me sentisse abraçada, nesta época tão dura de pandemia, marcada pelo distanciamento social.

Agradeço aos amigos e amigas que sempre apoiaram esta caminhada, aos colegas professores da rede pública municipal de Jaguarão e aos meus alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Estar em contato direto com crianças e jovens, através do trabalho, é uma oportunidade única e desafiadora, com muitos aprendizados diários.

Não poderia deixar de citar a importância de toda a comunidade do Clube Social 24 de Agosto nesta trajetória. Foi neste espaço que tive as maiores aulas sobre patrimônio cultural e compreendi, de forma muito significativa, o papel protagonista das comunidades em defesa de seus territórios.

No clube 24 se articulam diferentes grupos e os debates realizados neste espaço, ao longo de anos, foram fundamentais para minha formação. Ao agradecer ao presidente, o senhor Neir Madruga Crespo, estendo o agradecimento a toda a família do 24.

Agradeço, ainda, as companheiras do coletivo Mulheres de Fronteira, pelo incentivo de sempre e por compreenderem o meu afastamento, para fins de pesquisa e escrita deste trabalho.

Sou muito grata ao pesquisador Matheus Bom, que gentilmente digitalizou no Arquivo Público, em Porto Alegre, os inventários que utilizei nesta pesquisa e à Nilza Cardoso, do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, por me receber com solicitude a atenção.

Obrigada aos pescadores Santiago Rodrigues e Rosangela Dias pelas nossas idas e vindas de barco às charqueadas de Jaguarão e ao amigo Hélio

Ramirez pela parceria em alguns destes percursos. Com certeza faremos outros trajetos ainda, agradeço profundamente por partilharem comigo os conhecimentos sobre a região. Nasci e cresci nesta fronteira, onde ainda vivo, mas o sentimento é o de sempre ter coisas novas para conhecer.

Não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas, amigas e familiares, que me auxiliaram, formando uma rede de apoio para que pudesse conciliar maternidade, trabalho e pesquisa. Agradeço com muito carinho ao meu pai, Antônio Carlos, e a minha mãe, Airete, pelo amor e apoio de sempre, e à minha irmã, Lorena e ao meu cunhado, Felipe, por estarem sempre por perto.

Por fim, agradeço com amor aos meus filhos Luan, Maria Luiza, Isabela e Ravi. Vocês enchem de amor e afeto os meus dias. A nossa casa e a nossa vida irradiam a alegria de vocês. Diversas vezes estive cansada, diante dos livros e do computador, e vocês chegaram, pediram colo, deram beijos e abraços, como o combustível necessário para seguir em frente.

Parte deste trabalho foi escrita durante a pandemia da COVID 19 e, portanto, não poderia deixar de prestar solidariedade para com as famílias que perderam entes queridos e desejar que tenhamos força para superar o Coronavírus, mas, também, o desmonte das políticas públicas que estamos vivendo no Brasil. Que tenhamos força e esperança para resistir!

RESUMO:

Essa tese analisa as charqueadas da cidade de Jaguarão, situadas ao sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. As charqueadas, nesse território, localizaram-se, desde o início do século XIX, às margens do rio Jaguarão, ou no curso de seus afluentes. Posicionadas estrategicamente em uma área de fronteira com o Uruguai, caracterizaram-se pelo contrabando de gado e pelo largo fluxo de mercadorias. Foram marcadas, também, pela grande presença de africanos e afrodescendentes, uma vez que os processos de manufatura da carne contaram com a mão de obra de escravizados e escravizadas. Na margem esquerda do rio Jaguarão, onde se concentrou o núcleo saladeiril desta fronteira, há várias ruínas e estruturas destes estabelecimentos. Nesta pesquisa, procuramos dar visibilidade a estes territórios, alertando para o seu potencial para as investigações sobre patrimônio cultural e diáspora africana.

PALAVRAS-CHAVE: Charqueadas de Jaguarão. Diáspora Africana. Patrimônio cultural.

ABSTRACT:

This Phd's dissertation analyzes the beef jerky plantations from Jaguarão, a city located at the South region of Rio Grande do Sul, Brazil, in the frontier with Uruguay. From the beginning of nineteenth century, Jaguarão beef jerky plantations were located in the shores of Jaguarão river and its afluent. Therefore, they were located strategically in the Uruguay borders, allowing the cattle traffic and the flows of commodities. They were marked also by a large African and Afro-descendent population who were enslaved in that places to produce the beef jerky. On the left shore of Jaguarão river there are currently a lot of beef jerky plantations ruins and structures. This research aims to shed some light in these plantations, calling attention to their potencial for future researches about local cultural heritage and African diaspora process.

Key words: Jaguarão beef jerky plantations. African Diaspora. Cultural Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Jaguarão.....	17
Figura 2 – Passagem de gado do Uruguai à Vila do Espírito Santo do Serrito.....	74
Figura 3 – Francisco José Gonçalves da Silva, estancieiro, charqueador e escravista em Jaguarão.....	80
Figura 4 – Mapa de Jaguarão, com os terrenos de Francisco da Silva e as novas propriedades.....	82
Figura 5 – Matadouro Municipal.....	96
Figura 6. Lagoa Mirim e localização dos rios Cebollati, Tacuari, Jaguarão e Canal São Gonçalo.....	98
Figura 7 – Construção da Chaminé da Charqueada União.....	123
Figura 8 – Charqueada de Zeferino Lopes de Moura.....	127
Figura 9– Trabalhadores da Charqueada de Zeferino Lopes de Moura. Varais de Secagem.....	128
Figura 10 – Trabalhadores do Charque em Jaguarão.....	129
Figura 11 – Trabalhador doméstico	130
Figura 12 – Margem esquerda do rio Jaguarão	131
Figura 13 – Trecho da Hidrovia do MERCOSUL.....	137
Figura 14 – Imagem satélite. Corredor das Tropas e Estada das Charqueadas.....	142
Figura 15 – Localização da Praça das Feiras/Tablada.....	143
Figura 16 – Rio Jaguarão.....	143

Figuras 17 – Localização da área de concentração das ruínas remanescentes do sítio charqueador.....	144
Figura 18 – Estruturas da área de produção da Charqueada União.....	145
Figura 19 e 20 – Chaminé na paisagem ribeirinha do rio Jaguarão.....	146
Figura 21 e 22 – Estrutura da Charqueada na margem do rio.....	147
Figuras 23, 24 e 25 – Detalhes da Caixa D'água e da chaminé.....	148
Figura 26 – Ruínas materializadas na paisagem.....	149
Figuras 27 – Estruturas em ruínas às margens do rio Jaguarão.....	150
Figura 28 – Estruturas em ruínas às margens do rio Jaguarão.....	150
Figura 29– Avançada degradação dos prédios.....	151
Figuras 30– Estruturas no solo, área ribeirinha.....	151
Figuras 31 – Imagem de 1912.....	154
Figura 32 – Sede da Charqueada em 1988.....	154
Figuras 33– Sede da Charqueada em 2016.....	155
Figura 34 – Sede em ruínas.....	155
Figura 35 – Vista lateral da charqueada.....	156
Figura 36 e 37 – Fachada em ruínas e detalhe da construção.....	157
Figura 38 – Matadouro, estrutura em ruínas aos fundos da edificação oitocentista.....	158
Figuras 39 – Estruturas do Terreno. Vista Lateral.....	158
Figura 40 – Depósito da Beira do Rio. Chaminé	159
Figura 41 – Depósito e canaleta.....	159
Figura 42 – Chaminé.....	160

Figura 43– Área verde do entorno.....	161
Figura 44 – Margens do rio Jaguarão.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mão de obra escravizada nas unidades produtivas de Jaguarão.....	72
Tabela 2 – Estrutura da posse de escravizados na área rural.....	73
Tabela 3 – Composição populacional/Relação nominal de Jaguarão,1833.....	85
Tabela 4 – Escravizados e escravizadas da Charqueada de Liberato Firmino de Almeida.....	87
Tabela 5 – Escravizados/as registrados no inventário de Febronia Jerônima de Almeida.....	90
Tabela 6 – Mapa demonstrativo das Charqueadas em Jaguarão.....	95
Tabela 7– Trabalhadores escravizados penhorados em 1865 em Santa Izabel.....	101
Tabela 8 – Trabalhadores escravizados penhorados no ano de 1868.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 CAPÍTULO 1 – O SURGIMENTO E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA.....	 22
1.1 As primeiras abordagens.....	22
1.2 Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e Caribe.....	26
1.3 Arqueologia da Diáspora Africana na América do Sul.....	31
1.4 Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil.....	41
 CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO SÍTIO CHARQUEADOR DE JAGUARÃO.....	 54
2.1 A escravização na fronteira meridional: os estudos sobre Jaguarão.....	54
2.2 A importância do charque na economia gaúcha, século XIX.....	61
2.2.1 Breve panorama dos estudos.....	61
2.2.2 A formação dos núcleos saladeiris da fronteira meridional.....	62
2.3 A escravização em Jaguarão.....	67
2.3.1 A formação da Guarda e da Freguesia do Espírito Santo do Serrito.....	67

2.4 As Charqueadas da fronteira sulina: os registros de estabelecimentos saladeiris na Freguesia, Vila do Serrito e cidade de Jaguarão.....	75
---	----

2.4.1 Estratégias de poder: as tentativas de controle de escravizados por meio do Código de Posturas da Municipalidade.....	109
---	-----

2.5 O declínio dos estabelecimentos saladeiris.....	114
---	-----

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS DO CHARQUE: AS ESTRUTURAS REMANESCENTES DOS ESTABELECIMENTOS SALADEIRIS ÀS MARGENS DO RIO JAGUARÃO.....	134
--	-----

3.1. O núcleo saladeiril da fronteira sulina.....	134
---	-----

3.2. As abordagens sobre os Territórios negros de Jaguarão.....	138
---	-----

3.3 As estruturas remanescentes do núcleo charqueador.....	141
--	-----

3.4 Territórios Negros e Patrimônio Cultural.....	164
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	179
------------------	-----

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação do Professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira, analisa a formação das charqueadas da cidade de Jaguarão, situada a 380 km de Porto Alegre, ao sul do estado gaúcho, na fronteira com o Uruguai. Trata-se de um território localizado às margens do rio Jaguarão e no curso de seus afluentes, e ocupado pelos antigos estabelecimentos de salga da carne já em princípios do século XIX. A paisagem local é marcada por construções remanescentes que se encontram atualmente em estado de ruínas, com escassas investigações acadêmicas e distanciadas da esfera das políticas de preservação e legislação de proteção ao patrimônio cultural.

Ao longo do século XIX este espaço foi marcado pela movimentação de escravizados e escravizadas e pela intensa produção e circulação do charque e de seus derivados. Posicionadas estrategicamente, em estreito contato com a República Oriental do Uruguai, essas charqueadas caracterizaram-se pelo contrabando de gado, pelo alto fluxo de mercadorias e pela importação e exportação de produtos.

Na margem esquerda do rio Jaguarão, na faixa delimitada por esta investigação, onde se concentrou o maior número de charqueadas, saltam à vista as ruínas de algumas das estruturas destes antigos estabelecimentos saladeiris. Neste mesmo local, já em meados do século XX, foi construído um frigorífico, anexo às edificações oitocentistas, onde trabalharam centenas de funcionários. Com o declínio deste empreendimento, o espaço foi abandonado, permanecendo no local todo seu maquinário, instalações de trabalho e também as estruturas que restaram das antigas unidades charqueadoras.

O lugar ainda é rememorado por seus trabalhadores, que atuaram no local nas décadas de 1960 e 1970. Eles contam sobre seus ofícios e como funcionavam os equipamentos e espaços, atualmente em desuso e, repetidamente, seus relatos dão ideia da atmosfera gerada pelo abate e processamento do gado, tão corriqueiro no lugar.

Foi a partir de uma visita ao frigorífico desativado, realizada no ano de 2010, que surgiu a vontade de pesquisar as charqueadas de Jaguarão. Tive a oportunidade de visitar o espaço com um grupo de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Pampa, do campus Jaguarão, junto à família de uma amiga, a Taiane Alanis Born, cujo pai, Elizardo Martins Born, conhecido como “Seu Lalo”, um antigo trabalhador do local, foi o nosso guia. Sensibilizada pela visita ao local, comecei a pensar na necessidade de um projeto de pesquisa que contemplasse a memória dos trabalhadores do frigorífico e que tratasse, ainda, do processo histórico de formação do núcleo charqueador desta fronteira, com vistas a dar início a um debate patrimonial e à necessidade de proteção das ruínas remanescentes. Era necessário valorizar as narrativas e abordar, por outro lado, os vestígios materiais presentes no espaço, que resistiram à ação do tempo e, para além das lidas da produção frigorífica mais recente, reportam ao período em que o charque foi o produto central da economia do Rio Grande do Sul.

Embora ciente de que o registro da oralidade e as possibilidades de abordagem das memórias destes trabalhadores e trabalhadoras apresentem um grande potencial para pesquisas, precisei fazer escolhas. Tendo em vista o tempo necessário para ampliar relações, realizar entrevistas, gravar, compilar e transcrever as narrativas, percebi que não teria condições de realizar um estudo com esta abrangência, ao menos naquele momento, por conta da impossibilidade de me afastar do trabalho para dedicação exclusiva à pesquisa.

Algum tempo depois, entre os anos de 2011 e 2012, no Clube Social 24 de Agosto, enquanto gestora na Secretaria de Cultura e Turismo de Jaguarão e parceira da luta pela patrimonialização deste clube negro, começamos a pensar e debater, em uma esfera mais ampla, os territórios negros de Jaguarão. As charqueadas foram lugares citados como espaços em que africanos e afrodescendentes trabalharam em peso, desde os primeiros estabelecimentos até o início da industrialização.

Nesta fronteira marcada pela presença de africanos/as, com imensa utilização do trabalho escravizado, conectada aos portos do Atlântico, procurei pesquisar o núcleo charqueador da cidade e o cotidiano de trabalho em que carneadores, graxeiros, sebeiros e serventes, entre outros trabalhadores e trabalhadoras, tiveram papel central.

Nesta direção, elaborei um projeto de pesquisa com vistas a colocar em evidência os territórios e paisagens das antigas charqueadas de Jaguarão e os espaços demarcados pela produção escravista da carne e de seus subprodutos, trazendo à tona não somente os processos de trabalho da salga da carne, demarcados pela escravização, mas também espaços e geografias socialmente construídos e que foram ocupados, em grande parte, por africanos e seus descendentes, ainda invisibilizados pelas narrativas oficiais em Jaguarão.



Figura 1. Mapa do Rio Grande do Sul. Localização de Jaguarão. Fonte: IPHAN, 2010.

A Vila de Jaguarão, situada na fronteira meridional do Império, como marco da expansão portuguesa em terras disputadas com a Coroa Espanhola, desde o princípio de sua formação manteve intensa relação com outros centros escravistas provinciais como Pelotas e Rio Grande e, pela via de acesso da

Lagoa Mirim, integrou-se às rotas do Atlântico negro, apresentando expressivos índices de população escravizada (BERUTE, 2006; CARATTI, 2013; LIMA, 2006).

A ocupação local e os primeiros acampamentos militares estabelecidos na região remontam ao ano de 1802. Entre os anos de 1814 e 1822, foram distribuídos diversos terrenos na então Freguesia do Divino Espírito Santo de Jaguarão, com o objetivo de povoar a região. Neste período são erigidas as primeiras charqueadas na região (CARATTI, 2013; FRANCO, 1980).

No ano de 1833, o primeiro levantamento populacional da localidade, intitulado “Mapa Geral”, realizado pela recém instalada Câmara Municipal, revelou um alto contingente de escravizados. Dos 5.457 habitantes, 2.601 eram negros e destes apenas 70 indivíduos eram livres. Em termos de população masculina, os negros chegavam a superar os brancos (FRANCO, 1980; MOREIRA, 2009).

O número de escravizados, expressivo no período preliminar da Vila Municipal, continuou marcadamente acentuado ao longo da formação da cidade. Em 1859, o índice de 5.056 cativos era inferior, no contexto rio-grandense, somente ao de Porto Alegre, com 8.417 escravos. Ressalte-se a superioridade com relação aos índices de Pelotas, importante polo escravista, com 4.788 cativos, e aos de Rio Grande, movimentada zona portuária, que contava com 4.369 escravos (DARONCO, 2009, p. 275).

A significativa presença de elementos do sexo masculino entre os escravos indica que estes se ocupavam de trabalhos nas charqueadas, estâncias e na pecuária, considerando-se que em Jaguarão existiam muitas fazendas de criação de gado e unidades saladeiris, relacionadas diretamente com o acúmulo de capital e o ápice do desenvolvimento do núcleo urbano da cidade.

No ano de 1854, funcionavam no município 9 charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte. Esta diminuição não se refletiu, entretanto, no número das reses mortas nestes estabelecimentos, que passou de 35.163 para 41.697, um aumento de 15,67% (MOREIRA, 2009, p.06).

Esta pesquisa objetiva analisar, portanto, a formação e o funcionamento do sítio charqueador da cidade, localizado às margens do rio Jaguarão,

observando as estruturas remanescentes no local e a dinâmica de trabalho nestes estabelecimentos. Os principais questionamentos norteadores da investigação são: como se deu o processo de formação e ocupação das charqueadas da cidade de Jaguarão? Qual a funcionalidade de suas estruturas de trabalho e como se dava a dinâmica de produção nestas indústrias saladeiras? Quais são os índices e perfis dos trabalhadores que atuaram nestas unidades escravistas? Qual a dimensão da produção charqueadora da região e as causas do seu declínio? A investigação visa, por fim, sinalizar para a necessidade de políticas e instrumentos que possibilitem a proteção dos territórios do charque na cidade de Jaguarão, considerando atualmente o seu total desamparo pelos órgãos de preservação.

Embora a cidade possua o seu *Conjunto Histórico e Paisagístico*, onde despontam cerca de 650 edificações, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), protegido por legislação patrimonial federal, pouco ainda se conhece de seu patrimônio rural e, em especial, do patrimônio do ciclo de produção do charque, diretamente relacionado com a formação do casario de fins do século XIX e princípios do século XX.

O estudo se insere, logo, na linha intitulada “Políticas de memória e patrimônio no MERCOSUL”, que destaca o histórico das políticas públicas do patrimônio tanto no Brasil quanto na região do MERCOSUL, problematizando contextos e situações que estabeleçam relações com a contemporaneidade. Relaciona-se diretamente com as pesquisas do projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Diáspora Africana na região Meridional do Rio Grande do Sul (1780 – 1888)*, do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material, o LEICMA, do Instituto de Ciências Humanas, também desta Universidade. Em atividade desde o ano de 2010, sob coordenação do professor Lúcio Menezes Ferreira, O Pampa Negro, em sua fase inicial, reuniu importantes dados sobre as estâncias e charqueadas de Pelotas e, especificamente, sobre a população escravizada destes estabelecimentos, tais como: origem e demografia dos escravizados, dieta alimentar, modos de produção, procedências e variedades de sua cultura material, profissões e ocupações dos escravizados, bem como sobre os perfis de seus proprietários (ROSA, 2012, p.15). Os estudos e investigações relacionados ao Pampa Negro também possibilitaram mapeamentos, prospecções e escavações em charqueadas da região,

analisando-as em suas inserções na paisagem e investigando a sua cultura material, especialmente aquela relacionada à população escravizada.

No que tange a estrutura, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro deles com o embasamento e referencial bibliográfico da Arqueologia da Diáspora Africana, revisando-se seus aportes e os principais estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, na região do Caribe e em alguns sítios da América do Sul. Ainda neste capítulo abordar-se-ão as pesquisas desenvolvidas no Brasil, especialmente nos últimos vinte anos, nos quais se ampliou o campo arqueológico para a investigação em sítios da diáspora africana, onde as abordagens voltaram-se ao estudo de portos de embarque e desembarque de escravos, fazendas, senzalas, quilombos e, mais recentemente, os territórios do charque no sul do Brasil.

No segundo capítulo, além de compulsar os trabalhos já existentes relacionados à produção de charque no Rio Grande do Sul e revisar as principais pesquisas voltadas ao estudo da escravização em Jaguarão, discorrerei sobre os dados coletados em fontes disponíveis, como os relatórios da Câmara de Vereadores de Jaguarão, jornais oitocentistas, fotografias, inventários de charqueadores e charqueadoras e um livro de penhora de escravizados localizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. A sistematização dos estudos que compulsaram inventários *post mortem* em salvaguarda no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e identificaram charqueadas em Jaguarão, aliada aos dados coletados por esta pesquisa, permitirão que se observe a formação de um conjunto de estabelecimentos de salga da carne em Jaguarão, em um espaço configurado pela presença de charqueadores, seus familiares, escravizados e escravizadas, libertos e libertas e agregados nestas paragens.

Este espaço, dotado de dinamicidade e múltiplos significados, variando conforme as perspectivas dos sujeitos envolvidos, será mapeado, de modo a sinalizar os lugares onde ainda existem resquícios materiais dos antigos estabelecimentos saladeiros, relevantes para os estudos da paisagem cultural do charque, mas também da cultura material dos grupos escravizados.

Por fim, no terceiro capítulo, travamos um debate a partir de perspectivas críticas do campo do patrimônio cultural: na contemporaneidade, em muitos locais, as políticas de preservação atuam, ainda, para o

embranquecimento da história. O patrimônio cultural do povo negro, as paisagens culturais e os territórios demarcados pela significativa presença de africanos e afrodescendentes em sua formação são, em grande parte, alijados da proteção do Estado.

Mesmo deslocada às margens das narrativas da história e das políticas patrimoniais empreendidas em âmbito oficial, a população negra vem atuando na defesa de seus territórios com protagonismo, de modo a visibilizar os lugares demarcados pelas experiências da comunidade africana e afrodescendente nas redes da diáspora negra. Assim, tratamos os territórios do charque de modo a relacioná-los aos debates sobre os territórios negros de Jaguarão.

CAPÍTULO 1 – O SURGIMENTO E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA

1.1 As primeiras abordagens

A Arqueologia da diáspora africana vem à tona como uma linha de pesquisa da Arqueologia Histórica, voltada ao estudo da cultura material de africanos e afro-americanos, bem como de seus espaços de habitação e trabalho, sob o sistema escravista que, somente no Brasil, perdurou por mais de trezentos anos. Segundo Symanski, a primeira pesquisa sobre um sítio afro-americano se deu em princípios da década de 1940, no quintal de uma habitação em Andover, Massachussets, onde teria vivido entre 1815 e 1845 uma liberta, Lucy Foster. De acordo com o autor, este trabalho teve apenas um caráter descritivo, que se propôs a estabelecer relações entre a documentação disponível e os vestígios materiais exumados no sítio, com a finalidade de verificar se estes últimos coincidiriam com o período de ocupação documentado (SYMANSKI, 2014).

Symanski aponta, ainda, que na publicação “Black Lucy’s Garden”, fruto deste trabalho, de 1944, não houve o interesse em correlacionar o material a comportamentos e práticas dos ocupantes do sítio, sendo apenas notificado, ao final do mesmo, que a história do sítio consistia “na biografia de Lucy Foster, uma negra, fazendo-se necessário fornecer algumas informações sobre a sua trajetória de vida” (SYMANSKI, 2014, p. 160).

Desde seu surgimento na década de 1930, a Arqueologia Histórica estaria atrelada, nos Estados Unidos, à promoção da ideologia nacional americana, com seus principais estudos voltados à pesquisa de sítios que enalteciam brancos, ricos e ilustres, como as grandes propriedades das *plantations* do Sul e as treze colônias do Norte (SPEIGHT, 2002, ORSER, 1998). Já nos anos de 1960, no contexto das conhecidas lutas por igualdade racial e de cidadania, os movimentos civis afro-americanos questionaram, entre outras pautas, a falta de representatividade na História Nacional Americana. Assim, segundo Singleton e Orser, a emergência da Arqueologia da diáspora

africana foi impulsionada por fatores sociais, políticos e intelectuais que eclodiram no período, como o ativismo negro, a criação de uma legislação patrimonial, uma maior abertura para a participação comunitária e os estudos sobre etnicidade e história social (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998).

Blakey afirma que a pesquisa afro-americana foi quase sempre crítica, na medida em que partia da observação de que o racismo havia distorcido o registro histórico que reforçava o senso de direito dos brancos e incutia um sentimento de inferioridade nos negros (BLAKEY, 2001, p. 390). Durante o final das décadas de 1960 e 1970, dezenas de programas e departamentos de estudos afro-americanos surgiram em faculdades e universidades dos Estados Unidos, à medida que estudantes e professores negros ocupavam fisicamente os prédios do campus. O autor aponta, ainda, que grande parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema estava engajada a estes movimentos sociais (BLAKEY, 2001).

A partir da década de 1960, portanto, as investigações passaram a reconhecer a diversidade das plantations, considerando em suas análises os demais grupos que viviam nesses estabelecimentos, buscando compreender as dinâmicas sociais e culturais da vida cotidiana. O ano de 1966 foi marcado pela criação da Lei de Preservação Histórica Nacional (*National Historic Preservation Act*), que legalizou a preservação do patrimônio histórico nos EUA e, assim, espraíram-se as empresas de consultoria na gestão dos recursos culturais e ampliou-se o financiamento e o leque de pesquisas, entre estas as desenvolvidas em sítios afro-americanos (FERREIRA, 2009).

Nos anos de 1960 e 1970, ampliaram-se, por meio das análises da cultura material, os estudos de grupos até então excluídos das narrativas oficiais. De forma sistemática, no início da década de 1970, o arqueólogo Charles Fairbanks e sua equipe escavaram áreas de habitações de escravizados na Flórida e na Geórgia. Embasados nos aportes teóricos vigentes no período, Fairbanks e seu grupo estavam em busca de “africanismos”, que estariam representados na cultura material e senzalas (SYMANSKI, 2014).

Destarte, algumas pesquisas voltaram-se à análise das condições de vida destes grupos nas *plantations*. Enfocaram, muitas vezes, as relações de dominação e poder e a repressão protagonizada pelos escravizadores.

Ignoraram, contudo, as estratégias de resistência, as negociações e a reapropriação da cultura material euro-americana, com base nos seus próprios referenciais culturais, que pode ter sido experienciada pelos trabalhadores escravizados.

A influência da chamada *Nova Arqueologia* em tais estudos, ainda nos idos da década de 1970, fez com que fossem observados nos sítios aspectos que permitissem a análise do comportamento humano e os processos culturais, o que envolveria o reconhecimento de padrões arqueológicos a partir de métodos quantitativos. Em consequência, as pesquisas arqueológicas em contextos afro-americanos começaram a buscar padrões típicos dessas populações (SYMANSKI, 2014).

Foram retomadas no período, por Vernon Baker, as análises do quintal de Lucy Foster, já citado, de forma a compará-las com os registros de outros sítios afro-americanos, apontando-se comportamentos comuns de seus habitantes. John Solomon Otto investigou a plantation Cannon's Point, observando questões como habitações e hábitos alimentares, de forma a comparar os grupos sociais de escravos, senhores e capatazes. Sue Moore, também com base na investigação de perfis e status socioeconômico, comparou amostras de três plantations da costa sudeste cujos proprietários apresentavam níveis de renda que variavam entre baixo, médio e alto (SYMANSKI, 2014).

Reportando-se aos trabalhos desenvolvidos no período, Symanski afirma ser inegável que a abordagem de reconhecimento de padrões consistiu em um grande avanço, uma vez que o emprego de uma metodologia de análise uniforme permitiu comparações intra e intersítios e impulsionou os arqueólogos a refletirem sobre os significados das variações do registro arqueológico em termos sociais, culturais e comportamentais. Porém, levou a dois problemas principais. O primeiro tem a ver com a perspectiva dessa abordagem, que considera que os significados dos artefatos “são somente atribuídos pela cultura hegemônica, sem levar em conta a possibilidade de os grupos escravizados terem atribuído significados alternativos à cultura material presente em seus contextos de ocupação, sendo vistos como elementos passivos dentro do sistema, sem a mínima possibilidade de negociação social” (SYMANSKI, 2014, p. 166). O segundo problema, na visão do autor, diz

respeito aos grupos sociais serem classificados, muitas vezes, de modo estático, enquadrados em um modelo comportamental congelado, ou seja, se algum indivíduo pertencia a um grupo social específico, ele deveria manter o comportamento material específico deste grupo.

Já a década de 1980 foi marcada pela expansão dos estudos da arqueologia da diáspora africana no cenário norte-americano, multiplicando-se as publicações e o viés multidisciplinar das pesquisas. Assim, outros sítios, para além das *plantations*, passaram ser palco de investigações, tais como quilombos, assentamentos, moradias urbanas, igrejas, entre outros territórios negros (ORSER, 2002). De acordo com Singleton, a arqueologia da diáspora africana é o estudo da cultura material visando a interpretação da vida afro-americana e envolve, além dos sítios de modo de produção escravista, todos aqueles ocupados pelos afro-americanos (SINGLETON, 1995). Considerando-se, ainda, a dispersão de africanos e afrodescendentes pelo tráfico transatlântico e outras formas de migração como um fenômeno global, o conceito de *diáspora africana*, já cunhado nos anos 1970, foi também abarcado pelas pesquisas e estudos do campo da arqueologia e da cultura material. O vocábulo diáspora remete a sua origem grega, significando a dispersão de um povo, não necessariamente obrigado a imigrar, mas usualmente dissipado contra sua vontade (FERREIRA, 2009).

Atualmente, segundo Costa (2016), a busca pela cultura material ligada a grupos africanos e afrodescendentes também se diversifica para outros locais, como espaços urbanos, lixeiras coletivas, unidades domésticas, arraiais de mineração, fazendas de café, gado e charque, cemitérios, paisagens e portos (COSTA, 2016). As pesquisas assumem, também, distintas abordagens e olhares a partir de novas disciplinas e fontes.

Não é o objetivo desta pesquisa abordar de forma exaustiva as investigações que localizaram cultura material de origem africana e afrodescendente em sítios de escravizados e da diáspora, levando em conta que avolumaram-se exponencialmente as pesquisas nos últimos anos. Pontuaremos, porém, os principais estudos que foram e estão sendo desenvolvidos, na medida em que estes servirão de base para as discussões ensejadas neste trabalho. Uma vez que, até aqui, caracterizamos alguns dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, país que protagonizou e

protagoniza esse gênero de pesquisa, passemos, agora, à análise de alguns trabalhos desenvolvidos no Caribe para, em seguida, atermo-nos às pesquisas em arqueologia da diáspora africana na América do Sul, especialmente as desenvolvidas no Brasil.

1.2 Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e Caribe

Conforme já apontado, a Arqueologia da Escravidão teve início a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos. As pesquisas nas ruínas das treze colônias e das plantations identificaram cultura material de escravizados africanos. Os primeiros estudos desenvolvidos detiveram-se na descrição dos artefatos encontrados.

Fairbanks, um dos precursores da Arqueologia da Escravidão em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970, já mencionado neste trabalho, ao não localizar expressivos “africanismos” na cultura material de origem escravizada, supôs que os cativos não teriam produzido uma expressiva cultura material. Neste mesmo sentido, considerou que os mecanismos de dominação e repressão presentes nas propriedades teriam levado à mitigação desta matriz africana, o que não se comprovou, posteriormente (SYMANSKI, 2014).

Ferreira (2009) aponta dois impulsos simultâneos e interligados que explicam o crescimento e a rápida expansão da arqueologia da diáspora africana. “Primeiramente, a noção de que os movimentos civis, nos anos 1960, ancoraram-se em tradições de resistência escrava; o segundo, o reconhecimento, no final da década de 1970, de que a Arqueologia deveria voltar-se para as minorias étnicas” (FERREIRA, 2009, p. 10). Nesta direção, e no âmbito dos estudos da diáspora africana, distintos territórios negros foram mapeados e investigados pelas pesquisas:

Em meio aos movimentos transoceânicos da diáspora africana, revelam-se variadas nuances cotidianas dos contextos sociais e culturais dos escravos. Explora-se a existência dos diversos estilos culturais, as especificidades da cultura material e a dieta alimentar dos escravos. Examinam-se as relações de poder entre senhores e escravos, conforme elas se materializam na dieta alimentar e nos símbolos da cultura material. Pontuam-se as dinâmicas das

negociações identitárias entre senhores e escravos, enfatizando-se, ainda, como os escravos procuravam melhorar suas condições de vida e contornar a esfera de vigilância e opressão que lhes era imposta. Despontam-se, neste passo, as múltiplas manobras da resistência escrava, destacando-se, sobretudo a partir dos anos 1990, as pesquisas sobre os quilombos (FERREIRA, 2009, p.10-11).

Na região do Caribe, por sua vez, também se denota a existência de relevantes estudos em arqueologia da diáspora africana. A forte presença africana e afrodescendente e a permanência de suas influências culturais nas ilhas caribenhas incentivaram o desenvolvimento de pesquisas em territórios de ocupados por escravizados, assim como em assentamentos de negros livres.

Os primeiros levantamentos na região tiveram início também na década de 1960, nas ilhas de Barbados e Antígua. Assim como em outros locais, a arqueologia da diáspora africana no Caribe tornou-se mais proeminente a partir de 1980, seguindo o impulso da arqueologia nos Estados Unidos. Entre os sítios afro-caribenhos investigados, destacam-se os povoados fortificados espanhóis, ingleses e holandeses, os assentamentos urbanos, as plantations de açúcar, algodão e café, as aldeias afrodescendentes e os quilombos.

Em *African Sites Archaeology in the Caribbean*, Jay Havisser (1999), editor da obra, observa como um fato irônico que o maior foco da pesquisa arqueológica caribenha até o final do século XX foi para os estudos ameríndios e europeus, desconsiderando, portanto, a influência cultural africana e afrodescendente no Caribe. Esta afirmação também é válida para outras partes da América e, por esta razão, Havisser destaca o quanto a arqueologia afro-americana tornou-se uma especialização importante dentro da Arqueologia Histórica. A coleção de artigos presente neste trabalho surgiu, principalmente, a partir dos debates do *Symposium on West Africa and the Americas*, de 1997, com três linhas de discussões: paisagens e assentamentos afro-caribenhos; cultura material do caribe africano; e o estudo da saúde e dos rituais de enterramento afro-caribenhos. A publicação reuniu contribuições de pesquisadores de diversos países que atuaram em sítios da região.

Podemos citar o estudo da população afro-caribenha e sua interação com a paisagem cultural e natural, feito por Lydia Pulsipher e Conrad Goodwin

(Pulsipher e Goodwin, 1999); a comparação entre padrões de assentamentos na África Ocidental com os de comunidades quilombolas na Jamaica, do pesquisador Kofi Agorsah, arqueólogo nascido em Gana (Agorsah, 1999); o estudo dos papéis dos artefatos e tecnologia do metal, no Caribe, de Candice Goucher (Goucher, 1999); as análises da *Colonoware* (cerâmica artesanal), presente em variados contextos históricos e culturais, de James Petersen, David Watters, Desmond Nicholson e Barbara Heath (Petersen, Watters, Nicholson, 1999; Heath, 1999); Laurie Wilkie, por sua vez, discorre sobre o processo de criouliização, examinando como artefatos europeus podem ser reapropriados e ressignificados pelos afro-caribenhos em um outro contexto (Wilkie, 1999); e o próprio Havisser também apresenta sua produção neste volume, discorrendo sobre os artefatos da cultura crioula em Curaçao (Havisser, 1999). A última parte do livro aborda as contribuições que a bioarqueologia fez e pode fazer para a observação da qualidade de vida dos escravos. Entretanto, naquele momento, as escavações realizadas em cemitérios por Patrice Courtaud, André Delpueche, Thomas Romon e Mohammed Khudabux (Courtaud, Delpueche, Romon, Khudabux, 1999) foram todas feitas como arqueologia de contrato ou salvamento, e assim os resultados apresentados foram apenas preliminares (Havisser, 1999; Ewen, 2000).

James A. Delle, desde os anos de 1990, vem se dedicando à investigação da Arqueologia da Escravidão no Caribe, com publicações sistemáticas na área, pesquisas e análises das *plantations* de café na Jamaica (Delle, 1998; 2002). Kenneth Kelly, além de tratar da revisão de literatura sobre o tema, é outro autor com atuação em pesquisas sobre a diáspora negra caribenha, os processos de criouliização e a arqueologia histórica, especialmente nas Antilhas Francesas (Kelly, 2004).

Cuba também conta com pesquisas nessa área Escravidão pelo menos desde a década de 1960. Domínguez aponta que o primeiro sítio africano escavado na ilha foi o cemitério de escravos do engenho Taoro, na Província de Havana (Dominguez, 2005). As ruínas de cafezais da região de Pinar del Río foram investigados em seguida, em princípios da década de 1970. Referindo-se aos estudos nesta região, Sánchez (2007) afirma que há cerca de trinta anos vem sendo desenvolvidas pesquisas sobre o potencial arqueológico local, pelo Dr. Enrique M. Alonso, entre outros pesquisadores, abordando-se

localização de sítios e questões históricas e etnográficas, embora a ênfase da maioria das pesquisas, de modo geral, tenha se dado, sobretudo, nos contextos aborígenes.

Ao analisar culturas cerâmicas de *cimarrones*, escravos fugitivos, em sítios de Pinar del Río, e apresentar estudos preliminares sobre cachimbos de barro, encontrados em possíveis assentamentos e refúgios da região ocidental, a autora reforça que esta temática tem sido muito pouco investigada pela Arqueologia de Cuba, afirmando que no país os estudos sobre cerâmica tomaram somente como base a cerâmica aborígene e a espanhola: “[...] se han desdeñado los estudios arqueohistóricos de aspectos tan importantes como las culturas africanas, cuyas acciones y formas de expresión son tan ricas como las hispánicas y las indígenas” (SÁNCHEZ, 2007, p. 55-56).

No trabalho intitulado “*Cerámica de cimarrones. Un estudio preliminar en los sitios de cimarrones de la región de Pinar del Río*”, a autora aborda alguns aspectos diferenciados relacionados à técnica empregada para a elaboração, uso e decoração dos cachimbos, os quais, além de representar uma tradição e um hábito entre as culturas africanas yorubás, também podem ser objetos vinculados à prática de crenças religiosas ancestrais (SÁNCHEZ, 2007, p. 55). A região de Pinar del Río possui 135 sítios quilombolas. Alguns deles têm evidências relacionadas aos pertences destes grupos, como fragmentos de facões, facas, cachimbos, pontas e agulhas de ossos com decoração incisa, afiadores improvisados, estacas de madeira, fragmentos de jarro e de garrafas de vidro, fragmentos de panelas vidradas e outras somente de barro cozido e fabricação artesanal, pentes decorados de madeira, pedras moedoras coloridas e restos ósseos (SÁNCHEZ, 2007, p. 57). No que tange aos cachimbos decorados, a estética de alguns destes artefatos, de acordo com as análises comparativas de Sánchez, entre outros estudos, reporta a tradições do artesanato africano.

No final da década de 1990, Theresa Singleton empreendeu campanhas arqueológicas no local conhecido com *Cafetal del Padre*, originalmente chamado de *Santa Ana de Viajacas*, no município Madruga, na província de Havana. O estudo da documentação disponível e a investigação arqueológica permitiram uma aproximação da vida cotidiana dos escravizados desta plantação. Este cafezal foi escolhido para pesquisa, principalmente, pela

existência de um muro de alvenaria de mais de 3 metros de altura, que cercava o pequeno povoado onde habitavam os trabalhadores escravizados. As análises dos hábitos alimentares, a partir do estudo da cultura material deste sítio, permitiram observar que os cativos encontraram alternativas para suprir a distribuição de alimentos feita pelos escravizadores.

Por meio de atividades recreativas, realizadas com jogos em que se utilizavam louças recicladas em formas de fichas, bem como religiosas, escravizados e escravizadas no *Cafetal del Padre* criaram um mundo que lhes permitia de certa forma afastarem-se da opressão diária da escravidão, ao participarem na economia interna como produtores e consumidores, de acordo com suas possibilidades. As atividades econômicas independentes incluíam tanto a produção de comidas para consumo próprio, como para a venda, apesar de todo o aparato de controle exercido pela sociedade escravista. A criação de animais e a produção e comercialização de artigos também foram evidenciadas, incluindo cestaria, mobiliário rústico ou cerâmica (SINGLETON, 2005, p. 8).

Outros importantes territórios que vem recebendo atenção dos pesquisadores são os chamados *palenques*, assentamentos de escravos fugidos, dentro do panorama dos estudos de resistência escrava. Gabino La Rosa Corzo, junto a uma equipe de pesquisadores, dedicou-se ao estudo arqueológico de cinco cavernas que serviram de refúgio de escravizados na primeira metade do século XIX, nas Províncias de La Habana e Matanzas. O estudo da cultura material destes grupos revelou importantes aspectos de sua vida cotidiana, identificando-se a presença de tradições e costumes, através dos hábitos alimentares.

As elevações topográficas que integram a região do Norte da Habana-Matanzas, cobertas por um tipo de vegetação densa e cortada por cânions profundos, com rachaduras, abas e cavernas, em uma localidade marcada pela concentração de mão de obra escravizada nos arredores das áreas de produção das plantações, resultaram em um estímulo para os escravizados, que viram nestes espaços a possibilidade de refugiar-se temporariamente, com o objetivo de aliviar o severo regime de escravidão a que estavam submetidos (CORZO, 2007).

Na região consta o registro de ao menos 25 sítios que, em trabalhos realizados em anos anteriores, por outros pesquisadores, já haviam sido analisados. Nos locais que abrigaram grupos de fugitivos, ainda que reduzidos, localizou-se a presença de ferramentas de trabalho, armas, recipientes de vidro e cerâmica, procedentes das fazendas próximas. Identificou-se, também, a existência de utensílios fabricados pelos próprios “*cimarrones*”, como panelas de barro, cachimbos e inclusive objetos de adorno corporal como pentes de madeira, que permitiram que fossem revelados interessantes aspectos da vida cotidiana destes indivíduos.

O diferencial do trabalho de La Rosa Corzo foi a análise dos restos da dieta alimentar dos refugiados, as sobras faunísticas, que haviam permanecido sem análises mais aprofundadas. Para tanto, foi realizado o trabalho de identificação das espécies zoológicas e sua definição taxonômica, que esteve a cargo do paleontólogo W. Suarez, do Museu de História Natural de Havana, mas a análise dos mesmos e a interpretação arqueológica foram realizadas por La Rosa Corzo. Segundo o autor, a alimentação do escravizado e, em especial do “*cimarrón*”, o escravo refugiado, constitui ainda um terreno controverso, em que a arqueologia pode lograr inferências mais firmes, completar a visão que se tem dos problemas e, inclusive, retificar algumas informações generalizadas pela história documental (CORZO, 2007, p. 53).

Os estudos empreendidos em sítios escravos e da diáspora africana nos Estados Unidos e no Caribe certamente abriram caminhos para o desenvolvimento de pesquisas e o fortalecimento de linhas de investigação da arqueologia da diáspora africana em diferentes países da América do Sul. Abordaremos a seguir alguns destes trabalhos.

1.3 Arqueologia da Diáspora Africana na América do Sul

Os países da América do Sul apresentam um solo bastante fértil para os estudos da arqueologia da diáspora africana, considerando-se a numerosa população escravizada que aqui aportou, ao longo dos séculos, e remodelou a história, a cultura e as identidades dos povos destes territórios.

Estabelecendo, aqui, um recorte um pouco mais amplo para pensar não só a América do Sul, mas o cenário latino como um todo, é importante salientar

que, inclusive, este processo histórico reverbera até a atualidade. Basta considerarmos os estudos recentes que revelam que, segundo a Organização Internacional do Trabalho, existiam no ano de 2012 na América Latina cerca de 1,8 milhão de pessoas em condição de escravização contemporânea. Somente no período de 2007 a 2010, foram detectados cerca de 6 mil pessoas vítimas de tráfico de pessoas para o trabalho escravo, dos quais 27% eram crianças (SOUZA, BRAUN E BARRINHA, 2016). Neste sentido, cabe pensar, então, no caráter político que a arqueologia assume ao desvelar práticas do passado para a compreensão e denúncia de práticas do presente. Segundo a pesquisadora Tânia Andrade Lima:

A Arqueologia, durante muito tempo, convenientemente protegida por uma aura de suposta neutralidade e inocência, foi cruamente desnudada nas últimas décadas do século XX. Por baixo da sua aparente ingenuidade, foi mostrada a sua verdadeira face, a de uma disciplina cuja natureza é intrínseca e essencialmente política, como tão bem atesta a sua trajetória, onde quer que ela tenha sido praticada no tempo e no espaço (LIMA, 2013, 186).

A autora prossegue afirmando que, atendendo a um amplo espectro ideológico ao longo de sua história, a disciplina foi posta a serviço das mais variadas causas, mas quase sempre para sustentação da ordem vigente ou para manutenção de ideologias dominantes, especialmente pelas ditaduras, naturalizando agendas políticas que buscavam sua legitimação em relatos supostamente objetivos sobre o passado. Por outro lado, a convicção de que a arqueologia pode ser inclusiva e, além disso, que o conhecimento arqueológico pode ser incisivo e favorável à emancipação de grupos marginalizados e excluídos é recente. Lima refere-se à incorporação das teorias críticas ao pensamento arqueológico, as quais vêm:

[...] estimulando reflexões sobre as diferentes estratégias de dominação que capturam os indivíduos em tramas de opressão e impedem sua emancipação. Ora francamente abertas, declaradas, ora sutis e veladas, essas tramas foram tecidas no passado e continuam sendo construídas no presente ao longo de dimensões como raça, classe, gênero, religiosidade, etnicidade e sexualidade,

controlando o acesso ao conhecimento, à informação, à livre expressão, aos direitos básicos dos indivíduos e à cidadania. Para compreender essas tramas em suas manifestações no presente, é preciso, antes de tudo, investigar suas raízes subterrâneas no passado e trazê-las à luz, denunciando-as para que percam sua força (LIMA, 2013, p. 187).

Reportando-se às ideias de Paul Shakel, a autora reitera: “é importante saber como se desenvolveram as injustiças, de modo a entender porque elas existem hoje” (LIMA, 2013, p. 187). Neste sentido, muitos dos estudos da arqueologia da diáspora africana na América do Sul desenvolveram-se, sobretudo, a partir da década de 1980, uma vez que, entre outros fatores, as ditaduras militares nestes países impuseram entraves que impediram o pleno desenvolvimento da disciplina (ZARANKIN E SALERNO, 2007). Ainda hoje, apesar de um grande crescimento que se deu sobretudo a partir do início dos anos 2000, são poucos os estudos na área nos países sul-americanos, considerando-se seu grande potencial.

Ferreira (2012) aponta Argentina e Brasil como os dois países que se distinguem no cenário acadêmico com pesquisas seminais. O Uruguai, por sua vez, é outro lugar onde nos últimos anos também se consolidaram linhas de investigação, junto à Universidad de la Republica (UDELAR). Em 1998 teve início, nesta universidade, o projeto *El Caserío de los Negros: Investigación Arqueológica del Contacto Afro-Americano*, cujo objetivo central era localizar e escavar as antigas edificações do alojamento de escravos construído em Montevideu, às margens do arroio Miguelete, na desembocadura do Rio da Prata. Trata-se de um sítio que serviu para quarentena de cativos, cuja efetiva localização gerou controvérsias e dúvidas entre os pesquisadores que atuaram e integraram-se ao projeto.

José López Mazz e Roberto Bracco, membros da Equipe de *Arqueología Antropológica de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*, são apontados como os responsáveis pela correta localização do sítio. Os vestígios do Caserío de los Negros foram identificados no prédio atual da Escuela Nº 47, no Bairro Capurro. No ano de 1787, o Cabildo de Montevideu teria ordenado a construção de um lugar de isolamento para os escravos que chegavam da África. Até pelo menos 1811 funcionou como lugar de depósito, marcação,

enfermaria, venda e cemitério, no período em que Montevideu era um dos principais portos de entrada de escravizados no Cone Sul.

Em um primeiro momento, um grupo acadêmico estava trabalhando com a hipótese de que este sítio se encontrava em um prédio da Ancap, porém, com base no estudo de outros pesquisadores que analisavam as cartografias da Bahía de Montevideu, encontrou-se referências diretas ao então *Caserío Filipinas*, como era chamado o local. Foi possível confirmá-lo por meio da consulta ao Plano de Agrimensura da Junta Topográfica, localizado no Arquivo Nacional, e nas escrituras originais da Escola, que mencionavam diretamente o Casarío.

O lugar foi declarado Monumento Histórico Nacional e os achados arqueológicos incluem os muros perimetrais originais, um poço, objetos e os documentos de compra e venda do prédio. Segmentos da comunidade afro-uruguaia propuseram, inclusive, a construção de um Memorial Africano na zona, cujo objetivo seria a recordação da barbárie da escravidão e o reconhecimento dos aportes dos negros à identidade uruguaia¹. Apesar de o Uruguai ter contado com significativa parcela de população escravizada ao longo de sua formação e ter, hoje, expressiva influência africana em sua cultura, os estudos da cultura material afro ainda são recentes e ínfimos no país e estão concentrados em sua capital.

No caso da Argentina, há trabalhos que problematizam e desconstroem a ideia vigente de uma sociedade branca e de ares europeus, o que conforma um verdadeiro mito de origem da nacionalidade do país e opera, ainda, na atualidade, tanto em caráter institucional como em aspectos da vida cotidiana. Na publicação *Buenos Aires Negra: Identidad e Cultura*, de 2006, debate-se o discurso da construção da nacionalidade argentina, bem como de sua identidade, as categorias raciais, a presença de africanos e também as dimensões da diáspora, através do estudo das comunidades africanas organizadas no país e as influências afro-argentinas, desveladas em sua cultura (MARONESE, 2006).

¹ Fonte: Hallazgo arqueológico y antropológico. Ubican el sitio del Caserío de los Negros, <http://www.montevideo.gub.uy/institucional/noticias/ubican-el-sitio-del-caserio-de-los-negros>. Publicado em 10.06.2016; (acesso em 22/01/2019).

De um modo geral, os trabalhos tratam de uma presença negra que foi invisibilizada ou silenciada, resultando fundamental delinear a história destas comunidades, que não somente diminuíram em termos de quantidade de população, mas que também, ao longo de anos, perderam espaços de expressão, participação e debate, que passam, por fim, a ser reivindicados.

Em 2002, foram realizadas na capital argentina as *Jornadas Buenos Aires Negra. Memorias, Representaciones y Prácticas de la Comunidad Afro*, que contaram com a participação dos órgãos gestores do patrimônio cultural bonaerense e a organização da Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires. Em 2005, aconteceram também as *Jornadas de Patrimonio Cultural Afroargentino*, que trouxeram à tona importantes discussões no âmbito acadêmico e social. Cabe considerar, porém, que os debates públicos sobre o lugar da população negra na Argentina, abordando, também, o ativismo e a reivindicação de uma herança africana pratense, com vistas à reflexão sobre a realidade dos negros nesta região acontecem desde, pelo menos, os anos de 1980, fortalecendo-se na década seguinte, conforme aponta López (2006). López trata do período em que o ativismo negro adquiriu maior relevância em uma arena pública marcada por valores de democratização e participação cidadã, impulsionados pelo contexto de abertura democrática:

Essa arena pública se diversifica a fines de la década de 1990, con la ampliación de los espacios políticos de los movimientos negros em América Latina. La “afroargentinidad” y la “afrodescendencia”, como categorías de auto-identificación, expresan una pluralidad de demandas y la introducción de nuevos clivajes entre los protagonistas de un amplio espectro de organizaciones y actividades. En el caso de los afroargentinos, las reivindicaciones vienen apuntando la deuda histórica del Estado para con los descendientes de las personas que fueron esclavizadas en este territorio. En el caso de los inmigrantes, las reivindicaciones abarcan la diáspora africana en general, tanto histórica como actual, relacionada con el proceso de esclavitud. Sus pleitos estaban más relacionados con políticas anti-discriminatorias y defensa de Derechos Humanos en general (LÓPEZ, 2006, 109-110).

No plano dos estudos da cultura material, Schávelzon (2003) afirma que mesmo que Buenos Aires tenha sido um grande porto negreiro da América do Sul e que um terço de sua população tenha sido de origem africana, na história oficial os negros estão ausentes. A través da arqueologia, com um trabalho

precursor na capital argentina, este pesquisador dedicou-se à escavações em sítios ocupados por africanos e afroporteños, a pensar a cidade de forma atenta às contribuições destes indivíduos e, em alguns sítios, localizou artefatos como cachimbos, fichas de jogo, contas de colar, cosmogramas ou pedras polidas que, em determinados casos, mostraram grandes semelhanças com artefatos recuperados em outros sítios da diáspora africana nos Estados Unidos, Caribe e da América do Sul (SHAVELZÓN, 2003, p. 9).

Segundo o autor, Zapata Golán foi efetivamente o pioneiro em localizar em Santa Fe la Vieja objetos com símbolos africanos, as chamadas “pipas”, cachimbos com figuras não-indígenas, com rostos afros, mas não teria logrado relacionar tais objetos com uma leitura mais ampla, considerando que no momento em questão sequer os Estados Unidos haviam desenvolvido pesquisas significativas na área.

A obra *Buenos Aires Negra. Arqueología de una ciudad silenciada* reúne os resultados das investigações que Shávelzon iniciou no final dos anos de 1990. Desenvolveram-se como estudos que visavam demonstrar a forte presença africana e afrodescendente na Argentina e, também, os processos de resistência destes povos frente à sociedade branca e à escravização.

Daniel Shávelzon afirma que esta resistência pode não ter sido como em outras regiões, com enfrentamentos armados ou queima de campos, mas aconteceu, embora de forma diferente. Segundo o autor, encontrar cachimbos, pratos ou panelas em que se talhou sutilmente, por exemplo, símbolos fundamentais de religiões africanas é falar de uma resistência cultural silenciosa. Achar evidências de vodum e magia adivinhatória nesta Buenos Aires antiga, supostamente homogênea em sua religião, saber da existência de bairros e áreas em que brancos não podiam entrar, como a Costa do Rio e o Bairro do Tambor, são aspectos apontados como de uma dimensão desconhecida da história da cidade (SHAVELZÓN, 2003, p. 26). A abrangência da Arqueologia da Escravidão na Argentina, conforme se percebe, é mais direcionada para os sítios urbanos, onde foram observados aspectos da alimentação, religiosidade, arquitetura, formas de segregação e de resistência das populações africanas.

Carlos Ceruti, por sua vez, vem se dedicando ao estudo da escravização em Santa Fe la Vieja, local já aqui citado, de significativa relevância,

considerando que a presença de escravizados africanos neste território é conhecida desde princípios do século XVII. Ceruti reafirma a importância da escravidão na Argentina, ao citar que entre os séculos XVII e XIX os africanos e afro-americanos escravizados constituíam até 70% da população total de algumas regiões do país. Segundo o autor, não se pode precisar seu número em Santa Fe la Vieja, mas na *transladada*² constituíam quase um terço da população, ao redor de 700 pessoas. Através da documentação disponível e dos estudos da cultura material, o autor investiga as condições de vida e alternativas dos trabalhadores escravizados e livres do local, de modo a relacionar o material coletado com outros sítios, especialmente as ruínas de Cayastá e Arroyo Leyes. Ceruti compara cerâmicas que podem ter sido elaboradas por artesãos afro ou afro-americanos com as cerâmicas do antigo Dahomey, atualmente república de Benin, na África (CERUTI, 2012, p. 29).

Antes de analisarmos as pesquisas da arqueologia da diáspora africana em andamento no Brasil, cabe mencionar, por fim, algumas investigações desenvolvidas no Peru e em sítios na Venezuela, aqui colocadas como pesquisas pontuais. Referindo-se a estes países e estendendo a análise para o Equador e Bolívia, alguns pesquisadores avaliam a falta de interesse nestes locais pela Arqueologia Histórica, sublinhando que “nestes contextos a disciplina foi empregada como uma ferramenta para a construção de identidades baseadas na busca do esplendor das civilizações pré-coloniais” (ZARANKIN E SALERNO, 2007, p. 20).

Em Lima, a localização da tumba de um ex-escravizado africano no Cemitério Presbítero Maestro, por parte de um grupo de investigadores, no ano de 2014, foi fundamental para que se pudessem promover pesquisas com o intuito de “romper o anonimato do sistema escravista” e reconstruir parte da trajetória deste sujeito, representante de milhares de seres humanos que foram vítimas do tráfico escravista. No trabalho *Sobreviviendo al olvido. Estudio*

² A cidade foi trasladada cerca de 80 Km até a sua atual localização, entre os anos de 1650 e 1660. Entre os motivos pode-se citar o isolamento que o local sofria por conta de erosões em suas barrancas, bem como o avanço de grupos indígenas como os guaycurúes, que disputavam a região (Roverano, Andrés A.; “*Santa Fe la Vieja*”, Ed. Ministerio de Educación y Cultura - Dirección General de Cultura, p. 83-85, 1960).

preliminar de la vida de Joaquín Jayme, un ex esclavo africano en el Perú (?-1870), Barrantes, Cárdenas e Aguilar se valem da documentação histórica para reconstruir sua biografia, observar relações sociais, conflitos, esforços e estratégias das pessoas submetidas à escravidão. Não se trata de um trabalho de arqueologia, mas nele os autores apontam que estes restos mortais podem proporcionar valiosas informações acerca das condições de vida cativa: “Sus restos mortales son importantes ahora porque recién en los últimos años apreciamos la presencia de la población africana y afrodescendiente en la conformación de las diversas identidades del Perú”, reiteram (BARRANTES, CÁRDENAS E AGUILAR, 2016, p.37).

Afirmam, ainda, que no Peru, apesar da importância secundária da escravização de africanos em relação a outras formas de trabalho, a relevância deste sistema nas zonas costeiras e urbanas, como Lima, não consiste unicamente no número de escravos, mas nas relações interétnicas e culturais entre espanhóis, indígenas, africanos, chineses e europeus. Dados censitários revelam que:

En Lima, para el siglo XVII los africanos representaron cerca del 42,6% de la población total mientras que para fines del siglo XVIII llegaron a ser el 45% la cifra más significativa durante toda la historia de los africanos y sus descendientes en el Perú. De hecho, de acuerdo con el censo de 1791, los españoles representaron el 36% de la población de la ciudad, mientras que si sumamos los esclavos con las castas libres, en la que se incluían a los mulatos, cuarterones, quinterones, zambos y chinos, tenemos un 47% del total, es decir, se puede afirmar que la mitad de la población limeña tenía antecedentes africanos constituyéndose en el grupo más visible del espacio urbano. (ARRELUCEA E COSAMALÓN, 2015, Apud BARRANTES, CÁRDENAS E AGUILAR, 2016, p.42).

Os autores, baseados no Censo de Lima de 1860, assinalam, ainda, que neste período, já no século XIX, a quarta parte da população era de origem afrodescendente, a metade registrada como branca, enquanto os demais foram distribuídos em categorias de origem indígena, mestiça e asiática (BARRANTES, CÁRDENAS E AGUILAR, 2016, p.37). Isso nos permite observar que o potencial para as investigações sobre a cultura material de origem africana na região não é desprezível.

Na Venezuela, Yara Altez e Pedro Rivas (2015) corroboram que é perceptível, ainda, a tendência predominante durante todo o século XX de focalizar, quase que exclusivamente, o estudo do período pré e pós-contato das comunidades ameríndias. Estes pesquisadores, desde princípios da década de 1990, dedicam-se às investigações sobre a população afrodescendente na Venezuela, com estudos precursores no âmbito arqueológico.

Os autores consideram que:

A finales de los años ochenta los afrovenezolanos aún no eran objeto de atención entre arqueólogos, y los escasos estudios precedentes sobre arqueología colonial y republicana se habían ocupado tan sólo de la situación de enclaves o de localidades protohistóricas de ascendencia amerindia. Puede decirse que fue una perspectiva descriptiva que acentuaba la información referida a tipologías ceramológicas y a las estructuras inmuebles asociadas, y en última instancia al componente poblacional dominante: los colonos españoles y sus descendientes mestizos. Este énfasis retrataba una anticuada concepción acerca del patrimonio cultural que predominó en el país hasta comienzos de la última década del siglo XX (ALTEZ E RIVAS, 2015, p. 49).

Ao discorrerem sobre os “Avanços na Arqueologia Afro-venezuelana”, os pesquisadores identificam Miguel Acosta Saignes como o pioneiro no estudo histórico e antropológico dos afro-venezuelanos, através da investigação de fazendas que contaram com a mão de obra africana e afrodescendente. Outras menções acerca do achado de restos arqueológicos associados aos antigos escravos afro-venezuelanos foram feitas por Juan de Dios Martinez, Alberta Zucchi e Berta Pérez, porém estes estudos, segundo Rivas, não derivaram em projetos arqueológicos ou multidisciplinares especificamente orientados ao estudo deste importante componente da população venezuelana (RIVAS, 2000: 87).

Foi através do “*Proyecto de Antropología de la Parroquia Caruao*” que começaram, de fato, as pesquisas sistemáticas sobre o tema. Este projeto derivou dos estudos empreendidos inicialmente por Yara Altez em sua trajetória acadêmica, na qual a pesquisadora trabalhou com etnografia e colheu numerosas referências entre os vizinhos da Paróquia de Caruao sobre os

restos arqueológicos que teriam relação com os ancestrais dos moradores atuais do local, de origem africana. Altez institui uma linha de investigação de carácter antropológico e arqueológico, junto à Pedro Rivas, onde se integraram vários estudantes, que deram sequência às investigações.

Atualmente, os acervos do projeto, coletados ao longo de campanhas de prospecção e escavação iniciadas em 1994, contam com uma coleção significativa de material pré-histórico, colonial e republicano que confirma o assentamento histórico de indígenas, africanos e espanhóis no contexto da *Parroquia Caruao*. Também foram analisadas estruturas e espaços de trabalho, ruínas de casas de fazenda, engenhos, bem como promovidos estudos sobre antigos cemitérios de africanos e afrodescendentes da região (ALTEZ E RIVAS, 2016, p, 45). Todo o trabalho conta, ainda, com a presença ativa de membros destas comunidades durante as campanhas realizadas, que muitas vezes guiam, orientam e fazem as próprias interpretações dos materiais localizados nos sítios.

Citados estes trabalhos, cujo objetivo não foi o de promover um levantamento e análise dos estudos realizados nos países de língua espanhola da América do Sul, passemos, pois, ao exame dos principais estudos da arqueologia da diáspora africana realizados no Brasil.

Desde princípios da colonização portuguesa até as últimas décadas do século XIX, a escravização de africanas e africanos foi o principal modo de trabalho na sociedade brasileira e algo que influenciou na formação de seus costumes e valores culturais, vários deles presentes até a atualidade (LIBBY E PAIVA, 2005, p. 9). Denota-se um crescimento do campo nos últimos 15 anos, com abordagens da cultura material realizadas em fazendas, senzalas, espaços de trabalho escravistas, cemitérios, charqueadas, quilombos, sítios rurais e urbanos. Aos poucos, a disciplina se estabelece e linhas regulares de pesquisa se institucionalizam no país.

1.4 Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil

No Brasil, os primeiros trabalhos arqueológicos que abordaram a cultura material de escravizados foram realizados em fins dos anos 1970. Carlos Guimarães e Anna Lanna, em Minas Gerais, coletaram materiais em cinco quilombos no Vale do Jequitinhonha e Serra da Canastra (SYMANSKI, 2014, p.182). Foram identificados nestes sítios fragmentos cerâmicos, cachimbos, panelas, fragmentos de louça e de garrafas de vidro, restos ósseos de animais e seixos rolados marcados com cruzes em vermelho, a maioria em locais de difícil acesso. No entanto, por também localizarem-se próximos às rotas comerciais, a interpretação foi a de que os lugares escolhidos pelos quilombolas eram estratégicos, de modo que possibilitasse o acesso aos recursos da sociedade, porém dificultasse a localização de seus moradores, por parte dos Capitães do Mato. Em dois destes sítios também foram identificados painéis de pintura rupestre, feitas à carvão. Na década de 1980, Guimarães retomou os estudos no Quilombo do Ambrósio, também em Minas Gerais, e as abordagens resultaram na localização de vestígios de construções de pau a pique e de artefatos como vasilhames e cachimbos, bem como restos de alimentos (SYMANSKI, 2014).

A escassez de pesquisas arqueológicas sobre a diáspora negra no país até, pelo menos, meados da década de oitenta, é apontada, por alguns autores, como decorrente de uma imposição dos governos militares, que visavam perpetuar um discurso homogêneo sobre a formação da sociedade brasileira e, assim, boa parte das pesquisas estaria voltada à análise de sítios de arquitetura monumental ou a eventos políticos considerados relevantes (SINGLETON E SOUZA, 2009).

Já a década de 1990 foi marcada, principalmente, pela criação do *Projeto Arqueológico Palmares*, idealizado em 1991 e efetivamente levado a cabo no ano seguinte, com prospecções e escavações na Serra da Barriga, no conhecido Quilombo dos Palmares, apontado como o maior e mais duradouro quilombo brasileiro, no nordeste do país. O arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Funari foi um dos responsáveis pela condução do trabalho de campo desenvolvido nos sítios arqueológicos, em parceria com o arqueólogo Charles

Orser Jr. Eles trabalharam em colaboração com Zezito de Araújo, então diretor do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas, que atuou junto à população local, às autoridades e à comunidade negra em geral, em defesa da Serra da Barriga como um patrimônio nacional. Michael Rowlands, africanista britânico, também integrou-se às pesquisas, cujo objetivo inicial era a de compreender a vida cotidiana de Palmares, por meio da cultura material (FUNARI, 1996. FUNARI E ORSER JR. 1992).

Foram recuperados, no local, amostras de cerâmicas indígenas, coloniais e louças europeias, em 14 sítios identificados, que ensejaram discussões sobre a composição multiétnica do quilombo, sua formação, estrutura social e a integração às redes do colonialismo global (SYMANSKI, 2014). Com a repercussão internacional da pesquisa, havia o interesse, por parte destes pesquisadores, de que a arqueologia de Palmares abrisse um novo capítulo no estudo da diáspora africana nas Américas, uma vez que a maioria das pesquisas se concentravam nas plantations dos Estados Unidos (ALLEN, 2006).

Scott Allen, por sua vez, iniciou suas pesquisas de campo no local no ano de 1996, mas logo deparou-se com a forte descaracterização do sítio, por conta do impacto do plantio no local e da terraplanagem, que afetaram o registro arqueológico (ALLEN, 2006, p. 84). Segundo o autor, os estudos ocorridos entre 1996 e 1997 delinearam um perfil diferente daquele proposto pelo Projeto Arqueológico Palmares, ou seja, as evidências de uma intensa ocupação indígena ao menos em épocas pré-coloniais foram consideráveis, o que, entre outros fatores, levou Allen a afirmar que os estudos anteriores deveriam ser revisados.

Em um período mais recente, trazendo reflexões sobre a esfera das disputas políticas em torno de Palmares, os usos da arqueologia, e também sobre a devastação do sítio, pela falta de políticas de preservação, Scott Allen aponta o ano de 2005 como um marco para um novo capítulo na arqueologia da Serra da Barriga, a fim de ampliar o conhecimento tanto de Palmares quanto dos grupos pré-coloniais. A retomada dos trabalhos no local continuou a revelar evidências indígenas, levando o autor a considerar que até aquele momento não se sabia quase nada da vida Palmarina, por meio de estudos

arqueológicos, e que as interpretações anteriores deveriam voltar ao nível de hipóteses a serem exploradas.

Encontrou-se no local “faiança grossa, resíduos de chumbo e cerâmica de uma confecção desconhecida nas tradições indígenas e não fabricados nos centros do nordeste e além mar”, mas as análises e o próprio processo arqueológico demandariam paciência, para que se pudesse tratar o sítio com responsabilidade social e, nas palavras do pesquisador, de forma atenta à todas as vozes ali contidas (Allen, 2006, p.98).

Cabe destacar que na década de 1990 também foi realizado o primeiro estudo arqueológico de uma senzala no Brasil, na Fazenda de Café São Fernando, no município de Vassouras, Rio de Janeiro. Esta investigação foi conduzida no âmbito de um programa de prospecções e escavações em fazendas da região, nas unidades produtivas do chamado *ciclo do café*, observando “contextos da classe dominante, nas sedes das fazendas, e das chamadas camadas subalternas, nas senzalas” (LIMA, BRUNO E FONSECA, 1993, p. 179). A expectativa dos pesquisadores, no que tange à investigação da cultura material produzida e/ou utilizada pelos escravizados, tratava da impossibilidade destes de “registrar a própria história”, então a arqueologia voltar-se-ia aos elementos materiais do seu dia-a-dia, para, assim, recuperar as práticas sociais e culturais de escravizados e escravizadas (LIMA, BRUNO E FONSECA, 1993, p. 186).

A senzala pesquisada estava em estado avançado de deterioração, mas mantinha as estruturas construtivas preservadas. A sua construção atendeu, à época, a um padrão adotado em toda a região, uma edificação alongada e compartimentada, dividida em cômodos de estrutura regular. Diferentemente da expectativa dos investigadores, escassos materiais foram encontrados no local, bem como nas imediações da senzala, o que levou a duas interpretações. A primeira de que “o sistema de controle sobre a escravaria na Fazenda São Fernando era de tal forma rígido, que aos negros era vedado qualquer tipo de tralha pessoal ou doméstica”. A segunda a de que com a abolição foram eliminados todos os testemunhos da escravidão, o que explicaria a evidência negativa. “Ao que parece, este espaço, ao perder sua função, foi desativado, abandonado e arruinado”, argumentaram os pesquisadores (LIMA, BRUNO E FONSECA, 1993, p. 187).

Além do local de moradia, optou-se pela investigação das áreas de trabalho doméstico, onde os escravos se reuniam. Em um dos diversos tanques de cantaria distribuídos no espaço foi recuperada uma expressiva quantidade de material do século XIX e, dentre estes, apenas uma conta vermelha de colar e algumas amostras de cachimbos de cerâmica foram atribuídos aos escravizados, considerando-se que, segundo estudos, estes seriam utilizados tanto pelos homens, quanto pelas mulheres.

Ao refletir sobre a cultura material de escravos do século XIX, referindo-se a este caso da Fazenda São Fernando, Agostini afirmou, em artigo publicado no ano de 1998, que os vestígios materiais associados diretamente aos escravos ainda eram muito poucos dentro das amostras arqueológicas (AGOSTINI, 1998, p. 116) e que, em sua maioria, teriam sido localizados “em meio à tralha doméstica do branco”, à exceção dos quilombos, que teriam contextos específicos. Em seus estudos, a pesquisadora dedicou-se à análise de cachimbos cerâmicos, oriundos, em um primeiro momento, de escavações realizadas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, buscando, posteriormente, outros sítios. Ao promover a análise de artefatos contextualizados em ambientes rurais, semi-rurais, urbanos e em quilombos, Agostini estudou os elementos decorativos realizados por escravos africanos e seus descendentes para além do valor estético, mas sim como possíveis marcadores étnicos, símbolos de identidade e resistência (AGOSTINI, 1998).

Ainda no tocante aos estudos sobre senzalas, são relevantes as escavações realizadas na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, e no engenho São Joaquim, em Goiás. Escavações arqueológicas foram realizadas em engenhos situados na região da Bacia do Rio Manso, município de Chapada dos Guimarães (MT), nos anos de 1999 e 2000 (SYMANSKI e SOUZA, 2001). A abordagem destes sítios, que remontam aos séculos XVIII e XIX, revelaram, em uma diversidade de contextos, artefatos que somente podem ser entendidos considerando sua participação em práticas relacionadas a sistemas de crenças de origem africana (SYMANSKI, 2007, p.10). Symanski analisa as evidências materiais localizadas nestes núcleos escravistas, onde a principal atividade econômica foi o plantio e o processamento da cana de açúcar. O autor analisa as táticas através das quais os escravos, apesar da imposição forçada da religião católica, mantiveram e reproduziram seus

sistemas de crenças, de forma tão efetiva que ainda hoje a estrutura dos mesmos pode ser verificada em determinadas práticas religiosas mantidas pela população camponesa da região (SYMANSKI, 2007).

As senzalas do engenho São Joaquim foram pesquisadas por Marcos André Torres de Souza. Trata-se de um engenho datado de 1800, atual Fazenda Babilônia, que ainda tem sua sede preservada no município de Pirenópolis, Goiás. Esta estrutura, segundo Souza, pertencera ao mais rico escravocrata da região e, embora não se saiba ao certo o número de escravos que viviam no local, de acordo com a análise documental, era superior a uma centena de cativos (SOUZA, 2011).

Embora não existam remanescentes em superfície das senzalas do engenho, foi possível localizá-las por meio da análise de fontes escritas. As senzalas eram formadas por “dois longos pavilhões com as dimensões aproximadas de 150 e 50 metros, formando um ‘L’ invertido defronte à sede e organizados em torno de um pátio central”, com a divisão em cubículos (SOUZA, 2011, p. 85). Considerando que neste tipo de estrutura, as chamadas “senzalas pavilhão”, os escravos viviam sob vigilância e contavam com pouquíssimas áreas de circulação e menores possibilidades para gerenciar suas áreas de convivência, o pesquisador interessou-se sobre como se passava a vida no interior das senzalas, com vistas a entender como os escravizados driblaram as mais diversas formas de controle e disciplina, impostos pelo seu senhor. Interessado, também, pelas formas pelas quais os escravizados estabeleceram e reproduziram rotinas e práticas sociais, de acordo com expectativas próprias, Souza tomou como referência para a investigação a cultura material produzida e/ou utilizada pelos cativos, escavada no interior de suas moradas. Souza identificou um alto número de fragmentos encontrados no interior das senzalas, que serve como indicador de intensa atividade cotidiana:

O alto número de artefatos encontrados e a presença de um conjunto diverso de estratégias vai contra a premissa de que os escravos brasileiros viviam em um universo material limitado, uma percepção que emerge de critérios socialmente construídos no Mundo Moderno, tais como falta de mobiliário, falta de conforto doméstico e pobreza. Embora a escravidão tenha imposto indiscutíveis restrições à vida

dos escravos, tais conceitos não parecem adequados quando nos referimos às condições materiais dos escravos (SOUZA, 2011, p.103).

Entre os artefatos identificados e estudados pelo pesquisador encontram-se materiais construtivos, mobiliário, objetos relacionados ao preparo, consumo e serviço de alimentos, restos alimentares, ferramentas multifuncionais e/ou improvisadas, itens de vestuário e adornos, itens de devoção, armas, e instrumentos relacionados ao transporte, como fivelas de arreio e cravos de ferradura (SOUZA, 2011, p. 92). As análises levaram à compreensão de que “embora limitados por um ambiente altamente normatizado, os escravos foram capazes de estruturá-lo de modo a atender suas necessidades, lançando mão, para isso, de referenciais por eles forjados” (SOUZA, 2011, p.104).

Mais recentemente, Symanski realizou escavações no Colégio dos Jesuítas no Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, onde identificou uma ampla área de refugio, junto a uma das extremidades do amplo conjunto de senzalas que envolvia a sede do colégio. O autor aponta que a escavação revelou, além de uma estrutura de fogueira, uma grande quantidade de ossos de mamíferos, domésticos e silvestres, conchas de mariscos, fragmentos de cerâmicas, louças portuguesas do século XVIII e inglesas do século XIX, ornamentos de cobre martelado, contas de colares de vidro e cachimbos de cerâmica (SYMANSKI, 2014, p. 188).

Através do projeto “*Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no sudeste rural escravista, séculos XVIII e XIX*”, Symanski e Gomes (2012) investigaram a vida material de grupos escravos das plantations do Sudeste, a partir de escavações em senzalas coletivas e familiares de dois tipos principais de unidades de produção: engenhos de açúcar e fazendas de café, com vistas a “adotar uma perspectiva comparativa, com o objetivo de obter informações sobre as diversificadas configurações econômicas, sociais e culturais desenvolvidas pelos grupos escravizados, em função tanto da estrutura produtiva quanto da composição cultural diferenciada desses plantéis (SYMANSKI e GOMES, 2012, p. 312).

No estado do Rio Grande do Sul, cabe citar as escavações realizadas em uma senzala urbana em São Martinho da Serra, no interior do estado gaúcho, cujos resultados podem ser observados na tese de Machado (2004) e alguns estudos em sítios da diáspora negra, onde, entre outros espaços, algumas pesquisas focalizaram os quilombos e os territórios do charque.

O pesquisador Claudio Carle estudou arqueologicamente localidades onde comunidades de africanos e de descendência africana assentaram-se ou permaneceram assentadas no Estado, no intuito de definir a antiguidade e a forma de organização espacial das mesmas, nos séculos XVIII e XIX. O pesquisador analisou a dimensão simbólica das manifestações religiosas africanas e observou sua incidência na formação de três quilombos, o quilombo do abrigo do Monjolo, em Santo Antônio da Patrulha, a ilha do Quilombo, em Porto Alegre, e o quilombo do Paredão, entre os municípios de Taquara e Gravataí. As discussões e reflexões de seu trabalho resultaram na tese *“A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX”*, defendida em 2005 (CARLE, 2005).

Thiesen, Molet e Kuniochi associaram história e arqueologia para o estudo da Charqueada do Carreiros, observando a sua relação com a sociedade da cidade de Rio Grande (RS). A pesquisa incluiu a realização de um levantamento de documentos históricos, bem como o estudo das evidências arqueológicas existentes sobre o solo, com vistas a identificar as estruturas do estabelecimento como os galpões, senzala, graxeira, varal, currais, horta, pomar e cercados, no sítio onde o estudo do inventário revelou a presença de ao menos 69 escravos (THIESEN, MOLET E KUNIOCHI, 2011).

Em Pelotas, uma linha regular de pesquisa em Arqueologia da Diáspora Africana foi instituída no ano de 2010, pelo professor Lúcio Menezes Ferreira. O projeto intitulado *O Pampa Negro: Arqueologia da Diáspora Africana na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)* foi pensado com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de trabalhos que dialogassem com as pesquisas historiográficas nacionais, locais e da região platina sobre a temática, com vistas à inserção nos quadros internacionais da Arqueologia da diáspora africana. As etapas previstas foram organizadas de modo a promover o levantamento de fontes escritas, iconográficas e materiais, abundantes e

parcialmente exploradas nos arquivos e sítios disponíveis em Pelotas e região. Em um segundo momento, o objetivo traçado foi o de compreender os contextos sociais e culturais de atuação dos escravizados na região Meridional do Rio Grande do Sul e promover o mapeamento destes locais, com levantamento de sítios, prospecções e escavações arqueológicas nas estâncias e charqueadas da região, de acordo com as perspectivas da arqueologia comunitária (FERREIRA, 2009).

O Pampa Negro reuniu, nos últimos anos, uma equipe de estudantes e pesquisadores que atuaram primeiramente junto ao Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA) e, posteriormente, a partir de 2015, ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material, o LEICMA, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas, oriundos, principalmente, dos cursos de graduação em Antropologia, História, Conservação e Restauro, Geografia e dos programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Memória Social e Patrimônio Cultural. A formação de um importante banco de dados sobre a diáspora africana e as atividades de campo desenvolvidas pelo projeto resultaram, já, em uma série de artigos publicados e trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações e outros estudos, como teses em andamento. Esta tese, por exemplo, se insere no âmbito de O Pampa Negro.

Um dos primeiros frutos do projeto foi a dissertação *Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas*, defendida em 2012 por Estefânia Jaékel da Rosa, que apresentou um estudo arqueológico das charqueadas pelotenses do período oitocentista, com o intuito de compreender a dinâmica de funcionamento e a atuação da mão-de-obra escrava nesses estabelecimentos (ROSA, 2012). Este estudo partiu da análise de cinco charqueadas – São João, Boaventura Rodrigues Barcellos, Barão de Butuí e Barão do Jarau, localizadas às margens do arroio Pelotas, e a charqueada da Boca do Arroio Pelotas, próxima ao Passo dos Negros. O trabalho evidenciou também a abordagem da Charqueada Santa Bárbara, que até então era desconhecida pelos pesquisadores locais e foi identificada no âmbito do projeto *O Pampa Negro*, vindo a ser o primeiro sítio charqueador pelotense escavado sob a perspectiva da Arqueologia da diáspora africana (ROSA, 2012, p. 18).

Outro desdobramento do projeto desenvolvido por Ferreira foram os estudos do Passo dos Negros (região localizada no encontro do Arroio Pelotas e Rio São Gonçalo, na cidade de Pelotas). Sob sua orientação, tais estudos resultaram na dissertação intitulada *Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)*, de autoria de Marcelo Garcia da Rocha, defendida no ano de 2014. Neste trabalho, sob a perspectiva da arqueologia da diáspora africana, buscou-se entender como a região que ficou conhecida como Passo dos Negros, em função do alto fluxo de escravos, relacionou-se, ao longo do século XIX, com diversos locais do Atlântico por meio da produção do charque e seus derivados. Os estudos e levantamentos realizados e a relação deste território com os sítios da diáspora africana serviram para justificar o Passo dos Negros enquanto importante espaço para pesquisas arqueológicas, de forma a dar visibilidade ao local e evidenciar o seu valor do como patrimônio cultural.

Em 2015, Anelize Santana defendeu a monografia *A circulação de mercadorias no contexto do sistema escravista: uma abordagem da Arqueologia Documental do Jornal Diário de Pelotas (1876-1888)*, na qual demonstrou, por meio de dados de importação e exportação publicados neste veículo de informação, como Pelotas estava conectada às rotas atlânticas visando à exportação do charque e seus derivados. De outra parte, a pesquisadora também evidenciou a importação de itens e chegada de pessoas de diversas paragens, mostrando como os sistemas escravistas locais integraram-se à Europa, África e América (SANTANA, 2015).

Marta Bonow Rodrigues (2015) desenvolveu uma pesquisa arqueológica sobre as mulheres escravas domésticas em Pelotas no século XIX, a partir da análise dos anúncios de compra, venda, aluguel, ofertas e procuras de trabalhadoras domésticas escravizadas nas fontes jornalísticas, cruzando estes dados com anúncios de mulheres livres e libertas e homens escravizados que se mantinham nas mesmas atividades. Este trabalho, que resultou na dissertação *“A vida é um jogo para quem tem ancas”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX* discorreu sobre as “relações de classe, gênero e “cor” que permeavam o cotidiano dessas mulheres escravizadas, com especial atenção às domésticas ligadas aos cuidados com as crianças (RODRIGUES, 2015).

Gil Mattos, em sua dissertação defendida em 2015, apresentou um trabalho etnoarqueológico desenvolvido junto à comunidade quilombola Fazenda Cachoeira, localizada em Piratini, na região meridional do estado. Através da observação participante e do uso da ferramenta SIG, delineou o território tradicionalmente ocupado pelos quilombolas, tomando como base locais e elementos da cultura material de relevância para a formação, história e realidade social dessa comunidade. As memórias dos moradores da região, cruzadas ao mapeamento de taperas, passos, cemitérios, antigas sedes de estâncias, entre outros elementos da cultura material, ajudaram a entender o passado deste coletivo e o processo de ocupação de seu território tradicionalmente utilizado.

Mattos observou também seus espaços de convivência e socialização, como os lugares de caça, pesca e coleta de frutas e plantas com fins terapêuticos, assim como seus cercados, hortas e outros espaços de plantio e criação de animais, que possibilitaram entender o modo como os quilombolas vivem e usam, de modo sustentável, esse espaço, valorizando e mantendo vivas suas tradições. Considerando que a comunidade quilombola Fazenda Cachoeira tem posse de apenas uma pequena parcela desse território e que fatores como a falta de terra para o plantio e criação vem ameaçando a segurança da comunidade e as suas práticas de subsistência, o trabalho pretendeu dar visibilidade ao caso e, ainda, ser um instrumento para que a recuperação das terras que o grupo ocupou historicamente (MATTOS, 2015).

Ainda no âmbito dos estudos de pós-graduação relacionados ao *Pampa Negro*, Victor Gomes Monteiro, em 2016, defendeu a dissertação *Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850)*, na qual analisou como a construção política e cultural da paisagem instituiu formas de governo e de resistência dos escravos, como também foi parte fundamental da consolidação do sistema escravista na localidade. Além de analisar a legislação oitocentista pertinente e os documentos da Câmara Municipal de Pelotas, onde pôde observar o processo de normatização dos espaços e relações sociais, Monteiro analisou arqueologicamente a paisagem da Charqueada São João e as dinâmicas em outros territórios da cidade, discorrendo sobre as tentativas de cerceamento da liberdade destes trabalhadores, promovidas pelos poderes do estado, e as

estratégias adotadas pelos cativos, reveladas em suas formas de resistência, ressignificação e uso criativo dos espaços.

Lúcio Ferreira, por sua vez, orientador destes trabalhos e responsável pelo projeto *O Pampa Negro*, também tem realizado uma série de publicações no campo dos estudos arqueológicos da diáspora africana. Boa parte destes estudos se insere no plano internacional, onde o autor investiga sítios, aborda e desenvolve perspectivas comparativas junto a outros pesquisadores, entre os países sul-americanos e, mais recentemente, da região do Caribe e Estados Unidos. No artigo *Símbolo Não Escolhido: Arqueologia das Marcas a Ferro em Escravos de Cuba*, por exemplo, Ferreira e Corzo (2013) analisam as “marcas de ferro” que foram usadas com dispositivos de identificação e serviram como tecnologias de controle dos cativos à serviço do sistema escravista cubano. Estes símbolos não escolhidos pelos escravos, estavam ali, presentes, marcados em seus corpos e acabaram por conformar seus estatutos jurídicos como escravizados. Mesmo nos quilombos, estas marcas lembrariam sua condição pregressa: foram escravos de alguém. Contudo, os autores reafirmam que isso não significa acomodação - mesmo marcados a ferro, os escravos seguiram resistindo, de distintas maneiras (FERREIRA E CORZO, 2013).

Em suma, conforme já mencionando anteriormente, através dos trabalhos aqui citados, não se pretendeu fazer uma revisão exaustiva sobre o tema, até mesmo porque extrapolaria os objetivos desta investigação e o campo vem se renovando exponencialmente. No entanto, as pesquisas aqui mencionadas demonstram o quão avolumaram-se e diversificaram-se, ampliando o campo de estudo, em um período relativamente curto de tempo, os estudos arqueológicos sobre a diáspora africana. Ainda assim, quando comparados à significativa presença de africanos e afrodescendentes em todo o território brasileiro, as linhas de pesquisa arqueológicas sobre o tema são ainda diminutas.

Souza e Symanski, em *O Registro Arqueológico dos grupos escravos Questões de Visibilidade e Preservação*, questionam como um grupo social que compôs a maioria da população brasileira tem sido tão pouco estudado pela arqueologia (SOUZA e SYMANSKI, 2007, p. 215). Neste trabalho, os autores demonstram que a questão da visibilidade dos grupos escravos no registro arqueológico vincula-se, sobretudo, à habilidade dos investigadores em

“diagnosticar as evidências a eles ligados”, ou seja, sugerem que o argumento de que os vestígios materiais ligados aos escravos não se preservaram, ou não são passíveis de identificação, não se sustenta. Os autores apontam que o primeiro passo no desenvolvimento de políticas de preservação para esse patrimônio é dar-lhe visibilidade, uma vez que, pela ausência de conhecimento a seu respeito, esses vestígios estão mais sujeitos à destruição e a não serem contemplados em programas de preservação (SYMANSKI E SOUZA. 2007, p. 239).

Efetivamente, no país, quando se trata da proteção, estudo e preservação dos sítios significativos para os estudos sobre diáspora africana, a situação é preocupante. Embora as pesquisas sinalizem para a importância de determinados espaços para as investigações arqueológicas e, em alguns momentos, estes também sejam reivindicados pelas próprias comunidades, muitas vezes deparamo-nos com a ausência de medidas legais de proteção, mais específicas, o que implica em um risco para a preservação do patrimônio cultural afrodescendente. Outras vezes impera o próprio desconhecimento dos sítios e territórios que contaram com significativa presença de africanos e afrodescendentes em sua formação, e estes permanecem em estado de abandono, invisibilizados pelas políticas públicas, apesar do forte potencial para as investigações e políticas valorativas do patrimônio cultural.

Nesta direção, portanto, o segundo capítulo deste trabalho tratará dos territórios do ciclo do charque em Jaguarão, com a análise da formação, funcionamento e estado dos antigos estabelecimentos saladeiros da cidade, localizados principalmente às margens do rio Jaguarão ou no curso de seus afluentes, observando as estruturas remanescentes no local e a dinâmica de trabalho nestes estabelecimentos.

Considerando que produção charqueadora da região sul destaca-se pela sua importância para a economia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o período oitocentista, e que a mão de obra utilizada nestas charqueadas foi majoritariamente africana e afrodescendente, busca-se compreender a proporção da produção charqueadora destas unidades escravistas, em relação aos demais complexos saladeiros da região da fronteira meridional, na perspectiva de que se tratam de sítios relacionados à diáspora e interligados, portanto, às redes do atlântico negro.

Para tanto, o capítulo que segue será estruturado da seguinte maneira. Primeiramente, serão sistematizadas as produções já existentes relacionadas ao mundo escravista, enfocando-se as principais pesquisas que tratam da escravidão nesta zona da fronteira meridional, que deu origem ao município de Jaguarão. Em seguida, serão revisados os estudos sobre a importância do charque na economia gaúcha oitocentista, uma vez que estes servirão para contextualizar a expansão da fronteira, com seu alto contingente de trabalhadores escravizados, concentrado especialmente nas lidas rurais.

Serão pormenorizados os dados referentes à escravidão nesta faixa de fronteira. O trabalho de revisão de literatura, aliado aos dados coletados em diferentes fontes disponíveis, como os relatórios da Câmara de Vereadores de Jaguarão, fotografias, jornais oitocentistas e um livro de penhora de escravos localizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, junto aos estudos que compulsaram os inventários dos charqueadores desta fronteira, permitirão traçar algumas considerações sobre as charqueadas da cidade, bem como sobre a presença de trabalhadores escravizados nestas paragens.

A discussão focalizará o complexo do período de apogeu da produção do charque nesta região com a observação das estruturas remanescentes e, em específico, com os dados sobre os trabalhadores cativos que nelas atuaram, ao longo do século XIX, de modo a identificar e cotejar informações sobre os grupos escravizados deste complexo saladeiril e a traçar os perfis dos trabalhadores africanos e afro-americanos que viveram no local.

Por fim, serão observadas as causas que levaram ao declínio destes estabelecimentos e ao abandono do local, tratando, em específico, do não reconhecimento da cidade a respeito do ciclo de charque e de suas reminiscências, em um debate cujo pano de fundo, mais adiante, serão as políticas patrimoniais. É o que veremos a seguir.

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO DO SÍTIO CHARQUEADOR DE JAGUARÃO

2.1 A escravização na fronteira meridional: os estudos sobre Jaguarão

Ao discorrer sobre a *Historiografia da escravidão e da fronteira no Rio Grande do Sul*, Caratti (2013) afirma que, no plano das primeiras pesquisas sobre estes territórios, muito se confundia a região fronteira com a inexistência da escravização de africanos, ideia esta baseada mais em suposições do que em pesquisa empírica, segundo o autor (CARATTI, 2013, p.45). Os primeiros estudos conhecidos negaram a significava presença negra e escravizada na formação do Rio Grande do Sul, dando ênfase à imigração açoriana e, posteriormente, à vinda de alemães e italianos no século XIX, no que tange à constituição da sociedade e formação do povo rio-grandense. São estudos baseados na hierarquia de raças, nos quais considerava-se que o negro não poderia contribuir para o progresso da sociedade (CARATTI, 2013).

Se olharmos de forma mais ampla, veremos que, dos escritos de Gonçalves Chaves, desde o início do século XIX, até os de Dante de Laytano, na metade do século XX, as visões dos historiadores sobre a escravidão não foram muito diferentes. Versavam, paralelamente, a ideia da pouca representatividade do negro na formação da sociedade rio-grandense, e a do povo gaúcho igualitário e do espírito democrático, que transformavam o Rio Grande numa democracia racial. O negro seria bem tratado, como em nenhum outro lugar do Império (CARATTI, 2013, p; 46).

Tal mentalidade influenciou as visões sobre a formação destas paragens por largo período e isto pode ser demonstrado, por exemplo, nas afirmações de Rosa, na década de 1950, ao abordar as características da fronteira, quando afirma que “o povoamento de Jaguarão, na extrema linha meridional do Rio Grande do Sul, é pura e exclusivamente português” (ROSA, 1952, p.8)³. Neste sentido, torna-se pertinente apontar as considerações de Tonkin (2006), quando alerta que “os indivíduos e grupos podem ser interpelados ou ocultados

³ 3 Othelo Rosa, em uma publicação sobre a trajetória de Carlos Barbosa Gonçalves, de 1952.

por representações públicas do passado que parecem garantir sua identidade ou negar sua significatividade (sic)” (TONKIN *apud* LÓPEZ, 2006, p.182).

Um trabalho que apresenta a revisão da historiografia sulina e reflete sobre a gênese desta visão do passado rio-grandense, que idealiza a sociedade gaúcha e minimiza a importância da escravização africana, é o de Aladrén (2012). O autor aborda de forma mais detalhada os estudos de Alfredo Varela, Salis Goulart, Sousa Docca, Antônio Carlos Machado, Laytano e outros autores que contribuíram com a ideia da democracia racial sulina, revisitando trabalhos que, apesar de suas especificidades, contribuições e complexidades, muitas vezes foram marcados por ideologias racistas, fortemente disseminadas no período (ALADRÉN, 2012).

Na década de 1960, o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1977), que abordou o capitalismo e a escravidão no Brasil Meridional, provocou uma mudança de perspectiva no sentido de reconhecer a importância dos sistemas escravistas e do papel do negro na sociedade gaúcha, embora seu estudo tenha, ainda, corroborado a ideia de que a escravização africana na zona de fronteira era branda. O autor, influenciado pelos estudos marxistas da Escola Sociológica Paulista, contestou a ideia de democracia racial e demonstrou o peso da mão de obra escrava, principalmente nas charqueadas, tratando da violência e do poderio senhorial sobre os cativos, sem compreender, ainda, a agência, as estratégias de negociação e resistência empreendidas pelos escravizados.

Os trabalhos de Mário Maestri, escritos a partir da década de 1980, por sua vez, foram importantes para a compreensão da mão de obra negra na produção charqueadora e um divisor de águas no que diz respeito às formas de resistência dos trabalhadores cativos à escravidão. Contudo, em se tratando da área de fronteira, o autor contribuiu para a visão distorcida de que nessas regiões, por conta das facilidades de fuga para as bandas orientais, nas lidas pecuárias, seria preferível contratar a mão de obra livre à escrava (MAESTRI, 1984, CARATTI, 2013). A partir de fins dos anos de 1970 e começos de 1980 é que a escravização africana passou a ser estudada mais de acordo com teorias sociais modernas e em compassado com a bibliografia internacional, tanto no cenário nacional quanto no território gaúcho, ampliando-se as possibilidades e as abordagens. São deste período estudos significativos que passaram a

analisar a complexidade das relações sociais e culturais do mundo escravista e a reconhecer que os africanos e afrodescendentes foram agentes históricos.

No que concerne aos estudos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, no começo dos anos 1990, cabe citar a criação do Núcleo de História Social da Escravidão ligado ao Mestrado em História, da PUC/RS, que ampliou o leque de estudos em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Portanto, alguns destes trabalhos serão citados mais adiante. Com a experiência acumulada, o avanço dos estudos, o cruzamento de dados e uma multiplicidade das fontes e temas de pesquisa a partir dos anos 2000, porém, outro cenário foi descortinado sobre a importância da escravização africana no Rio Grande do Sul e, por conseguinte, na compreensão da conformação de seus territórios.

Helen Osório, por exemplo, no trabalho intitulado *“Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII”*, ao observar a estrutura agrária da capitania do Rio Grande do Sul no período de 1765-1825, ao contrário das visões reproduzidas pela historiografia tradicional, que apontavam para um território com grandes latifúndios, marcado pela presença de peões livres, demonstrou que o trabalho escravizado era corrente (OSÓRIO, 2007).

Seus estudos revelaram um território conformado por uma presença majoritária de lavradores entre os produtores rurais e a existência de uma variada gama de criadores de animais, que se iniciava com poucas dezenas de cabeças e alcançava rebanhos vacuns de milhares de cabeças (OSÓRIO, 2005, 2007). Segundo a autora, mais da metade das estâncias, neste contexto entendidas como unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns, eram, na verdade, estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura. Nestes locais, já se destacava uma forte presença de mão de obra escravizada, não só na agricultura, mas, também, nas lidas pecuárias. Assim, examinando-se o contingente da população escravizada no Rio Grande do Sul em relação com outras capitanias da América portuguesa, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, comprovou-se a centralidade do sistema escravista como estruturante das sociedades locais (OSÓRIO, 2007).

Os estudos de Osório, junto a outros autores que compulsaram os arquivos históricos com fontes diversificadas de pesquisa, permitiram importantes avanços para a compreensão do peso da escravização em regiões

distintas da província. No plano dos estudos da escravidão e da sociedade agrária, podemos citar autores com Paulo Zarth (2002), Fábio Kühn (2006) e Farinatti (2011), que trouxeram importantes contribuições sobre as fronteiras. As investigações sobre a economia pecuária, que revelaram a significativa presença de trabalhadores africanos e afrodescendentes nas estâncias sulinas, foram fundamentais para a revisão do argumento de que, em regiões fronteiriças, a escravidão não teria sido relevante.

Tratando especificamente da região da atual fronteira de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai, os estudos a seguir focalizaram distintos aspectos da escravidão nestes territórios. Não se trata da totalidade de pesquisas e abordagens existentes, mas aquelas que, de uma forma ou de outra, trouxeram novos aportes e inspiraram esta pesquisa.

Sobre a significativa presença africana e afrodescendente e a estrutura da posse de escravos na região da fronteira sulina, entre os estudos mais recentes, há as análises de Paulo Roberto Staud Moreira, professor e pesquisador da Unisinos. Ao investigar a trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Moreira interessou-se por observar o local de nascimento e parte da infância de seu personagem, realizando um importante trabalho de pesquisa em fontes como levantamentos populacionais, documentos administrativos e inventários post-mortem. Em *“Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)”*, o autor traçou as características desta então Vila fronteiriça, onde identificou um considerável contingente cativo na região. Moreira analisou 166 inventários no intervalo entre os anos de 1835 e 1845; constatou que em 141 deles, ou seja, 84,94%, há registro de escravizados. Moreira avaliou dados característicos como a posse de escravizados pelos senhores locais, a estrutura produtiva da Vila, as características dos grupos escravizados e também as redes de solidariedade formadas entre africanos e afrodescendentes na região (MOREIRA, 2009).

Outro trabalho que analisou a diáspora africana em Jaguarão foi *“O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)”*, de autoria de Jônatas Marques Caratti, que apresenta os resultados da dissertação defendida no ano de 2010, na Unisinos, em São Leopoldo, sob

orientação de Moreira. Perseguindo as trajetórias de dois indivíduos que lutaram contra a condição de escravidão, a partir do estudo de processos judiciais, junto à análise de farta documentação, Caratti interpretou o impacto das leis uruguaias abolicionistas para o sistema escravista do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, os casos de reescravização, e demonstrou a importância da Vila de Jaguarão, no Sul da Província, enquanto sociedade escravista da fronteira meridional e, principalmente, rota de tráfico e local exportador de cativos para outras terras do Estado (CARATTI, 2013).

Francisca Carla Ferrer, por sua vez, na Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-graduação em História Social, com a tese intitulada *“Entre a Liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 e 1868”*, pesquisou as lutas estratégicas dos escravos enquanto sujeitos históricos que conseguiram agenciar sua própria liberdade no espaço desta fronteira, entre o conflito da Guerra do Paraguai e a abolição. Ao analisar processos de Jaguarão, Ferrer tratou da importância das charqueadas entre as principais fontes de renda para a cidade, somadas à pecuária e ao comércio, sendo os estabelecimentos saladeiris apontados pela autora como os locais de maior concentração de mão de obra escravizada nestes territórios (FERRER, 2011).

No ano de 2012, destaca-se a publicação da tese de Gabriel Aladrén, que analisou as conexões entre escravidão e guerra no processo de formação da fronteira sul do Brasil, em fins do século XVIII e começos do século XIX. Este estudo demonstrou como os conflitos e a condição de fronteira imprimiram marcas específicas na formação do Rio Grande do Sul. Explicou como a escravidão condicionou a dinâmica dos conflitos militares e contribuiu para a expansão e a consolidação da fronteira luso-brasileira no Rio da Prata, examinando os territórios da fronteira de Jaguarão, Cachoeira e Rio Pardo, na atual linha divisória do Brasil com o Uruguai e a Argentina (ALADRÉN, 2012).

Estudos posteriores, desenvolvidos junto à UFRGS e à Unisinos, que também compulsaram a documentação disponível nos arquivos públicos do Estado, trouxeram novas contribuições para a compreensão da diáspora africana e formação da fronteira meridional da América Portuguesa. Gularte (2015), através da dissertação *“Fronteira do Jaguarão: Unidades Produtivas e Trabalho Escravo na Formação de um espaço fronteiriço (1801-1835)”*,

analisou a ocupação da área entre os rios Piratini e Jaguarão, observando que as unidades produtivas locais foram largamente abastecidas pelo tráfico atlântico de escravizados. Gularte avaliou, no período compreendido por sua análise – também com base nos estudos de inventários de senhores de escravos, referentes às três primeiras décadas do século XIX –, que a maior parcela da escravaria desta região foi empregada nas estâncias, dedicando-se principalmente às atividades pastoris, considerando, entre outros fatores, a relação destes sítios com a crescente demanda das charqueadas.

Matheus Batalha Bom (2017), em *Porosas Fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX)*, buscou compreender as experiências sociais de negros escravizados, livres e libertos em Jaguarão. Amparado por um árduo trabalho de pesquisa em processos criminais, cartas de alforria, jornais e inventários, Bom comprovou o peso da escravização no extremo sul do Brasil e revelou dados como sexo, idade e naturalidade dos trabalhadores escravizados a partir de 1850, mas concentrando suas análises principalmente entre os anos de 1870 e 1888. Analisou também as matrículas de escravos e, assim, coletou importantes informações como ocupações, cor, estado e filiação destes indivíduos. No plano da observação das relações sociais dos escravizados, o pesquisador interessou-se sobre como estes sujeitos vivenciaram os tempos de trabalho e a importância dos laços familiares e de solidariedade entre escravizados e libertos, trazendo à tona trajetórias de vida analisadas a partir das fontes documentais (BOM, 2017).

Silva, em sua monografia defendida em 2015, na Universidade Federal do Pampa, discutiu a resistência escrava na região fronteira de Jaguarão, mapeando o perfil dos trabalhadores escravizados que empreenderam fugas. O autor também discorreu acerca dos cativos que circulavam no espaço urbano dessa região fronteira, forjando estratégias de resistência ao cativeiro, a partir de suas pesquisas desenvolvidas em jornais locais, no período entre 1855 a 1873 (SILVA, 2015). Al-Alam, Bom, Lopes e Silva (2015), por sua vez, analisaram a construção da Cadeia Civil de Jaguarão e, no contexto de criação desta prisão oitocentista, os empreendimentos das autoridades locais com vistas a esboçar estratégias de controle das camadas populares e cerceamento da significativa população escravizada desta fronteira (AL-ALAM, BOM, LOPES

E SILVA, 2015). Em outros trabalhos, Al-Alam e Lima (2013, 2018) debateram a formação dos *Territórios Negros em Jaguarão*, considerando a relação desta fronteira com o mundo atlântico e a intensa presença africana e afrodescendente ao longo de todo o processo histórico de formação desta sociedade, que demarcou diversos espaços pelas experiências históricas destes povos na região, tanto no núcleo urbano, quanto rural.

Neste sentido, os territórios das antigas estâncias e charqueadas de Jaguarão são considerados espaços geográficos importantes e denota-se a necessidade de maior investigação e proteção destes lugares, no âmbito das políticas patrimoniais. Apesar da existência de recentes e relevantes estudos sobre as estâncias da região, são poucas, ainda, as pesquisas voltadas ao estudo do núcleo saladeiril da faixa de fronteira entre Brasil e Uruguai e que abordem, especificamente, as charqueadas.

Aponta-se a falta de maiores estudos sobre estes sítios e o fato de não se ter, ainda, a dimensão segura da produção destes estabelecimentos, tornando-se difícil, assim, traçar relações com outros núcleos escravistas como os da região da campanha, Rio Grande e Pelotas, de forma a observar, também, as relações que estabeleciam com as unidades saladeiras da República Oriental do Uruguai.

Destarte, a sequência deste capítulo voltar-se-á ao debate sobre as charqueadas de Jaguarão, com dados cotejados de pesquisas que abordaram a escravidão nestes territórios, bem como informações colhidas nas fontes disponíveis em arquivos históricos da região e documentação localizada principalmente no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, detalhada mais adiante.

Antes, porém, é necessário tratar da importância do charque na economia gaúcha do século XIX. Conforme já foi exposto, este embasamento servirá para contextualizar a expansão da fronteira sulina e o seu alto contingente de trabalhadores escravizados, concentrado, especialmente, nas lidas rurais.

2.2 A importância do charque na economia gaúcha, século XIX

2.2.1 Breve panorama dos estudos

Na década de 1980, iniciaram-se os estudos mais proeminentes sobre a economia do charque no Rio Grande do Sul. Mário Maestri (1980), em sua tese *“O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho”*, procurou evidenciar estes estabelecimentos como o centro do sistema produtivo escravista no sul. Tiveram bastante repercussão, também, os estudos do autor sobre a resistência escrava, manifestada na forma de fugas, delitos, revoltas e aquilombamento dos grupos cativos (MAESTRI, 1984).

Corsetti, em 1983, defendeu a dissertação *“Estudo da Charqueada Escravista Gaúcha no século XIX”*, na qual discorreu sobre a escravização e as charqueadas como elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e a formação do estado gaúcho (CORSETTI, 1983).

A arquiteta Ester Gutierrez, em 1993, defendeu a dissertação *“Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre a formação do núcleo charqueador pelotense (1780-1888)”*, na qual além de apresentar um importante levantamento histórico e arquitetônico do sítio charqueador pelotense, a partir de uma ampla pesquisa documental, comprovou a hipótese de que na entressafra da salga das carnes, entre outras funções, os cativos eram empregados na fabricação de tijolos e telhas. Ou seja, “passavam verões cobertos pelo sangue das carnes; e os invernos, pela argila que removiam para a fabricação de elementos cerâmicos” (GUTIERREZ, 2011). Em sua tese, apresentada em 1998, *“Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)”*, a autora demonstrou que, em Pelotas, onde se concentraram suas análises, europeus e seus descendentes projetaram, dirigiram e decoraram os edifícios e a cidade, mas estes foram moldados e erguidos, principalmente, pela mão de obra cativa de africanos e afrodescendentes (GUTIERREZ, 2004). São, também, da década de 1990 os trabalhos de Marques (1990), *“Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses”*, a dissertação *“Pelotas, Escravidão e Charqueadas (1780-1888)”*, de Assumpção (1991), entre outros trabalhos que contribuíram com o tratamento de diversos temas ligados à escravidão na região.

Já nos anos 2000, avolumaram-se os estudos e, dentre estes, cabe citar Moreira (2007), com a publicação *“Charqueadas e Xarqueada: a vida saladeiril na província gaúcha”*; a monografia de Bruno Pessi sobre *“O impacto do fim do Tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (1846-1874)”*, defendida em 2008; os estudos de Vieira Junior (2009), *“De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)”*; e Monasterio (2003), quem investigou o declínio dos estabelecimentos saladeiros em *“A decadência das Charqueadas Gaúchas no século XIX: uma nova explicação”*.

Vargas realizou diversas pesquisas e publicações sobre a produção do charque em Pelotas, observando, entre outros fatores, a elite que se formou nestas paragens do extremo sul do país. Em 2013, o pesquisador defendeu a tese *“Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)”*, onde ficou evidente que alguns charqueadores pelotenses possuíam terras também na fronteira de Jaguarão (VARGAS, 2013).

Há um grande leque de pesquisas sobre a economia do charque e a escravidão nos territórios sulinos. Ao longo desse trabalho, dialogaremos com essa produção.

2.2.2 A formação dos núcleos saladeiris da fronteira meridional

No final do século XVIII, com a doação de sesmarias, os portugueses avançaram e passaram a povoar, efetivamente, os territórios que conformam a atual fronteira meridional do estado gaúcho. Nestas paragens tiveram início as produções agrícola e pecuária, onde, aos poucos, os rebanhos foram tomando as extensões de campo, próprias para as pastagens.

Estabelecimentos de produção de charque foram instalados no sul do Brasil, dando início a um dos mais importantes processos econômicos e sociais da região. A carne salgada e cortada em mantas, quando produzida em larga escala nestes locais, passou a ser exportada para os grandes centros do país e, também, países estrangeiros, a fim de alimentar, principalmente, a população pobre e os trabalhadores escravizados (PESSI, 2008).

Com a instalação dos principais núcleos saladeiris às margens de rios navegáveis, nas proximidades da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, zonas de movimentação de grandes contrabandos desde o final do século XVIII, as unidades produtivas escravistas da Província de São Pedro entraram em larga expansão (GUTIERREZ, 2004).

As sesmarias Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão ficaram conhecidas pelas produções historiográficas como as sete estâncias formadoras do município de Pelotas (Magalhães, 1993, Gutierrez, 2001). A porção de terras situada entre o Arroio Pelotas, o Canal São Gonçalo, o Arroio Santa Bárbara e a Serra dos Tapes se destaca entre as abordagens por ter abrigado ao longo do século XIX mais de trinta charqueadas⁴.

A produção de carne seca nestes espaços era obtida, basicamente, através da utilização de mão de obra cativa, apesar do emprego de mão de obra livre também ser encontrada em algumas funções, em especial nas atividades administrativas e de controle de produção.

As primeiras charqueadas destes territórios, datadas do século XVIII, abatiam o gado a céu aberto e preparavam o charque de forma artesanal. Nesses estabelecimentos, o gado era carneado em chão batido ou sobre couros, as carnes eram cortadas e salgadas a seco, logo sendo expostas para secagem. A área de produção, nos primeiros estabelecimentos, apresentava basicamente galpões de palha, varais de secagem, tachos de ferro para extrair a gordura com fervura de água e tendas de madeira para dissecar o charque (MAESTRI, 1984; MARQUES 1990, ROSA, 2012).

Embora as técnicas da salga da carne já fossem conhecidas em período anterior, foi em fins do século XVIII, nas margens do Arroio Pelotas, que a incipiente produção do charque tomou maiores proporções. Alguns autores apontam que, devido a uma série de secas no nordeste brasileiro – principal produtor do charque até então – na década de 1770, o português Pinto Martins mudou-se para o sul do Império Português, se estabelecendo às margens do Arroio Pelotas. Simões Lopes Neto, Magalhães (1993) e Gutierrez (2004) foram

⁴ Ao longo do século XIX, o número de charqueadas que existiram em Pelotas, não ao mesmo tempo, foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822, havia 22 charqueadas na região, em 1850, este número atingiu a casa dos 30, em 1837, chegou aos 35 e em 1880, 38. (VARGAS, 2010, P.3)

autores que apontaram este charqueador como o precursor do charque na região, embora estudos posteriores tenham refutado esta versão.

De acordo com Vargas, pouco se conhece da fase inicial de instalação dos galpões de charquear em Pelotas, mas quando Pinto Martins chegou na capitania sulina, provavelmente na passagem da década de 1780 para a de 1790, o charque já era fabricado no Rio Grande do Sul em larga escala. O autor afirma, porém, que a atuação deste charqueador neste contexto não deve ser desprezada. “Caso não tivesse possuído um papel importante nos primórdios do complexo charqueador pelotense, dificilmente Pinto Martins teria sido lembrado como o grande “empreendedor” da localidade no século XVIII” (VARGAS, 2013, P. 106). Sua contribuição não foi a de ter instalado a primeira fábrica, mas sim a de ter articulado e trabalhado para a abertura dos mercados nordestinos para o produto, o que fez a produção aumentar significativamente. Entende-se, também, que a prática de charquear seria tão antiga quanto a chegada dos portugueses no Rio Grande, por isso o advento da charqueada não deve ser associado ao feito de um só homem (ROSA, 2012).

Foi somente a partir do século XIX, então, que as charqueadas tiveram um impulso realmente acentuado. Conforme já exposto, no encontro do Arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, ligação natural entre as Lagoas Mirim e dos Patos, desenvolveu-se o núcleo charqueador escravista pelotense, apontado como o cerne da produção saladeiril meridional da colônia portuguesa no continente americano (GUTIERREZ, 2004).

Nesse território formou-se, com o advento da produção da salga da carne e de seus derivados, um dos principais espaços de atuação dos escravizados da fronteira meridional do país. Os relatos dos viajantes que passaram por estes locais dão ideia de como se dava a produção charqueadora que, apesar de apresentar mudanças de acordo com os contextos, seguia basicamente as mesmas etapas de produção. Já são bastante recorrentes as narrativas de Nicolau Dreys (1839) e Louis Couty (1880) para a descrição do processo de charquear.

1. Os animais saíam da mangueira e entravam em um brete, o qual tinha um piso inclinado de tijolos ou de madeira que deixava o boi na posição para o abate.

2. O laçador, que ficava em uma plataforma de madeira, atava um laço no animal, levantava este puxando a corda com uma roldana, desnucava e colocava o boi em uma zorra.
3. A zorra deslizava pelos trilhos e levava o animal até uma cancha que tinha um piso retangular, de cimento alisado (com mais ou menos 30 metros), com uma leve caída que conduzia o sangue pelas canaletas que havia no seu entorno. A cancha era coberta de telhas, mas não era fechada. Na cancha eram tirados os couros, os membros e os demais pedaços do boi que estava sendo sangrado.
4. As mantas de carne e os membros eram conduzidos a um galpão adjacente, o restante era destinado à produção de cinzas, sebos e graxas.
5. As carnes eram cortadas de forma uniformizada e transportadas para as mesas onde era feita a salga, em seguida eram levadas para as pilhas que ficavam abrigadas em um galpão.
6. Depois as carnes passavam pela salmoura e eram estendidas em varais, por cinco ou seis dias.
7. Além do charque, outras partes do boi eram aproveitadas, como o couro, que passava pelo processo de salga e secagem; a cinza obtida com a queima dos ossos para produzir adubo; a língua era salgada para conserva; os pés geravam óleo de mocotó; a cabeça, o coração e as vísceras eram usados na fabricação de graxas e sebos, feitas nas graxeiras (nas charqueadas mais modernas funcionavam a vapor), que ficavam mais distantes da área de produção.

Esta descrição do sistema produtivo, baseada nos relatos oitocentistas e sistematizada por Maestri (1984) e Marques (1990) foi retomada por Estefânia Jáekel Da Rosa (2012) em sua dissertação, já aqui citada, na qual a autora aponta a sua relevância para a compreensão dos aspectos físico-espaciais dos locais de produção, pois são poucas as charqueadas que preservam estes vestígios (ROSA, 2012, p.58-59).

Junto a outras documentações, elas servem para a contextualização da área salgadora de muitos destes sítios, cujas estruturas antigas possuíam locais de abate das carnes, espaços de apoio ao trabalho, senzalas e residências senhoriais. São espaços remanescentes da produção saladeiril que foram, aos poucos, se especializando e complementando-se com instalações

que passaram a apresentar curral de encerra, bretes de matança, cancha de retalhamento, local para salgar as mantas, varais de secagem, depósitos, graxeira e barraca de tratamento dos couros (MARQUES, 1990).

Uma dessas charqueadas de Pelotas, a São João, foi, em maio de 2018, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, muitas delas, integram rotas turísticas terrestres e/ou fluviais na cidade. Os estudos arqueológicos recentes têm debatido a necessidade de proteção efetiva destes conjuntos e algumas pesquisas buscam dar visibilidade a estas paisagens culturais como territórios marcados pelas experiências da diáspora negra. Isto por conta, muito especialmente, da consolidação da área de pesquisa da Arqueologia da Diáspora Africana, que têm permitido o desenvolvimento de pesquisas locais e o estabelecimento de relações com os cenários nacional e internacional, através da investigação e abordagem da cultura material de africanos e afro-americanos, que revelam estratégias de resistência pouco conhecidas pelas fontes escritas (FERREIRA, 2009).

O ritmo de trabalho e o sistema produtivo destes estabelecimentos foi sustentado por escravizados e escravizadas. Através do estudo de jornais oitocentistas, relatos de estrangeiros, inventários *post-mortem*, censos, matrículas, documentos político-administrativos e processos judiciais, muitos estudos têm revelado diversos aspectos deste mundo escravista da salga da carne e sobre os indivíduos, africanos e afrodescendentes, que passaram por diversas experiências nestes espaços.

Boa parte das investigações sobre o charque e a escravização no Rio Grande do Sul tem, ainda, os holofotes voltados para esta região. Entretanto é inegável que, no Estado, apesar de as linhas de pesquisa sobre diáspora africana avolumarem-se nos últimos anos e abrirem o leque para uma gama maior de fontes, o que permitiu uma série de mudanças e avanços conceituais, não é absurdo afirmar que ainda muito pouco se conhece sobre as charqueadas da faixa de fronteira entre Brasil e Uruguai e, em específico, do município de Jaguarão. Muitas das estruturas remanescentes no local encontram-se em estado de abandono e a sua degradação avançada, bem como a inexistência de qualquer estudo de fôlego sobre o local, tornam urgente o levantamento de dados e a investigação dos sítios, visando a sua proteção,

uma vez que não se percebe nenhuma iniciativa neste sentido pelos órgãos oficiais de preservação.

2.3 A escravização em Jaguarão

2.3.1 A formação da Guarda e da Freguesia do Espírito Santo do Serrito

Em fins do século XVIII, estavam em disputa as terras em que atualmente encontra-se o município de Jaguarão, RS, fronteiro à cidade de Rio Branco, Uruguai. De acordo com o Tratado de Santo Ildefonso, celebrado entre as coroas de Portugal e Espanha, em 1777, a porção territorial estendida do rio Piratini ao rio Jaguarão conformaria um espaço neutro, no qual não poderiam “edificar-se povoações por nenhuma das duas partes, nem construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas” (Artigo 5º do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em San Ildefonso em 1º de Outubro de 1777).

Segundo Maestri (1980, p. 128), os chamados “campos ou terrenos neutrais”, que não integravam as possessões de Portugal e Espanha, pois, na verdade, esta vasta área do continente era ainda desconhecida pelos colonizadores, no decorrer de décadas foram vistos pelos colonizadores como “terra de ninguém” e cenário para a inter-relação de diversos grupos e transações clandestinas. Esta faixa territorial, objeto de desejo e cenário de disputas entre os colonizadores ibéricos, conforme atestam os estudos, teria sido efetivamente ocupada com doações de sesmarias desde pelo menos as duas últimas décadas do século XVIII, intensificando-se este processo após 1801 (GULARTE, 2015).

São documentos de grande valia para a compreensão deste período e do povoamento destes campos as correspondências entre os militares do processo expansionista, do comando das tropas lusas, e as autoridades do governo da Capitania. Muitos investigadores valeram-se destes registros para o estudo da ocupação desta região fronteira, como, por exemplo, Sérgio da Costa Franco (1980), autor de *Origens de Jaguarão*, um dos precursores sobre o estudo histórico desta faixa territorial e, mais recentemente, Gustavo Gularte (2015), que se dedicou à pesquisa das fartas correspondências do militar

Manoel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande no começo do oitocentos, que, com frequência, escrevia para o comando político da capital do Rio Grande de São Pedro. Gularte destaca, no período de formação deste espaço fronteiriço, a presença marcante da população escravizada desde os primórdios da ocupação da fronteira do Jaguarão, cujo controle preocupou constantemente as autoridades militares daquela região (GULARTE, 2015, p. 24).

Além das sesmarias doadas por Portugal na região, sabe-se, também, da fundação de guardas espanholas ao norte do rio Jaguarão, em 1792, sob a administração do Vice-Rei Arredondo, com vistas a conter o alastramento lusitano. Estavam localizadas em diferentes pontos as chamadas Guardas do Serrito, do Quilombo, de São José e de Santa Rosa. Devido à impossibilidade de resistência dos pequenos postos perante a ofensiva militar portuguesa, ocorrida em 1801, acredita-se que fossem estabelecimentos pouco significativos e desestruturados, com dificuldades para o abastecimento e fixação (FRANCO, 1980). A chamada “Guarda do Quilombo” situava-se entre o arroio homônimo e o arroio Telho. No que tange a uma ocupação quilombola na região, em função do topônimo corrente desde os anos primeiros do século XIX, Maestri afirma que: “(...) por se tratar de uma fronteira entre as possessões das duas coroas (...) deve ter sido lugar ideal para o refúgio de escravos, nos últimos anos do século XVIII”. O historiador alerta, contudo, que não se tem referência direta a estes focos de resistência na região banhada pelo Jaguarão, sendo este “outro ponto de nossa história que merece ainda uma elucidação e comprovação positiva” (MAESTRI, 1980, p. 128).

Na época conflituosa entre as coroas ibéricas restavam dúvidas, também, sobre os limites demarcatórios e um dos receios das autoridades espanholas era que os portugueses tivessem acesso às proximidades da Lagoa Mirim e, assim, se fomentasse ainda mais o contrabando. Relatos de viajantes apontam que, na margem sul do rio Jaguarão, em fins do século XVIII, já havia abundância de gado, que era apresado pelos portugueses em suas partidas à região. As investigações de Gularte revelaram que nas proximidades do rio Piratini é que estavam os estabelecimentos rurais mais antigos da região e o rio Jaguarão era apontado como “local estratégico para

se ter acesso aos rebanhos da banda oriental e para a realização de comércio ilícito via Lagoa Mirim” (GULARTE, 2015, p. 33).

Analisando as doações de terras pela Coroa Portuguesa ao sul do Piratini, o autor identifica que estas se intensificaram entre 1790 e 1794, sofreram uma retração nos anos seguintes, e foram retomadas entre 1800 e 1802. Este é o período em que os conflitos entre portugueses e espanhóis levaram à definição do território fronteiriço, uma vez que, após ofensivas e recuos, as tropas lusitanas estabeleceram-se à margem norte do rio Jaguarão e os espanhóis firmaram a posse ao sul.

Estas escaramuças renderam, ainda, a captura de muitos animais pelos portugueses. Estima-se que, de diversos meios, um número superior a 10.000 reses foi subtraído do território da Espanha (FRANCO, 1980, p.21). Gualarte afirma que este número pode ter sido ainda maior, uma vez que as correspondências tratam apenas dos animais que foram “fiscalizados”. Esse acréscimo de reses e também de equinos acabou por impulsionar a produção pecuária nesta fronteira e a formação de novas unidades produtivas (GULARTE, 2015, p.37).

A busca por uma via navegável, que possibilitasse o contato com Rio Grande, ou seja, um canal de acesso e comunicação com este polo marítimo, foi um fator determinante para a escolha do lugar em que se iniciou a povoação, a partir de um incipiente acampamento militar, que deu origem ao município de Jaguarão. Fundada ainda no século XVIII, Rio Grande concentrava as atividades mercantil-marítimas na região hoje conhecida como Porto Velho. Como um local de prosperidade econômica, integrava-se, e também as demais praças, às redes internacionais do comércio transatlântico.

Até então, forças de locais variados regularmente deslocavam-se para a região do Jaguarão com o intuito de consolidar os limites fronteiriços. Em 1802, erigiu-se no povoado a primeira “*Casa da Residência*”, com o intuito de abrigar os comandantes locais. Além de transações econômicas incipientes esboçavam-se, também, atividades religiosas. É oportuno discutir, neste momento, o entendimento de fronteira para além de “fronteira-limite”, fruto dos estudos tradicionais sobre estes territórios. Fronteira, nessa pesquisa, deve ser entendida como espaço dinâmico, construída a partir da troca de experiências sociais, políticas e econômicas entre os povos de distintas nações; nessa

acepção, fronteira é zona de contato (THOMPSON FLORES, 2002; PRATT,1999).

Os anos que se seguiram foram marcados pela ocupação efetiva do território e muitos camponeses acabaram povoando, também, informalmente estes espaços. A proximidade e as boas relações estabelecidas com as autoridades militares foram fatores fundamentais para as negociações e a garantia da posse das terras. Conforme já mencionando anteriormente, são frequentes, também, as menções sobre a população cativa nesta área fronteira. A principal preocupação dos escravizadores era garantir a propriedade e a reprodutibilidade do sistema escravista, de ambos os lados da fronteira. Já nas três primeiras décadas do século XIX, denota-se uma expressiva população cativa na região, que teve grande peso na formação desta sociedade, conforme veremos a seguir.

Em *“Campeiros e Domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII”*, Osório demonstra que o número de cativos nos territórios sulinos era já bastante acentuado. Entre os anos de 1780 e 1807, a porcentagem de população escravizada sobre a população total do Rio Grande do Sul oscilou entre os índices de 28 e 36% (OSÓRIO, 2005, p. 2). Em 1819, conforme aponta a autora, os números revelados, sem levar em conta a população afluente, eram equiparados aos dos grandes centros escravistas do Brasil. Como já se disse anteriormente, a observação do contingente de escravizados no Rio Grande em relação aos outros centros da América Portuguesa tem importância aproximada a de muitos locais considerados predominantemente escravistas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (OSÓRIO, 2005, p.2).

Na chamada *Guarda do Serrito*, entre os primeiros povoadores, os cativos acompanhavam, em sua maioria, os senhores portugueses que vinham se estabelecer nas cercanias. O primeiro comandante local, o Sargento-Major Vasco Pinto Bandeira, tornou-se estancieiro, escravizador e proprietário de duas fazendas. A análise de seu testamento e inventário, de 1806, realizada por Franco (1980), permite que se observem algumas das atividades econômicas que se processavam na região. Em sua fazenda, localizada na Costa do Arroio Telho, foram relacionados reses de rodeio, reses mansas, bois de lavrar, bois carreiros, cavalos mansos e redomões, potros, éguas de cria, éguas “de colhera”, bestas muares, bestas mansas cargueiras e burros

(FRANCO, 1980, p.30). Nesta propriedade trabalhavam seis escravizados e se somavam ao patrimônio do fazendeiro mais oito cativos, deixados em testamento junto a uma sesmaria situada à Costa do Arroio Grande, em Herval. Sete, destes catorze escravos, foram discriminados no auto de arrematação de suas posses, no ano de 1807. Destes, três foram apontados como crioulos e quatro como africanos – um Mina, um Benguela, um Rebolo e um Caçangue (FRANCO, 1980).

No já referido trabalho de Gularte (2015), foram analisados 75 inventários abertos em anos pares entre 1802 e 1834, referentes ao patrimônio rural, nesta região de fronteira. Ao identificar uma frequência de 95% de inventários com escravizados, o autor demonstra que havia uma sociedade “acentuadamente escravista e suficiente capitalizada para investir na mão de obra cativa” (GULARTE, 2015, p. 64). Chama a atenção o fato de que, no período analisado por este pesquisador, o patrimônio produtivo da região distribuíam-se com índices de 39% de escravizados, 34% de animais, 25% terras e 2% de equipamentos e produtos, uma vez que, segundo o autor, em nenhum outro período ou região de perfil agrário semelhante, revelados pelos estudos, os escravizados sobrepujavam os animais (GULARTE, 2015, p. 64).

As unidades produtivas identificadas possuíam rebanhos diversificados, onde à atividade pecuária somavam-se as atividades agrícolas. As médias e grandes estâncias compunham a menor parte das unidades, sendo que aquelas que possuíam mais de 4000 vacuns constituíam 9% das unidades e concentravam 76,6% do rebanho, sendo esta a elite de estancieiros da localidade. Ao lado de algumas poucas estâncias com rebanhos imensos, havia inúmeras estâncias de pequeno porte. Gularte apresenta os seguintes dados, a partir dos quais podemos observar a mão de obra escravizada nas unidades produtivas da Fronteira do Jaguarão, entre os anos de 1802 e 1834:

Unidades Produtivas (por número de reses)	Frequência escravos	Média escravos inventários	% do total de escravos
Pequena Unidade Produtiva (até 100 reses)	86%	3,2	13,4%
Pequenas Estâncias (101 à 1000 reses)	100%	6,9	38,6%
Médias e grandes estâncias (acima de 100 reses)	100%	29,8	48,0%

Tabela 1. Mão de obra escravizada nas unidades produtivas de Jaguarão. Tabela feita com base em Gularte (GULARTE, 2015, p. 89).

De acordo com o autor, o percentual de escravizados presentes nas pequenas unidades produtivas sugere que o trabalho com os rebanhos menores dessas localidades não devia ser a principal ocupação destes cativos, mas a maior parte do tempo eles deviam auxiliar aos pequenos produtores e suas famílias nas atividades agrícolas. Quanto às estâncias, observa ele, percebemos que os pequenos estancieiros detinham uma parcela significativa dos escravizados. Relacionando esse índice com o fato de uma grande parte dos escravizados estar distribuída em grupos de até 9 escravos, fica evidente que não foram apenas grandes charqueadas ou grandes estâncias que contribuíram para que houvesse uma população escravizada considerável nessa região, mas a maioria desses cativos estava nos estabelecimentos com até 1000 reses.

Os médios e grandes estancieiros possuíam cerca de 30 cativos, superior à média dos grandes estancieiros da capitania, analisada por Osório, que era de 22 cativos. Gularte contribuiu, ainda, com o estudo da estrutura de posse de escravos referentes a este meio rural, onde chegou aos seguintes índices:

Faixa de tamanho do plantel	Nº de proprietários	% do total de proprietários	Nº de escravizados	% do total de escravizados
1 a 4	31	42%	79	11,6%
5 a 9	29	39%	201	29,4%
10 a 19	8	11%	109	16,0%
20 ou +	6	8%	295	43,0%
Total	74	100%	684	100%

Tabela 2. Estrutura da posse de escravizados na área rural, fronteira do Jaguarão. Tabela feita com base em Gularte (GULARTE, 2015, p. 89).

Na análise destaca-se o elevado percentual de 81% de proprietários com grupos de até 9 cativos, os quais detinham 41% do total de escravos. Por outro lado, havia uma concentração de 43% dos cativos nas mãos de apenas 8% dos proprietários, ou seja, o índice de concentração da posse cativa nesta fronteira era mais elevado em relação à capitania como um todo, à exceção de Pelotas, em que 63% dos escravizados estavam nas mãos dos senhores com grupos superiores a 20 cativos, a maioria empregada nas charqueadas (GULARTE, 2015).

O ano de 1812 é reconhecido pela instalação da então “Freguesia do Espírito Santo do Serrito”. Em *“Guerra y comercio en la frontera hispano-portuguesa meridional”*, Osório (2010) afirma que entre 1812 e 1819 teriam ingressado na Capitania de Rio Grande de São Pedro uma quantidade média anual de 125 mil reses trazidas da Banda Oriental. Estima-se que uma parcela deste rebanho, fruto das invasões ao território castelhano, deva ter sido incorporado às estâncias desta fronteira, mas a maioria, conforme indica a autora, teria sido encaminhada às charqueadas pelotenses, pois parte dos solicitantes foram identificados como charqueadores, alguns estabelecidos nos sítios salgadores pelotenses. Gularte indica que o trânsito de gado pela fronteira com destino às charqueadas era uma realidade que foi relatada em algumas ocasiões pelos comandantes militares (GULARTE, 2015, p. 58). Nos meses de final de ano, a região fronteira movimentava-se pela condução das tropas para o abate no complexo charqueador pelotense, tendo em vista a

importante movimentação que a economia saladeira representava por estas paragens.

Pessi afirmou que muitos estancieiros possuíam, ainda, terra nos dois lados da fronteira e, para burlarem o sistema alfandegário, realizavam a engorda de gado nos campos orientais e depois conduziam o mesmo gado às charqueadas no Rio Grande do Sul, transitando na faixa de fronteira, sem pagar o imposto devido (PESSI, 2008).



Figura 2. Passagem de gado das bandas orientais à Vila do Espírito Santo do Serrito. Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1827. Dimensões: Tela de 13cm x 32cm. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (Reprodução).

Retomando as análises sobre o perfil dos escravizados nestes anos iniciais de formação da povoação, no que tange à divisão por sexo, apresentou-se uma alta taxa de masculinidade na amostra, com 71,5% de cativos do sexo masculino. Quanto à origem destes escravos da fronteira do Jaguarão, no período correspondente, 57% eram africanos e 43% identificados como crioulos, o que indica a intensa ligação desta fronteira com o comércio atlântico de cativos, que se dava principalmente a partir da ligação com o porto de Rio Grande (GULARTE, 2015, p. 105). No estudo dos inventários realizado por este pesquisador, pôde ser observado que os senhores investiram em escravizados naturais da África para destiná-los ao manejo do gado.

O historiador aponta, ainda, que ao se observar a posse de cativos com a dimensão dos rebanhos vacuns, é possível se vislumbrar a ligação entre a criação de gado e o elevado contingente cativo presente nesta área fronteiriça,

uma vez que a pecuária foi a atividade produtiva que empregou a maior parte da mão de obra escravizada em Jaguarão. Embora em proporções menores do que as atividades pastoris, a agricultura também demandou uma atividade razoável de mão de obra cativa.

Quanto à atividade charqueadora, se tem registro da presença destes estabelecimentos produtivos desde princípios da povoação. Passemos, pois, à investigação destes sítios, de sua dinâmica e à observação dos perfis de trabalhadoras e trabalhadores escravizados que vivenciaram suas experiências nos territórios da salga da carne, de modo a tratar da dimensão e das características da produção charqueadora do município de Jaguarão, em relação às demais unidades escravistas da região.

Para tanto, reuniremos os registros de charqueadas localizados em fontes secundárias, ou seja, já mencionados em produções de outros pesquisadores, que, ao investigarem Jaguarão, citaram a presença destes estabelecimentos, embora não tenham tratado como o tema específico de seus estudos. Estes autores, conforme se verá, utilizaram, principalmente, correspondências militares e inventários de charqueadores, do começo até meados do século XIX. Cruzaremos e articularemos os dados disponíveis com outros coletados diretamente nesta investigação, na qual também trabalhamos com os registros de inventários, em uma pequena amostra; outras fontes incluem notícias e editais de jornais locais, atas, correspondências, posturas e documentos da Câmara Municipal, registros de um livro de penhora de escravos, localizado no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, relatos de viajantes e fotografias, que serão analisados e cotejados de forma a dialogar com outras produções.

2.4 As charqueadas da fronteira sulina: o registro de estabelecimentos saladeiris na Freguesia, Vila do Serrito e cidade de Jaguarão.

Franco (1980) aponta o português José Pereira da Fonseca como responsável pela fundação da primeira charqueada no rio Jaguarão e afirma que este teria se tornado um dos grandes proprietários de escravizados da região. No ano de 1803, Pereira da Fonseca foi arrematante da vasta área compreendida como *“Estância Real do Serrito”*, delimitada à leste pela Lagoa

Mirim, à oeste pelo Arroio Telho, ao Sul pelo Rio Jaguarão e ao norte pelo Arroio Juncal.

O território fora posto em leilão pela Junta Real da Fazenda, e Fonseca intentou demarcá-lo, mas seus antigos ocupantes, em resistência ao deslocamento das moradas estabelecidas, jamais se retiraram em definitivo. Em determinado episódio, descontente pelo triunfo de seu opositor na justiça, com relação à posse de terras, o autor cita um processo judicial em que Pereira da Fonseca teria se valido da força de quinze ou vinte cativos e violentamente expulsado os moradores do local que entendia como de seu pertencimento (FRANCO, 1980, p.34). O processo de repartição destes campos durante largo período seria marcado por tensões.

No ano de 1814, os domínios de fazendeiros e dos quartéis da guarda, com os lotes voltados para novas moradias da Freguesia, foram mapeados e medidos oficialmente. No estudo do piloto agrimensor Maurício Inácio da Silveira, definiram-se como limites da área reservada para a povoação da Guarda do Serrito “meia légua de fundo a contar das margens do Jaguarão, desde o arroio dos Lagoões, em cuja foz se situava a charqueada de José Pereira da Fonseca, até, no extremo leste, o arroio do Quartel-Mestre” (FRANCO, 1980, p.48-49). Seria este um dos primeiros registros da presença de atividade charqueadora na região.

Pinto (2015) mapeou a possível localização da unidade produtiva de Pereira da Fonseca e analisou o seu patrimônio, arrolado no ano de 1819, no qual Fonseca apresentava uma herança calculada em 15:263\$560, onde se destacavam os seus bens de raiz, mas, principalmente, um alto contingente de escravizados (PINTO, 2015, p. 54). Além de um singelo rebanho, com gado vacuum, ovinos e muares, foi demonstrada uma intensa atividade agrícola, praticada em seu estabelecimento rural. No inventário do português foi identificada a presença da atafona, de foices e também de moinho, equipamentos típicos para a realização do cultivo de trigo. Pinto também menciona a existência de bois mansos entre os bens, que eram utilizados como animais de tração para carros/carretas e atafonas, necessárias para os cultivos, inclusive para a produção da farinha de mandioca (PINTO, 2015, p. 61). O inventário de Pereira da Fonseca revelou a presença de 62 escravizados, avaliados em 10:071\$600 (PINTO, 2015, p. 63).

Através da análise do documento, o autor contabilizou que destes 62 escravizados, 18 deles foram classificados como “roceiros”, outros 11 escravos foram mencionados como “serradores”, e os demais (33) não tiveram suas profissões declaradas no inventário. Não é possível precisar se Pereira da Fonseca teria sido, efetivamente, o primeiro charqueador da região, conforme afirmou Franco, mas sua unidade produtiva, porém, foi indubitavelmente um importante núcleo escravista na região, durante o período colonial. Nestes territórios, portanto, africanos e seus descendentes se fizeram presentes entre os primeiros povoadores, formaram famílias e, obviamente, desenvolveram relações sociais. No ano de 1808 se tem o registro, por exemplo, no oratório da Guarda do Serrito, do casamento de Domingos e Joana, dois africanos de nação Benguela, que eram escravizados nas terras de Fonseca (FRANCO, 2001, P. 36).

O estabelecimento charqueador do português teria sido mantido em sociedade com Bento Lopes de Leão, “paulista de tabaté, fixado desde 1789 na Banda Oriental”, onde era conhecido como D. Benito López. (FRANCO, 1980, P.35). Pereira da Fonseca teria ocupado, ainda, o cargo de comandante da Guarda de Arredondo (local de origem de Rio Branco), durante a primeira intervenção armada na Cisplatina (1811-12), onde suas correspondências revelam o interesse na cobrança do registro de gados no Passo da Guarda do Serrito, uma vez que seria ele o arrematante destes direitos. Pereira da Fonseca suplicava ao governador D. Diogo de Souza a ordem para controlar *“as entradas dos gados destes domínios para os nossos, pois em outubro e novembro começam os condutores a conduzirem tropas para as charqueadas”*, tendo entre estes os que *“compravam 100 reses e chegavam às charqueadas com tropas de 1000”* (FRANCO, 1980, P. 36-37).

Registros apontam que, em Arredondo, chegaram a existir, também, mais de vinte charqueadas e saladeiros, além de fábricas de sabão e sebo, tendo esta região se beneficiado da movimentação junto ao rio Jaguarão, com produtos como o charque, couros, banha e cerda, produzidas nestas paragens e exportadas a outros centros (COSTA, 2011, p. 90). Em 1813, Fonseca se envolveu em conflitos na localidade e retirou-se da região, tendo seus escravizados ficado divididos, ao que parece, com seu parceiro de negócios e

em poder de Maria Dias da Conceição, com quem o português fora casado e se separou, ao deixar Jaguarão (FRANCO, 1980, P. 36).

São de 1811 as primeiras concessões de terrenos urbanos na Guarda do Serrito. Uma correspondência datada deste mesmo ano, do bispo responsável pela jurisdição do sul do Brasil, propunha ao Príncipe Regente a formação de três novas freguesias neste território. Tratando do distrito ao sul do Arroio Grande, compreendido entre a Lagoa Mirim, o rio Jaguarão, a fronteira espanhola e os limites da Freguesia da Conceição do Piratini, projetava *“um local fértil e mais bem disposto para o estabelecimento de charqueadas, próximo ao Rio Jaguarão para facilitar a exportação de seus gêneros”*, e que, por tudo isso, prometeria *“a mais rápida e florente população”* (FRANCO, 1980, P. 45). De fato, em 1812, foi criada a Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão e, a partir de 1814, existe o registro da intensificação da distribuição de lotes e de chácaras suburbanas de pequena extensão na localidade.

Examinando a composição populacional da região, para exemplificar, e com o intuito de que tenhamos uma ideia da expressiva população escravizada nestas terras, um censo de 1814, realizado dentro da área da Fronteira de Rio Grande teria localizado, na Freguesia de Piratini, uma população total de 3673 indivíduos, sendo que 1535 eram escravizados (GULARTE, 2015, p.104).

Observando algumas características dos primeiros concessionários de terrenos da incipiente povoação, com base em uma relação datada de 1814 à 1822, localizamos, principalmente, militares, comerciantes, criadores e charqueadores, que possuíam negócios em outras regiões, mas também, entre os nomes, o caso de ao menos duas ex-escravizadas, que teriam requerido terras na incipiente povoação. Joana Bernarda, preta forra, teria requerido 25x52,5 braças, com fundos para o rio Jaguarão, divisada pelo lado com o espanhol Jose Alvarez Martinez (FRANCO, 1980, P. 62)

Ana Luiza da Conceição, por sua vez, foi identificada como uma preta forra, viúva, que teria 150x300 braças de terra, *“fazendo frente à estrada que vai para a Barra e Rincão da Cavallhada”*, tendo divisas com Faustino de Brum e João Francisco Vieira Braga. Já mencionado em outros estudos, Vieira Braga era comerciante e charqueador, de família abastada e escravocrata, que, na vida adulta, ganhou o título de Conde, dedicando-se ao comércio no porto de

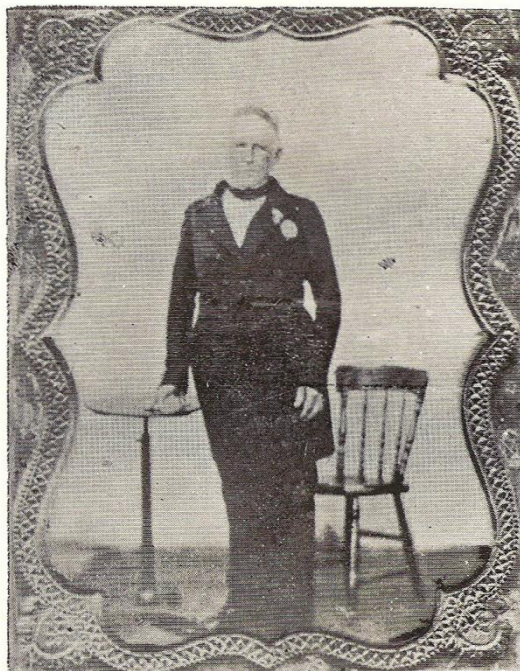
Rio Grande e adquirindo a Estância da Música, em Piratini, administrando várias outras propriedades da família (VARGAS, 2013). Nesta relação constam, também, os nomes de Francisco José Gonçalves da Silva, comerciante e charqueador, natural de Portugal, e Liberato Firmino de Almeida, charqueador e lavrador, que serão analisados mais adiante.

Tratando do estabelecimento de charqueadas, entre os inventários *post mortem* analisados por Gularte (2015), três teriam registro desta atividade na região da fronteira do Jaguarão. Das charqueadas localizadas nesta fase inicial de formação da fronteira, nos documentos observados pelo autor, duas seriam pertencentes ao capitão de milícias José Vieira da Cunha, dono da maior fortuna localizada nesta fronteira em sua investigação (GULARTE, 2015, p. 75). Ele foi o maior proprietário de escravos analisado por Gularte, possuindo 68 cativos, boa parte empregada na produção do charque. No que tange à posse de animais, dentre o imenso rebanho do charqueador, 15000 animais foram identificados como “reses de rodeio de charqueada, o que permite uma dimensão da quantidade de gado que era destinada às charqueadas deste senhor” (GULARTE, 2015, p. 76).

A outra charqueada localizada nos inventários pesquisados por Gularte pertencera à Ana Maria da Conceição⁵ e João Baptista Gomes. O estabelecimento localizava-se próximo ao “Porto de embarque”, no povoado do Serrito, com um grupo de 37 escravizados. No inventário constam, ainda, foices de trigo e uma atafona, o que permite entrever que, junto à atividade charqueadora, desenvolvia-se no local a agricultura, com o plantio do trigo, que era bastante comum na região (GULARTE, 2015, p. 76).

Trazendo os dados de outro charqueador identificado em Jaguarão, é relevante o estudo do inventário do Comendador Francisco José Gonçalves da Silva que, em 1833, foi o primeiro Juiz de Órfãos da Vila. Este senhor, quando morreu, deixou 11 herdeiros, filhos e netos, entre os quais foram divididos seus pertences.

⁵ Ana Maria da Conceição, viúva de Luiz Pinto, com 4 filhos menores. Extensão e localização da propriedade: 60x70 braças. Divisas: pelo S com o rio Jaguarão; a NE com Manoel Antônio; a Oeste a Guarda do Serrito. (FRANCO, 1980, P. 59).



Comm.^{dor} Francisco José Gonçalves da Silva, natural de Portugal e um dos mais distintos fundadores de Jaguarão. Foi grande possuidor de terras e rico capitalista. E' avô materno do Coronel Gabriel Gonçalves da Silva.

Figura 3. Francisco José Gonçalves da Silva. Estancieiro, Charqueador e escravista em Jaguarão. Fonte: Intendência Municipal, 1912.

Em um levantamento territorial realizado no ano de 1848, o Comendador português possuía uma área equivalente a quatro léguas, duas casas cobertas de telhas, 5 cercados, charqueada, 12 escravizados, criação de gados e lavouras (FRANCO, 1980, p.84). Anos mais tarde, quando da abertura de seu inventário, realizado no ano de 1865, com o advento de sua morte seguido pela morte da esposa, registrou-se número maior de bens, com 15 propriedades e 32 cativos (GUTIERREZ, 2009, p.181). Possuía, portanto, um latifúndio, perfazendo uma área de aproximadamente 29.700 metros, limitada ao norte pelo Arroio Juncal, ao Sul pelo rio Jaguarão, a leste pelo banhado Quartel-Mestre e à Oeste pela Lagoa Mirim (GUTIERREZ, 2009, p.182).

A análise deste documento, que descreve as terras de Gonçalves da Silva, é interessante para a compreensão do contexto histórico-social da fronteira sulina, bem como para o entendimento da configuração da paisagem no interior de Jaguarão. Muitas estâncias, preservadas neste contexto, originaram-se das terras do Comendador. O estudo realizado por Gutierrez (2009), no qual a autora aponta o mapa denominado *Planta da Fazenda de*

São João do Rincão de Jaguarão, elaborado no ano de 1866, e pertencente aos herdeiros do Comendador Francisco, permite ver como o campo original do português foi partilhado em novas propriedades.

À esquerda do Arroio Quartel-Mestre, conforme identificação na legenda do mapa abaixo, localizava-se a charqueada mencionada, que permitia ao Comendador integrar-se à economia e aos lucros do ciclo saladeiril na região. O estabelecimento era próximo às margens do Rio Jaguarão, do local de encontro de suas águas com o afluente citado, onde também está localizada a estância dos Bonitos, com a moradia senhorial. O inventário não discrimina as profissões desempenhadas por todos os cativos, mas é possível especular que eles trabalhavam, ao menos durante a safra, na indústria charqueadora. Entre os 32 cativos do Comendador, apenas um, Vicente, foi designado como “da Costa”. Os demais foram descritos como pardos/as, crioulos/as e uma escravizada foi identificada como “mulatinha”. Entre os que tiveram as ocupações descritas, encontra-se o “pardo” Raimundo como alfaiate, Baltazar, carpinteiro e campeiro, Venância, cozinheira, Gabriel como salgador, e Ambrósio como campeiro (GUTIERREZ, 2009).

Se, por um lado, a propriedade de Gonçalves da Silva era localizada estrategicamente próxima ao rio, a fim de facilitar o abastecimento de matérias-primas e escoar a produção, para os escravizados este espaço assumia outra conotação. Conforme se sabe, em 1842, o Uruguai decretara a abolição da escravidão, o que deflagrou uma situação atípica para esta fronteira: à margem esquerda do rio Jaguarão, onde se concentrava boa parte das charqueadas, um território escravista do império. Do outro lado, na margem oposta, uma república que abolira a escravização de africanos. A possibilidade de se atravessar o rio e pisar em solo livre estava no horizonte destes trabalhadores e trabalhadoras, diariamente. Esta perspectiva de encontrar a liberdade e dar um novo rumo para suas vidas fez com que um grande número de escravizados cruzasse a fronteira, de forma a desestabilizar os proprietários e as autoridades. Pesquisando as fugas de escravizados como uma estratégia de resistência na fronteira de Jaguarão, Silva (2015) localizou um registro de fuga, do ano de 1857, de um grupo de cativos da propriedade deste comendador:

Atenção – Escravos fugidos para o estado Oriental de propriedade do comendador Francisco J. Gonçalves da Silva, o qual recompensará bem a quem os aprender e entregar ao dito senhor.

Os nomes dos escravos que fugiram em diferentes ocasiões são os seguintes:

5 de nome Joaquim

3 de nome Antonio

1 de nome Bernabé

1 de nome Januário

1 de nome Lourenço

2 de nome Domingos

1 preta de nome Maria Rosa

1 preta de nome Christina

1 preta de nome Micaela, filha de Christina

2 pretas filha da mesma Christina.

(Anúncio no jornal Echo do Sul, 1857 IN: SILVA, 2015, P. 25).

Conforme se vê, apesar de um forte aparato de controle estabelecido pela sociedade escravista e das tentativas de disciplina e normatização impostas nas próprias charqueadas, estes sujeitos também estabeleceram estratégias para transpor a ordem que lhes oprimia. Neste caso, podemos abordar o território fronteiriço e o rio Jaguarão como “*espaços liminares*” (Agostini, 2013, p. 59), onde os escravizados, muitas vezes, contestaram os limites estabelecidos e cruzaram as matas e águas fronteiriças, escapando aos projetos de dominação senhorial, na tentativa de “viverem sobre si”, em outra Nação. Neste caminho, muitas vezes, foram formadas redes de articulação entre os próprios escravizados e, também, com a possibilidade de auxílio de uruguaios para cruzar o rio e sobreviverem em terras da banda oriental.

Por outro lado, alianças também foram formadas por escravistas, para a captura de fugitivos e mesmo para escravizar negros livres (CARATTI, 2010). Como fruto da pressão de escravistas, que compreendiam que tinham seus negócios prejudicados e temiam, ainda, levantes e insurreições de escravos, em 1851 foi redigido o Tratado de Devolução de Escravos. Neste mesmo ano, porém, as fugas de cativos para as bandas orientais, ao invés de diminuir, teriam passado de 944 para 1206, o que aponta que a possibilidade de extradição não impediu a luta por liberdade (CARATTI, 2009).

Jaguarão fora elevada à Vila em 1832, tornando-se o 12º município da província. A Câmara de Vereadores, com atribuições de atuar na gestão local e eleger, entre os cidadãos da época, aqueles que comporiam as listas para os cargos de Juízes, sob a decisão final e aprovação do Governo Provincial, foi instalada no ano seguinte. A Presidência da Província recomendou, então, um recenseamento. No “Mapa Geral” da População local, de 1833, se percebe o alto índice de trabalhadores escravizados. Dos 5.457 indivíduos, 2.601 habitantes foram classificados como “pretos” e destes, 2.531 eram cativos. Entre os homens, os negros superavam os brancos; 63,7% deles tinham entre 11 e 40 anos, idade apta para o trabalho.

	Brancos		Pretos					
			Africanos		Crioulos		Total	
Faixa etária	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1 a 7	352	324	5	2	160	181	165	183
8 a 14	193	259	17	12	20	5	37	17
15 a 35	458	526	656	285	149	152	806	437
36 a 49	293	154	266	93	209	18	475	111
+ 50	200	95	177	53	9	131	186	184
Total	1.496	1.360	1.121	445	547	487	1.669	932

Tabela 3. Composição populacional/Relação nominal de Jaguarão, 1833. Tabela feita com base em Moreira (MOREIRA, 2009, s/p.).

Moreira (2009) analisou estes dados. Nesta relação, quanto à naturalidade, os pretos foram divididos entre naturais (ou crioulos) ou da Costa, com 60% de africanos em relação aos demais. Com a finalidade de observar as características do sistema escravista na região, trabalhando também com a análise de inventários *post mortem* desta fronteira como fonte, em um recorte temporal estabelecido entre 1845 e 1855, Moreira pesquisou 166 inventários, entre os quais 141, ou seja, 84,94% contavam com escravizados.

O autor identificou um perfil de posse de escravizados similar entre Rio Grande e Jaguarão, cuja maioria dos escravizadores (36,88 %) possuía grupos pequenos de escravizados, entre 1 e 4, seguido dos proprietários de 5 a 9 cativos (34,04%). “Se somarmos estes dois grupos, chegamos a cerca de 71% de proprietários com plantéis entre 1 e 9 cativos”, atestou o pesquisador (MOREIRA, 2009). Neste estudo, Moreira apontou o registro de três charqueadas em Jaguarão, a de propriedade do capitão Liberato Firmino de Almeida, a de Umbelina Gonçalves, e a de Febronia Jerônima de Almeida.

Umbelina Gonçalves, falecida em 1842 no Estado Oriental, teve seus bens arrolados em 1849, entre os quais se identificou a Charqueada São José. Umbelina tinha 12 escravizados, avaliados em 4:900\$ réis, o equivalente a

61,55% do monte-mor respectivo, ou seja, da soma de todos os bens existentes à época da abertura da sucessão (MOREIRA, 2009). Conforme foi demonstrado em diversas pesquisas e já exposto ao longo do texto, a relação com o Uruguai, por parte dos estancieiros e charqueadores, aqui explícita no caso desta charqueadora, que faleceu no Estado Oriental, foi uma constante. Nesta fronteira se estabeleceram relações familiares, de compadrio, relações comerciais e estratégias de negociações e contrabando de animais. Outra prática bastante comum, mesmo após a abolição no Uruguai, era a de as famílias da fronteira manterem os cativos atuando nas propriedades em ambos os territórios, prática esta contestada e denunciada pelos próprios trabalhadores e combatida pelo governo uruguaio, como forma de enfraquecer as charqueadas concorrentes, e que rendeu conflitos envolvendo os territórios vizinhos.

No que tange aos estudos de Moreira e, considerando-se que as charqueadas não eram o objeto de estudo específico deste pesquisador, ele apenas mencionou estes registros de estabelecimentos saladeiris. Durante as pesquisas para a escrita desta tese, detivemo-nos, portanto, a explorar estes documentos e a cruzar suas informações com outros estudos.

Acessando, especificamente, os inventários de Liberato Firmino de Almeida e Febronia Jerônima de Almeida, notamos que se tratava de pai e filha, o que nos permitiu observar as relações familiares e a formação deste núcleo saladeiril na costa do rio Jaguarão, ao longo de um espaço mais amplo de tempo. Cruzando os dados destas fontes e, somando a outros registros, percebemos que o estabelecimento charqueador desta família seria o mesmo que chegaria ao alvorecer do século XX em funcionamento no mesmo local, sendo adquirido pelo Coronel Zeferino Lopes de Moura, bastante conhecido na região.

Neste local, seria instalado, ainda, um frigorífico, anexo às construções oitocentistas, e este complexo se manteve preservado nas margens do rio Jaguarão, embora em ruínas, como uma das últimas estruturas remanescentes das charqueadas de Jaguarão. Daí a sua importância para esta pesquisa.

Liberato Firmino de Almeida, nas terras da fronteira de Jaguarão, foi um charqueador que deu início a um estabelecimento de salga da carne, cujos herdeiros deram sequência às atividades no ramo. Teria nascido na Colônia do

Sacramento em 1775 e falecido em Jaguarão em 1840. Casou-se com Maria Eufrázia da Gama, nascida na Ilha de Santa Catarina, aproximadamente em 1794, e falecida em Jaguarão em 1844. Na relação das concessões de chácaras suburbanas, de pequena extensão, do governo da Capitania, ele teria adquirido 150x300 braças, com frente para a estrada e fundos para o rio. Sua propriedade faria divisa com Felizarda Joaquina de Oliveira e seu filho (FRANCO, 1980). O nome de Liberato aparece também em alguns registros da recém instalada Câmara Municipal. Em 1833 ele aparecia como indicado, em segundo lugar, na lista tríplice para Promotor Público e como jurado em um registro de 1834. Entre os herdeiros do casal, estava a filha Febronia Jerônima de Almeida, casada com Joaquim dos Santos Pólvora, português. Ambos dedicaram-se à atividade charqueadora e deixaram muitos herdeiros na região.

No inventário de Liberato, datado de 1845, consta a relação de escravizados e escravizadas, trabalhadores de sua charqueada, onde alguns destes cativos apareciam como vinculados ao trabalho junto aos familiares do charqueador:

Escravizados e escravizadas da Charqueada de Liberato Firmino de Almeida		
Nome	Especialização/Referência	Avaliação
Antônio	Carneador	500\$000
Joaquim	Não declarada	800\$000
Paulo	Não declarada	600\$000
Antonio Mançambique [sic]	Não declarada	300\$000
Thomas	Não declarada	200\$000
Jaco	Não declarada	200\$000
Manoel Pequeno	Não declarada	200\$000

Jozé Maria	Não declarada	800\$000
Domingos	Não declarada	150\$000
Thereza	Não declarada	358\$400
Ignes	Não declarada	100\$000.

Tabela 4. Escravizados e escravizadas da Charqueada de Liberato Firmino de Almeida. Fonte: APERS – Cartório Órfãos e Ausentes, maço 8, auto 178.

O escravizado Antônio foi o único que teve sua especialização declarada, era um carneador, avaliado em 500\$000. Apresenta-se uma alta taxa de masculinidade, sendo nove homens para duas mulheres. Nota-se uma grande diferença entre os valores declarados para estes trabalhadores, provavelmente relacionados à idade e especializações, embora não possamos avaliar estes quesitos, tendo em vista a falta de informações desta fonte. Neste período havia, ainda, uma alta taxa de africanidade entre os grupos da região. Até 1850, conforme apontam os estudos, a maioria dos escravizados era composta por africanos vindos das regiões da África Central e Ocidental (LONNER, GILL, SCHEER, 2012). Com o encerramento do tráfico atlântico, em seguida, muitos seriam originários da própria Província ou das transações internas.

Também são especificados diversos utensílios como caldeira, caldeirão, funil, panelas grandes e pequenas, machados, meia lua de cortar bois, taboleiros de salgar, balança, enfim, muitas ferramentas de trabalho da charqueada e itens como carrinhos de mão, carretas, canoa com corrente, utilizados para o transporte neste estabelecimento.

A observação da estrutura da propriedade indica uma série de construções erguidas no terreno, onde viviam os herdeiros e familiares, também dedicados ao ramo, os trabalhadores escravizados do estabelecimento e possivelmente alguns agregados. Segundo Vargas, as charqueadas, conforme apontam relatos de contemporâneos, “funcionavam como aldeias aglutinadoras de diferentes setores da sociedade” (VARGAS,

2013, P. 139). Neste sentido, a narrativa de Alberto Coelho da Cunha demonstra que estes estabelecimentos possuíam o seu “agregado próprio”:

Onde quer que um estabelecimento de charqueada existisse, pelos seus arredores tinha-se formado um agrupamento de ranchos de moradia do pessoal de dependência do movimento da fábrica e nas suas aproximações, situada a uma volta do caminho, a vendinha a que se iam suprir dos gêneros de consumo diário (...)

Nas aproximações das charqueadas se foram localizando famílias de trabalhadores, colocando os seus arranchamentos a feição de aldeolas, agasalho de braços prontos a acudir ao içar da bandeirola que anunciava a hora da matança.

Certa animação alegrava as suas cercanias, por ser incessante, no tempo das safras, o movimento de gente que, a pé e a cavalo, ou de carroças e carretas, que entravam e saíam pela porteira da charqueada (CUNHA APUD VARGAS, 2013, p. 139).

Entre os herdeiros de Liberato, localizamos seus filhos, filhas e genros. Manoel José de Almeida, João Firmino de Almeida, Camillo de Almeida, e as filhas, Marcolina, casada com José de Freitas e Febrônia, casada com Joaquim dos Santos Pólvora. No inventário de Febrônia Jerônima de Almeida, aberto em 1854, se tem uma ideia da evolução do patrimônio desta família de charqueadores. Com a morte de Febrônia, Joaquim dos Santos Pólvora teria ficado viúvo e os bens foram partilhados entre os herdeiros Joaquim dos Santos Pólvora Júnior, Liberato dos Santos Pólvora, Mathias dos Santos Pólvora, Maria Magdalena dos Santos e o marido Antônio Carneiro da Cunha.

Entre os bens de raiz do casal, constavam uma morada de casas na Praça da Matriz, uma morada e um lote na Praça da Marinha, um terreno na Rua da Flores e uma casa no Estado Oriental. Também foi identificado entre seus bens um galpão de olaria e a charqueada na Costa do Rio Jaguarão, esta avaliada em 16:000\$000. Abordando o local de moradia da família, no entorno da Praça da Matriz, é interessante observar que a ocupação deste espaço por famílias da elite local se dá, principalmente, a partir de meados do século XIX.

De acordo com Martins (2001), neste período, a cidade inicia um crescimento mais efetivo, com a redução da disponibilidade de lotes centrais. As camadas mais ricas da sociedade, segundo o autor, ofereceram aos foreiros de poucos recursos valores pelos lotes centrais, seja para moradia ou para comércio. Os antigos moradores transferiram suas residências para locais mais afastados e o resultado foi que no centro se localizaram as famílias de mais

alta renda da cidade, de maior prestígio econômico-político e social, principalmente criadores, charqueadores e comerciantes. “Parece que, resguardado algum exagero coloquial, poderia se medir a condição econômica das famílias pela distância que estas estavam da praça central”, afirma (MARTINS, 2001, p. 245). A Praça da Matriz caracterizava-se como polo de atração social, reunindo as famílias das classes abastadas e espaços como a Igreja Matriz, Maçonaria, hotéis e, em um segundo momento, os clubes e o Foro.

A outra Praça, onde o casal Febronia e Joaquim dos Santos Pólvora também possuíam propriedades, identificada no século XIX como Praça do Desembarque ou Praça da Marinha, localizada na Beira do rio, seria mais identificada com o uso comercial, marcada pela movimentação da área portuária e o embarque e desembarque de mercadorias no rio Jaguarão. A presença, ainda, de uma casa no Uruguai, é indicativa das relações familiares e comerciais na fronteira, em que muitos empresários do charque mantinham propriedades no Uruguai como estratégia para facilitar o abastecimento das propriedades, lembrando, ainda, que o pai de Febronia era uruguaio.

Neste inventário aparece o registro de escravizados e escravizadas que trabalhavam nas propriedades da família. Na relação constam os nomes de 39 escravizados e escravizadas, sendo que, destes, três mulheres foram incluídas com seus filhos, o que eleva o número para 42 cativos.

Escravizados/as registrados no inventário de Febronia Jerônima de Almeida	
Nome/ocupação/designação	Avaliação
Fiel, carpinteiro	1.000\$000
Faustino	1.000\$000
Luiléo [sic]	1.000\$000

José Pequeno	1.000\$000
Bazílio	1.000\$000
Antônio Mina	1.000\$000
José Mina	1.000\$000
Miguel	800\$000
Joaquina Angola	800\$000
Luís	700\$000
André	800\$000
Ismael	800\$000
Guilherme	900\$000
Valentina com cria	1.000\$000
Rosa	600\$000
Joana	1.000\$000

Teodoro Pequeno	200\$000
Filipa	800\$000
Feliciano pequeno	200\$000
Francisco Tanoeiro	1:000\$000
Domingos Caiamba	1:000\$000
Manoel	1:000\$000
Domingos pequeno	1:000\$000
Luís Cavaco	1:000\$000
Mateus	1:000\$000
Primo Carioca	1:000\$000
Vicente	800\$000
Gonçalo	800\$000
Timóteo	800\$000

Nicolau	600\$000
João Mulato	800\$000
Bernardo	900\$000
Ancelmo	300\$000
Herculano	500\$000
Eusébio	700\$000
Joaquina com cria	900\$000
Raquel com cria	900\$000
Constança	600\$000
Genoveva	800\$000

Tabela 5. Escravizados/as registrados no inventário de Febronia Jerônima de Almeida.

Fonte: APERS – Cartório Cível e Crime, maço 1, auto 18.

Analisando-se este grupo, podemos observar que apenas Fiel foi designado como carpinteiro, que era uma especialização valorizada dentro de um grupo de trabalhadores, e Francisco aparece como tanoeiro, ou seja, aquele que fabrica tonéis, pipas, barris. No que concerne à divisão por sexo, 30 eram do sexo masculino e apenas 9 mulheres. Com a falta de dados deste tipo de fonte, não é possível sabermos a origem, mas encontramos as designações

de Antônio e José Mina, Joaquina Angola e Primo carioca, como indicativo de referências identitárias, de onde poderiam ter advindo estes indivíduos.

Percebe-se, também, a presença de ao menos três crianças, acompanhadas das mães. Caso tivéssemos, neste inventário, as idades dos demais escravizados ou cruzássemos seus dados com outras fontes de informações, possivelmente fossem identificados outros vínculos consanguíneos, advindos de relações familiares neste estabelecimento da salga.

É provável que, no período de entressafra, muitos destes escravizados se dedicassem ao trabalho na olaria de propriedade da família. A fabricação de telhas e tijolos poderia atender a demandas da própria charqueada e de seus donos, mas é bastante provável que atendesse à então Vila de Jaguarão, que encontrava-se em fase de urbanização. Em *Negros, Charqueadas e Olarias*, Gutierrez (2001) identificou a presença de olarias nos saladeiros de Pelotas e observou que os escravizados atuavam, também, diretamente na própria construção civil. O emprego dos escravizados em outras atividades devia-se ao fato de que, normalmente, a produção de charque era realizada entre os meses mais quentes do ano, de novembro à maio, como ápice da produção entre dezembro e março.

Neste mesmo período em que a charqueada do casal Febrônia e Joaquim dos Santos Pólvora estava, ainda, em atividade, um documento da Câmara Municipal de Jaguarão destinado à Presidência da Província permite se ter uma ideia da produção charqueadora em Jaguarão. Na publicação *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão*, da Intendência Municipal, é apresentado um mapa demonstrativo desta indústria no ano de 1856, baseado em um relatório do legislativo jaguarenses ao governo provincial. Neste documento despontam nove charqueadas, com uma produção de 35.163 reses, no ano de 1854. Ainda que dois destes estabelecimentos tivessem paralisado suas atividades no ano seguinte, 41.697 reses foram abatidas no ano de 1855. Observamos, portanto, ao invés da diminuição, um aumento no ritmo de produção:

XARQUEADAS	Num.	Rezes moedas		Total
		1854	1855	
Xarqueadas existentes ..	9	35.163	41.697	76.860
Deixaram de trabalhar ..	2			
Ficaram existindo	7			
	9			

Tabela 6. Mapa demonstrativo das Charqueadas em Jaguarão. Fonte: Intendência Municipal, 1912.

Em 1855, Jaguarão foi elevada à cidade. Estava em curso no país uma política higienista marcada pela mobilização de diversos saberes profissionais, com a integração de médicos, engenheiros e das administrações com o objetivo de discutir as teorias médicas e buscar soluções para os diversos problemas de saúde pública. Combatia-se o acúmulo de sujeira, a aglomeração de pessoas nas ruas estreitas e todos os fatores que pudessem ser vistos como vetores de insalubridade (MURILHA, 2011, P.90, 91).

O primeiro Código de Posturas da localidade foi elaborado em 1845 e enviado à Assembleia Provincial no ano seguinte, mas teve sua aprovação somente em 1851 (VILLAS BÔAS, 2019, P. 41). Como em vários outros lugares do Brasil e das Américas, esse Código regulava os espaços urbanos, vias e construções, a higiene pública, comércio e circulação de pessoas, divertimentos e os sistema de arrecadação, com multas e taxas estipuladas para quem descumprisse as regras. Como reflexo destas medidas, tratava-se, também, da higienização dos locais de produção e comercialização de alimentos, com uma série de intervenções urbanas e projetos em andamento.

Em 1852, por exemplo, começou a ser construído o Matadouro Público Municipal que, em 1854, já estava pronto, segundo os relatórios do poder legislativo de Jaguarão (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1912, P. 83). Assim como os edifícios deste tipo de outras localidades, o Matadouro deveria estar afastado das áreas centrais, de modo a atender os princípios e recomendações vigentes. As epidemias que assolavam a Europa também se manifestaram no

Brasil e, assim, o Império obrigava as câmaras a adotarem medidas sanitárias e soluções para que os espaços urbanos evitassem a proliferação das doenças.



Figura 5. Matadouro Municipal Fonte: Intendência Municipal, 1912, p. 97.

De fato, a epidemia de cólera, que havia chegado ao Brasil e se alastrava pela Província, atingiu a localidade. A doença, cujo registro do primeiro caso na povoação aconteceu em 21 de Novembro de 1855, em apenas uma semana, segundo dados oficiais, teria apontado 86 casos entre a população livre, além de mais 64 em escravizados (Intendência Municipal, 1912). Durante este período epidêmico, boa parte da população e das autoridades abandonou a cidade, que ficou, inclusive, sem comunicação com o lado uruguaio. As charqueadas, por sua vez, ficaram impedidas de funcionar e esta paralisação, com a grave situação da saúde pública, afetou significativamente a economia local (MARTINS, 2001).

Ao longo de sua formação, esta fronteira intercalaria momentos crise e estagnação à períodos de crescimento, porém sempre marcada pela escravização. Se no início da década de 1830 a população local era de 5.457 pessoas, no ano de 1859, esse número passou para 18 mil indivíduos. Dos 2.601 escravizados que foram contados no ano de 1833, no já citado *Mapa populacional*, observa-se que, em 1859, passaram a existir 5 mil cativos. Ao

longo de quase trinta anos, a população escravizada duplicara. Não havia, na província do Rio Grande, outro município que possuisse mais escravos em relação à população livre, na década de 1850. Os escravos representavam 28% da população geral da Vila (CARATTI, 2013).

Mateus Batalha Bom (2017) foi um dos autores que se dedicou a pesquisar os perfis da população escravizada da fronteira, com dados como sexo, idade e naturalidade destes trabalhadores. No período de 1850 a 1869, 50% dos escravizados estavam nas mãos dos pequenos senhores. Destes 991 cativos dos menores grupos, 494 eram homens e 495 mulheres. Os médios proprietários contavam com 530 escravizados, sendo 235 homens e 245 mulheres. Dos 461 escravizados dos grandes proprietários, estes se dividiam entre 250 homens e 205 mulheres (BOM, 2017).

No plano da faixa etária, escravizados entre 15 e 45 anos foram a maioria. Nos índices identificados por Bom, no já citado período de análise, nos inventários que possuíam alusão à idade, 672 escravizados tinham até 14 anos, 769 tinham de 15 a 45, e 248 mais de 45 anos, números que indicam a reprodução natural desses grupos. Nestes anos estudados, o índice de escravizados identificados como crioulos foi bastante superior à de africanos, maior que 70% (BOM, 2017).

Apesar do alto índice de escravizados e escravizadas registrado na região, que são indicativos do desenvolvimento de sua economia e da extensão da diáspora africana local, as charqueadas de Jaguarão, em fins da década de 1850, enfrentavam alguns problemas que levaram ao declínio da produção. Como se sabe, estes estabelecimentos dependiam, sobremaneira, das redes hidrográficas, que eram fundamentais para o abastecimento do sal, produto adquirido por importação, e para o escoamento da produção. Os núcleos saladeiris da fronteira meridional, assim como os de outros locais, dependiam destes cursos d'água para se conectarem aos mercados da carne, de couros e subprodutos de origem animal. Porém, em Jaguarão, se por um lado havia a facilidade de se obter o gado oriundo do Uruguai, por outro lado havia muitas dificuldades de comunicação com os demais centros comerciais, as quais se intensificaram a partir de 1860.

Em 1857, o governo brasileiro decretou a abertura das águas da Lagoa Mirim a fim de facilitar o escoamento da produção daquela região à zona

portuária de Rio Grande, único porto marítimo exportador do Rio Grande do Sul. Porém, este decreto de abertura das águas foi suspenso em 1860, por conta de o governo do Uruguai ter expedido decreto proibindo a navegação dos rios Cebollaty, Taquary, Olimar e outros, que não haviam sido abertos ao comércio. O decreto uruguaio prejudicava o comércio desta parte da província, pois os rios Cebollaty e Taquary, que desaguam na Lagoa Mirim, e o Olimar, que faz barra com o primeiro, eram usados para o abastecimento de lenha para as cidades de Jaguarão, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e a povoação de Santa Vitória, que utilizavam a madeira procedente das margens destes rios do Uruguai.



Figura 6. Lagoa Mirim e localização dos rios Cebollati, Tacuari, Jaguarão e Canal São Gonçalo. Fonte: Bendô, Foster, Trombetta, Oleinik, Kirinis, Costi e Marques, 2019. p. 140.

A proibição especial da navegação, entre o porto do rio Jaguarão e a costa da Lagoa Mirim, no Brasil, e dos rios Taquary e Cebollaty, no Uruguai, foi uma medida que muito prejudicou o comércio de Jaguarão. Em correspondência às autoridades da Província, datada de maio de 1856, os vereadores locais tratavam destas dificuldades.

“Esta cidade, outr’ora emporio dum activo giro de commercio com aquella Republica, muito se tem resentido desse mal que tanto embaraça o seu augmento. É sensivel a falta de lenha, cujo abastecimento provinha das margens do rio ‘Taquary e Cebollaty, antes da referida prohibição de navegação entre esta cidade e a costa da Lagôa Mirim. É uma medida manifestamente prejudicial e que só tende a anniquillar o commercio desta cidade e seu municipio, muito principalmente quando a referida navegação é permittida para as cidades de Pelotas e Rio Grande. Esta razão, além das mais, é bastante para provar a justiça com que a camara solicita de V. Exc. as necessarias providencias, afim de que seja extensa á esta cidade aquella permissão que gozam as cidades de Pelotas e Rio Grande (Intendencia Municipal, 1912, p. 109).

Nos anos em que o rio Jaguarão apresentava boa navegabilidade e os portos estavam abertos, a área portuária da cidade foi marcada por grande movimentação, com o transporte de produtos das charqueadas, sal e gêneros alimentícios, mas nos anos que se seguiram notou-se o fechamento de muitos destes estabelecimentos saladeiros da fronteira. Além da insegurança ser apontada como uma problemática frequente, um dilema que também aparece constantemente nos registros do legislativo são os relatos das “extraordinárias dificuldades de navegação” no chamado “Sangradouro da Lagoa Mirim”. Desde, pelo menos, 1855, os vereadores solicitavam providências para a desobstrução deste canal, sem soluções concretas por parte dos governantes.

Os vereadores, com frequência, solicitavam também a construção de pontes sobre os arroios da região, a fim de facilitar a comunicação terrestre com a região da Campanha, Pelotas e Rio Grande.

Pelo Artigo 1º da Lei provincial de 4 de Março de 1857, teria sido autorizada a construção da ponte sobre o Arroio Grande. O legislativo reclamava a execução desta lei, porque “não tem sido votada verba para esse serviço de tão urgente necessidade deste município”, com a justificativa de que pelo Arroio Grande passava a estrada que comunicava este com os municípios do Rio Grande e Pelotas, com as quais se davam as suas mais importantes transações comerciais, passando pela Freguesia do Arroio Grande e povoação de Santa Izabel, deste Município.

E além disso, frisava-se:

“Por essa estrada transita grande numero dos gados que se matão na xarqueada de Pelotas, e por ella se fazem quasi todas as communicações terrestres entre as praças de Pelotas, Rio Grande e Montevideo, por intermedio nesta cidade e a povoação Oriental de Artigas. Esta tão importante estrada, na estação invernosa, fica quasi intransitavel pelo obstáculo que offerece o Arroio Grande que se conserva cheio durante quasi toda a estação” (Correspondências da Câmara Municipal de Jaguarão à Província, 1857. Intendência Municipal, 1912, p. 135)

A abertura do Sangradouro, porém, era o principal elemento de vida para Jaguarão. As autoridades intentavam recolher fundos recorrendo à população e resolver as dificuldades por conta própria, mas dependiam, necessariamente, do aporte financeiro do governo provincial. Em relatório de 1865 é colocada, ainda, como “necessidade mais urgente, mais palpitante desta parte da Província”, a abertura de um canal no banco de areia do Sangradouro, na Lagoa Mirim. Somadas às dificuldades de comunicação, eram constantes os relatos de insegurança das propriedades, seguidamente ameaçadas em meio aos conflitos políticos da época e saques de bandos.

Até 1865, registrou-se:

“O desaparecimento de 7 xarqueadas que, devido aos motivos expostos e reclamados, se foram localizando noutros pontos da Provincia, onde, de certo modo, a paz era mais accentuada e a garantia de bens era melhor defendida do que aqui, ponto extremo, durante muitíssimos annos quasi abandonado, ou melhor desherdado dos outros pontos da Provincia” (Intendência Municipal, 1912, p. 355).

Nos anos que se seguiram, foram poucos os registros da atividade charqueadora na região. Os estudos vigentes que apontam, ainda, a significativa presença de escravizados nos campos jaguarenses, demonstram que estes dados relacionavam-se com as atividades pastoris. A *Estatística Geográfica, Natural e Civil do Município de Jaguarão*, de 1862, revelou que, somente na Freguesia do Espírito Santo, foram criadas 85 mil reses de gado vacuum e 25 mil ovelhas. Este documento, que permite entrever alguns dados

acerca do comércio e da produção local, no que tange às exportações em meados do oitocentos, revelou, também, que se destinavam sebos, graxas, couros e lãs para outras regiões, apesar de o número de charqueadas ter diminuído significativamente. Em 1862, aponta-se que somente três charqueadas estavam em funcionamento na Freguesia do Espírito Santo, matando de 10 a 12 mil cabeças de gado (BOM, 2017, p. 40).

Como um dos exemplos do declínio pelo qual passaram os estabelecimentos saladeiros nesta zona de fronteira, localizamos no Instituto Histórico e Geográfico um “livro de transcrição do penhor de escravos, do registro geral das Hipotecas da Comarca”, no qual, no ano de 1865, encontramos o registro de uma penhora na povoação de Santa Izabel, datada de 09 de dezembro, dos cativos das “Fazendas São Jose do Piratiny”, “Fazenda do Paraizo (sic)” e de uma charqueada da povoação, localizada às margem do Arroio São Gonçalo. Cabe ressaltar que Santa Izabel, assim como Arroio Grande e Herval, neste período, ainda faziam parte do Município de Jaguarão, por isto estes registros foram considerados nessa pesquisa.

Foi assinalada no livro a penhora de 65 escravizados, mas por conta de uma folha faltante na documentação, obtivemos apenas os dados de 44 destes. O credor era Manoel Antonio Lopes, residente na Freguesia de Santa Izabel, representado por seu procurador José Antonio Lopes, e os devedores identificados eram Jacintho Antonio Lopes e sua mulher Dona Carolina Lopes, residentes na mesma povoação. Vejamos, na tabela a seguir, dados sobre este grupo de escravizados:

	Nome	Origem	Idade	Descrição/ Altura	Profissão
1.	Narciso	Nação	36 anos	Estatura regular	Carneador
2.	Malaquias	Nação	36 anos	Baixo	Salgador
3.	Fellippo	Nação	34 anos	Estatura alta	Salgador
4.	Canario	Crioulo	33 anos	Estatura regular	Salgador.

5.	Antônio	Nação	45 anos	Alto	Graxeiro
6.	Bento	Mulato	30 anos	Alto Dito	Não declarada
7.	Manoel	Nação	55 anos	Ilegível	Não declarada
8.	Rafael	Nação	40 anos	Alto	Carneador
9.	João Pedro	Nação	36 anos	Baixo	Carneador
10.	Honorato	Nação	40 anos	Alto	Carreteiro
11.	Domingos	Crioulo	35 anos	Baixo	Carneador
12.	Gilbrás	Nação	40 anos	Estatuta regular	Salgador
13.	Domingos	Crioulo	40 anos	Alto	Salgador
14.	.Luis Cassuada	Crioulo	38 anos	Baixo	Salgador
15.	Joaquim	Crioulo	54 anos	Alto	Salgador
16.	Antonio	Mina	51 anos	Baixo	Salgador
17.	Gabriel	Mina	35 anos	Estatuta regular	Carneador
18.	João	Mina	48 anos	Alto	Carneador
19.	Luis Maria	Mina	48 anos	Alto	Carneador
20.	Luis	Mina	46 anos	Baixo	Carneador
21.	Pachorina	Nação	42 anos	Baixo	Marítimo (sic)
22.	Luis	Mulato	40 anos	Alto	Marítimo (Marinheiro)
23.	Pai Manoel	Nação	46 anos	Baixo	Carneador
24.	Rodrigo	Nação	36 anos	Baixo	Carneador
25.	Miguel	Nação	34 anos	Alto	Graxeiro
26.	Paulo	Nação	30 anos	Estatuta regular	Graxeiro
27.	Luis Carneiro	Nação	38 anos	Baixo	Sebeiro
28.	André	Nação	44 anos	Alto	Chimango
29.	Paulo Antonio		33 anos	Estatuta regular	Carneador
30.	Tiburcio	Nação	32 anos	Baixo	Carneador
31.	Machado	Nação	40 anos	Não	Chimango

				declarada	
32.	Martiniano	Nação	42 anos	Baixo	Carneador
33.	Antonio (ilegível)	Nação	38 anos	Alto	Carneador
34.	Basílio	Crioulo	18 anos	Estatura regular	Campeiro
35.	Manoel	Crioulo	16 anos	Baixo	Campeiro
36.	Fillippi	Crioulo	15 anos	Alto	Campeiro
37.	Nome ilegível	Nação	56 anos	Baixo	Graxeiro
38.	Serafino	Nação	60 anos	Alto	Chimango
39.	Pai Thomás	Nação	66 anos	Baixo	Chimango
40.	João	Crioulo	34 anos	Alto	Campeiro
41.	Lourenço	Mulato	33 anos	Alto	Campeiro
42.	José	Nação	38 anos	Baixo	Marítimo
43.	José	Nação	28 anos	Baixo	Marítimo
44.	Manoel	Mulato	14 anos	Alto	Campeiro

Tabela 7. Trabalhadores escravizados, penhorados no ano de 1865, junto às Fazendas São Jose do Piratiny, Fazenda do Paraizo e charqueada em Santa Izabel. Fonte: Livro de Penhora. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

O valor da dívida era de 250:000,000 e o penhor foi transferido à Casa Bancária Duarte por escritura pública, em julho de 1866. Dois anos depois, no *Jornal Atalaia do Sul*, com data de 05 de novembro de 1868, há outro registro de penhora, que nos permitiu ter mais uma ideia do perfil dos grupos escravizados da região. Desta vez, o credor do processo acima é que tinha os bens penhorados, por execução do escritório também citado. Penhorava-se a charqueada, com todos os seus bens, onde foram listados e avaliados os trabalhadores locais.

O então Juiz Municipal e do Comércio, Dr. Antonio José Affonso Guimarães Junior, publicou o edital de arrematação, pelo maior lance oferecido, no dia 26 daquele mês, na Povoação de Santa Izabel, dos bens que foram penhorados, conforme já mencionado, a Manoel Antonio Lopes e sua mulher, por execução que lhe moviam Duarte Souza, Krannichfeldt e Cia. Os bens e sua avaliação eram: “uma xarqueada com duas casas de moradia,

graxeira, barraca de couros, galpão de xarquear, armazens, senzala, hospital, casa de capataz e de caixeiros, com todo o terreno respectivo, por 18:000\$000 rs. Um terreno contíguo ao da mesma xarqueada e próximo da povoação de Santa Izabel, por 2:000\$000 rs". A seguinte tabela detalha o perfil dos trabalhadores escravizados que constavam nesta relação:

	Nome	Referência	Idade	Valor	Profissão
1.	João Cabinda	-----	38 anos	1:300\$000 rs	Não declarada
2.	Damião	De Nação	40 anos	1:300\$000 rs	Não declarada
3.	Clemente	Pardo	40 anos	1:300\$000 rs	Não declarada
4.	Luiz	-----	35 anos	1:000\$000 rs	Sapateiro
5.	Francisco Mina	-----	49 anos	1:000\$000 rs	Não declarada
6.	Antonio	-----	40 anos	1:200\$000 rs.	Carpinteiro
7.	Germano	De Nação	40 anos	1:000\$000 rs	Não declarada
8.	Fabião	Crioulo	30 anos	1:100\$000 rs.	Não declarada
9.	Honorina	Crioula	22 anos	1:200\$ rs	Não declarada
10.	Manoel Maceió	Cabra	48 anos	800\$000 rs	Não declarada
11.	João Paty	-----	40 anos	1:000\$000 rs	Não declarada
12.	Manoel	Crioulo	34 anos	1:100\$000 rs	Não declarada
13.	Vicente	De Nação	55 anos	400\$000 rs	Não declarada
14.	Manoel	-----	35 anos	1:100\$000 rs	Não

	Pinguinha				declarada
15.	Rodolpho	De Nação	50 anos	400\$000 rs.	Não declarada
16.	Marcos	-----	65 anos	25\$000 rs	Não declarada
17.	Antonio Braz	-----	45 anos	500\$000 rs	Não declarada
18.	Balbina	Parda	35 anos	1:200\$000 rs	Não declarada
19.	Miguel	De Nação	35 anos	1:100\$000 rs.	Não declarada
20.	Antonio	De Nação	32 anos	1:200\$000 rs	Não declarada
21.	Manoel Mina	-----	50 anos	1:000\$000 rs.	Não declarada

Tabela 8. Trabalhadores escravizados, penhorados no ano de 1868. Fonte: Jornal Atalaia do Sul. Publicação datada de 05/11/1868.

Entre os animais foram listados dezenove cavalos a três mil reis cada um e todos por 57\$000 rs, e vinte e cinco éguas a dois mil réis cada uma e todas por 50\$000 rs. Somando tudo em quarenta e um contos quinhentos e trinta e sete mil reis, “devendo os ditos bens serem arrematados por quem mais der e maior lance oferecer” (Fonte: Jornal Atalaia do Sul, 05 de novembro de 1868, p.4; Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão).

Interessante notar que no, primeiro grupo de escravizados citado, embora não tenhamos as características de 21 pessoas, por conta de uma folha extraviada do livro de penhora, dos 44 identificados, 29 eram africanos. O escravizado de maior idade neste grupo era chamado de *Pai Thomás*, aos 66 anos de idade, o que evidencia que se tratava “de um indivíduo de respeito nas relações hierárquicas e comunitárias negras locais”, assim como eram tratados outros africanos, como, por exemplo, os *Pais* Matheus, Francisco e Simão, pesquisados por Moreira, Al-Alam e Pinto (2013) entre a comunidade negra da Serras dos Tapes, ligada ao quilombola General Manoel Padeiro. Pai seria, provavelmente, um “denominativo parental simbólico”, que apontava respeito,

parentesco, proximidade étnica (MOREIRA, AL-ALAM E PINTO, 2013, P. 41). Poderia ser, ainda, designação para liderança religiosa. Junto ao *Pai* Thomás, apenas Serafino passava já dos 60 anos. No quesito de idade, o mais jovem do grupo era Manoel, de 14 anos, identificado como campeiro, em uma faixa etária próxima a Fillippi, e outros dois jovens chamados Manoel e Basílio, todos com a mesma especialização. Entre as profissões deste grupo, diretamente ligadas à charqueada, temos os carneadores, salgadores, graxeiros, chimangos (que trabalhavam com o couro) e sebeiros.

Abordando os perfis dos escravizados das charqueadas de Pelotas, Vargas faz alusão aos trabalhadores com estas especializações como “as engrenagens da charqueada” (VARGAS, 2017, P. 159), o que, diga-se de passagem, é uma metáfora que finda por desumanizar africanos e seus descendentes. Entre aqueles ligados ao transporte, Honorato era Carreteiro, e quatro escravizados foram identificados como marítimos, ou seja, marinheiros, responsáveis pela condução das embarcações. No segundo grupo de escravizados, dos 21 listados, 9 foram identificados como africanos, sob a denominação cabinda, mina, ou simplesmente de nação. Marcos tinha um valor bastante inferior aos demais escravizados, por conta da idade avançada de 65 anos. Os únicos cujas profissões foram especificadas foram Luis, sapateiro, e o carpinteiro Antonio. Esta especialização também era valorizada para a manutenção do próprio estabelecimento e seus equipamentos, levando em conta a necessidade de reformas e manutenção periódica das unidades produtivas (VARGAS, 2017).

Analisando esta charqueada, cabe a reflexão sobre este estabelecimento possuir ainda uma estrutura que era apontada como um hospital. Este tipo de estabelecimento foi localizado em alguns sítios oitocentistas, para onde seriam levados os escravizados quando sofriam acidentes, castigos excessivos ou ficavam doentes, algo comum devido às atividades que desempenhavam. Sobre estes locais, Lonner, Gill e Scheer (2012) afirmam que o que se chamava de hospital, dentro da própria charqueada, na verdade não passava de uma enfermaria com poucos recursos. Os espaços rurais onde viviam muitos destes trabalhadores ficavam afastados dos hospitais das cidades, então, por conta dos custos com o

deslocamento e as internações, muitas vezes os cativos não eram hospitalizados ou eram atendidos na própria propriedade.

As autoras afirmam, ainda, que manuais e dicionários de medicina popular, publicados durante o século XIX, com linguagem acessível, de modo a permitir aos leigos o entendimento das principais doenças que perturbavam os enfermos, com os sintomas e maneiras de apaziguá-los, foram utilizados pelos escravizadores, visando a curar os escravizados. Ainda em algumas situações não era prestado o socorro aos doentes, sendo muitos enterrados sem registro, ou alforriados, quando os custos para a cura não valiam o investimento. Neste caminho, muitas vezes, a “busca da cura se dava por meio de rituais vinculados à tradição africana, os quais incluíam elementos da natureza e rezas específicas para cada moléstia”. (LONNER, GILL, SCHEER, 2012, S/P).

Em 1868, Possidônio Mâncio Cunha, charqueador pelotense, comprou a Estância Paraíso de Jacintho Antônio Lopes, pagando o valor de 190:134\$160. (VARGAS, 2013, p. 292). Esta transação é exemplificada por Vargas como demonstração dos significativos valores investidos em estâncias do lado brasileiro da fronteira. Como uma forma de garantir a qualidade do abastecimento das charqueadas pelotenses, era comum que os grandes empresários possuísem “irmãos, sogros, filhos ou genros administrando estâncias na fronteira, às vezes administrando as próprias terras do charqueador, às vezes com seus próprios estabelecimentos pecuários” (VARGAS, 2013, P. 296).

Como se pode perceber, os territórios-fronteira, das estâncias e charqueadas de Jaguarão, estão diretamente relacionados com os de Pelotas. Abasteciam as charqueadas com matéria-prima, foram marcados pela circulação de produtos, integravam rotas e relações sociais, possuindo potencial para estudos mais aprofundados e perspectivas comparativas. Tratando da diáspora africana, e a fim de observar as características de Jaguarão, nas décadas finais deste sistema no país, retomamos o trabalho de Bom (2017), que investigou os inventários referentes a esta região da fronteira entre 1870 e 1888. Apesar da diminuição dos índices, dos 453 autos investigados por este pesquisador, 209 contavam, ainda, com escravizados e 194 possuíam rebanhos, demonstrando a importância da pecuária para a economia da região e o peso que mão de obra escravizada ainda tinha nas

terras jaguarenses. Segundo o autor, estas não eram ocupadas apenas por gado vacum, mas também por rebanhos como o cavalar, ovino, muar e suíno.

O recenseamento realizado em 1872 aponta que em Jaguarão existiam, ainda, 3.248 trabalhadores escravizados, enquanto que dados da *Diretoria Geral de Estatística*, com base nas matrículas destes trabalhadores, mostravam um número ainda maior: 4.592 escravizados. Os dados das listas de matrículas de 1872 e 1873 revelam, ainda, que 80% dos escravizados concentravam-se na zona rural. Na província de São Pedro, Jaguarão ocupava o terceiro lugar com o maior número de escravizados nos campos, com 3702 residentes no interior, atrás somente de Porto Alegre e Pelotas. Tratando, porém, dos escravizados na zona urbana, Jaguarão estaria ainda em 4º lugar, atrás de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (ARAÚJO, 2001, BOM, 2017).

Bom analisou as ocupações destes trabalhadores, com base nas matrículas anexadas aos inventários, utilizando 110 autos para o fornecimento destas informações. Foram encontrados nestes registros 136 campeiros, 66 cozinheiras, 39 mucamas, 38 costureiras, 31 lavradores, 27 lavadeiras, 27 designados como de serviço doméstico e 24 classificados como todo serviço (BOM, 2017, p. 69). Outras classificações que apareceram foram de escravizados agrícolas, roceiros, engomadeiras, de serviços de chácaras, pedreiros, sapateiros, campeiro/roceiro, jornaleiro, hortaleira, carpinteiro, oleiro, valeiro e carneador. De forma semelhante a muitas localidades escravistas no Rio Grande do Sul, os campeiros aparecem em primeiro lugar nas menções. (BOM, 2017, p. 69).

Este índice significativo de escravizados em Jaguarão preocupava, sobremaneira, as autoridades locais e ocupava as pautas da Câmara de Vereadores. Neste sentido, em 1871, a Câmara publicou um novo Código de Posturas da Municipalidade bastante completo, em que várias passagens fazem alusão ao controle dos cativos. Conforme já exposto anteriormente, o primeiro código de posturas da localidade teria sido criado em 1845, mas passou a vigorar somente em 1851, com alguns aditivos ao texto original. O novo código vigente na década de 1870 é relevante para se vislumbrar as características da cidade no período e, em específico, como agiam as autoridades políticas no sentido de cercear a mobilidade e estruturar um aparato de repressão à população, em especial a escravizada.

Antes de prosseguir com a abordagem dos estabelecimentos saladeiris e o enfoque dos fatores que levarem ao seu declínio, tratemos, pois, de alguns dos artigos deste código.

2.4.1 Estratégias de poder: as tentativas de controle de escravizados por meio do Código de Posturas da Municipalidade

No cenário brasileiro, a segunda metade do século XIX, como já foi argumentado, seria marcada pela urbanização e o fortalecimento de medidas higienistas nas principais cidades do país, que se espalharam para o interior. As alterações econômicas e o aumento populacional reconfiguraram os espaços urbanos e, com vistas a reproduzir os ideais de civilidade do mundo europeu, foram criadas normativas para o convívio e disciplina social.

Segundo Vicente, “um dos instrumentos apropriados com o objetivo de estabelecer uma nova ordem de convívio social, normatizando práticas individuais e coletivas, públicas e privadas, foram os Códigos de Posturas Municipais” (VICENTE, 2016, P. 3). Existentes desde os tempos da colônia, estas normativas seriam implantadas pelas Câmaras Municipais, de acordo com os interesses dos principais grupos políticos e, por seus ditames, visavam regular o cotidiano das cidades, a formação dos espaços públicos, atividades econômicas e sociais, intentando controlar a população, com especial atenção aos escravizados e escravizadas.

Tratando dos Códigos de Posturas como uma medida reguladora do cotidiano escravista, Al-Alam afirma que a colocação em prática das Posturas Municipais era papel da polícia e, nesta direção, um aspecto que evidencia o quanto era difícil para as autoridades controlarem a circulação de escravizados pela cidade é o grande número de prisões efetuadas pelo motivo de estarem os cativos na rua fora dos horários estipulados, sem a devida autorização dos escravizadores (AL-ALAM, 2008, P.58). Analisamos, então, este código, como um dispositivo de poder desta sociedade escravista, mas cientes de que os escravizados o transgrediram, inúmeras vezes, e, através de suas práticas, subverteram as tentativas e formas de cerceamento.

O Título 1º do Código de Posturas de Jaguarão, em 23 artigos, tratava dos limites da povoação, das ruas, terrenos e construções da cidade,

regulando a limpeza e desobstrução das vias e proibindo, por exemplo, a matança de reses e carneiros na rua, sob pena de multa para quem infringisse a legislação. O Título 3º era voltado para “*Limpeza e Desempachamento das Ruas e Praças, Divagação de Loucos e Embriagados*”, e seus artigos permitem entrever o costume local de se conduzir dentro da povoação o gado, onde, entre uma série de artigos, proibia-se andar montado em animais chucros ou redomões, sob pena de multa, e sendo escravizado ou menor o contraventor, estas despesas deveriam ser pagas pelo escravizador.

No Título 4 das Posturas da Municipalidade, “*Vozerias nas ruas, injurias e obcenidades contra a moral pública*”, o Artigo 50 estabelecia que “Ninguém, em lugar publico, injuriará a outrem com palavras infamantes e indecentes, ou com gestos da mesma natureza, sob pena de 15\$000 ou de oito dias de cadeia, senão pagar a multa, além da pena da injuria perante a justiça”. Neste caso, se o contraventor fosse escravizado, sofreria a pena de 50 açoites.

O Artigo 53, nesta mesma direção, vedava a qualquer pessoa, “lavar-se de dia nas praias e rios, ou em qualquer lugar publico, excepto se estiver vestido de maneira que não offenda a moral publica”. Ao infrator seria aplicada multa de 6\$000, ou dois dias de prisão. Este artigo estabelecia ainda a mesma penalidade para qualquer pessoa de qualquer sexo que se apresentasse na rua com vestimenta indecente, deixando patentear qualquer parte do corpo, que ofendesse a “honestidade e a boa moral”. Nesta situação, sendo escravizado, a pena poderia ser destinada ao escravizador, caso este fosse culpado, e se não fosse, o escravizado sofreria 50 açoites.

O artigo subsequente voltava-se aos donos de botequim e casas de jogo não proibidos, obrigando-os a não consentirem dentro destes espaços escravizados de qualquer sexo, sob pena de 4\$000 e o duplo na reincidência, e o Artigo 55 proibia as casas denominadas “*zungus e batuques*”, cujos donos ou chefes seriam punidos com a pena de oito dias de prisão e 30\$000 de multa. Caso a casa fosse alugada, o proprietário também seria responsabilizado, com uma multa pecuniária equivalente à metade da quantia, por ter alugado a sua casa a tais pessoas.

Já o Título 6, que apresentava o regramento sobre “*Objetos de primeira necessidade, atravessadores e polícia nos mercados e casas de negócio*”, em seu Artigo 69, estipulava que todos os que tivessem casas públicas de negócio,

não poderiam ter nelas, vendendo ou administrando, pessoas cativas, sob pena de 4\$000 de multa, e na reincidência 20\$ e oito dias de cadeia. O Artigo 70 proibia nas casas de bebidas, tabernas ou outros lugares públicos, ajuntamento de pessoas com “*tocatas, dansas, ou vozerias*”, bem como o “ajuntamento de pretos” nas ruas, praças ou casas no recinto da Vila, para o divertimento denominado *candombe*. No primeiro caso, o infrator ou dono da casa seria multado em 30\$000, e sendo em lugar público, cada um dos infractores em 6\$000, ou 4 dias de cadeia, quando não tivessem como pagar. No segundo caso, afirmava-se que o ajuntamento seria dissolvido imediatamente e presos por quatro dias os que estivessem dançando e tocando; sendo escravos seriam punidos com 50 açoites.

Interessante perceber o registro da proibição do *candombe* na documentação oitocentista de Jaguarão, pois esta expressão é entendida como a mais notória manifestação cultural dos afrodescendentes no Uruguay, reunindo o toque de tambores, a dança e canto, com registros neste país pelo menos desde fins do século XVIII, como resultado da diáspora afro-atlântica no extremo sul, conforme aponta Ferreira (2008). Sendo assim, considerando-se que a proibição buscava coibir o *candombe*, cabe avaliar a importância da existência de contatos e trocas culturais entre a população escravizada dos dois lados desta fronteira, apesar de toda a engrenagem de controle e cerceamento da liberdade destes povos e a despeito dos limites geopolíticos.

Sob este mesmo título, o Artigo 72 apontava, ainda, que os que acoitassem escravos fugidos sofreriam a multa de 30\$ e oito dias de cadeia, além da responsabilidade para com os senhores dos mesmos escravizados. O Artigo 73, por sua vez, era voltado para os donos, caixeiros, sócios ou administradores das tabernas, ou outra qualquer casa pública. Nestas, não poderiam se acharem reunidos e parados mais de 4 escravizados de ambos os sexos. Caso isto ocorresse, incorriam na multa de 10\$000.

Sob o Título 8, que regulava os “*Jogos nas Ruas, Entrudo e Escravos*”, além da proibição deste divertimento, o Artigo 78, em específico, tratava do toque de recolher: todo o escravizado que fosse encontrado de noite, depois do toque de recolher, na rua, “sem escripto do seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare que vai a seu serviço”, seria punido com 25 açoites, e entregue a seu senhor; salvo se este pagasse a multa de 10\$000. A documentação

disponível trata, ainda, da obrigação dos sineiros das paróquias, que todas as noites, de 21 de março à 22 de setembro, deveriam fazer timbrar os toques de silêncio às 8 horas e de 23 de Setembro à 20 de Março às 9 horas, sob pena de 2\$000 por todas as vezes que faltassem a este dever.

O Artigo 80 proibia que em tavernas ou casas de negócio fixo ou ambulante fossem comprados de escravizados produtos como carne seca, graxa, toucinho, couro, crina, e todo e qualquer produto de estância ou de lavoura, sem que o escravizado portasse autorização para vender, do escravizador ou de pessoa sob cujo poder estiver. O contraventor que houvesse comprado seria multado em 30\$000.

Finalizando as ações deste título, o Artigo 81 deixava claro que não era permitido ao escravizador consentir que o escravizado “vivesse sobre si” dentro da cidade e seus subúrbios. Escravizados, segundo o Código, eram obrigados os escravos a pernoitar na casa de seus senhores ou amos quando andassem na rua ao ganho, como cangueiros. O Artigo 82 regulava que todo escravizado que fosse encontrado jogando cartas, dados, ou qualquer outro jogo a dinheiro ou equivalente, em tavernas, casas ou em qualquer parte da povoação ou subúrbios, seria recolhido à cadeia como em flagrante e castigado com 50 açoites.

Sob o Título 10 – *“Diversos Meios de Manter a Segurança, Commodidade e Tranquilidade dos Habitantes”*, o Artigo 92 postulava as iniciativas a serem tomadas em caso de incêndio. “Quando houver incendio, são obrigados o fiscal e o inspector do respectivo quarteirão a correr immediatamente ao lugar do edifício ou objecto incendiado, e cada visinho do quarteirão a mandar um escravo com um barril d'agua, devendo este apresentar-se ao respectivo inspector, que tomará a rol o nome do escravo e do senhor. Findo o incendio o fiscal receberá do inspector o rol que tiver feito, e promoverá a execução da pena de 4\$000 ao senhor que não tiver mandado o escravo, salvo apresentando rasões plausiveis; e 8\$000 o fiscal e o inspector não comparecendo”.

No que concerne à Economia e Asseio dos currais, Matadouro e Açougues, percebe-se um controle maior, por parte da Câmara, destes espaços. O Artigo 123 estipulava que o abate de animais para consumo só poderia ser feito nos matadouros públicos ou particulares que tivessem licença

da Câmara. A carne que saísse esquartejada dos matadouros só poderia ser vendida em público na Praça da Marinha ou espaços licenciados onde se pudesse fiscalizar seu estado, peso e salubridade.

Como se vê, havia todo um aparato para o controle dos escravizados que se dava através da regulamentação dos espaços, da vigilância, cerceamentos e punições. Paradoxalmente, em suas disposições gerais, estas mesmas Posturas, em seu Artigo 136, indicavam que os fiscais vigiariam a boa execução da constituição e sobre as prevaricações e negligências de todos os empregados, bem como sobre o mau tratamento e crueldade que costumam praticar-se com os escravizados, indicando o meio de preveni-los e dando de tudo parte à Câmara. Com a aproximação do período do abolicionismo, as denúncias de violências cometidas em excesso se tornariam mais frequentes.

Monteiro (2016) refletiu sobre estes dispositivos de controle analisando as paisagens da escravidão na cidade de Pelotas. Baseando-se no filósofo Michel Foucault (1987), apontou a vigilância, no século XVIII, como uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar, ou seja, um processo de organização do controle social empregado pelos sistemas escravistas locais (MONTEIRO, 2016, p. 156). Neste mesmo sentido, compreendemos que o Código de Posturas de Jaguarão possa ser avaliado como uma ferramenta que buscava a legitimação do poder, cujo principal objetivo era o de aumentar a força econômica e diminuir a força política destes trabalhadores. Ou seja, maximizar a força produtiva e minimizar a resistência. Como parte destes organismos de repressão estavam as autoridades - locais, regionais e do Império, que mantinham correspondências e frequentes comunicações, a Câmara e os Juízes de Paz, as forças policiais e os grupos da elite, que articulavam suas atuações e tinham em suas mentes a constante preocupação da instabilidade política nessa área de fronteira.

Abordadas algumas das características desta sociedade a partir de informações das posturas vigentes, passaremos ao período de declínio dos estabelecimentos saladeiris, observando os principais fatores relacionados à decadência das charqueadas nestes territórios.

2.5 O declínio dos estabelecimentos saladeiris

Quase quatro décadas haviam se passado quando dos primeiros pedidos para a desobstrução do Sangradouro da Lagoa Mirim aos poderes provinciais. Já nas vésperas da abolição, no ano de 1887, novas tentativas foram feitas pelos vereadores de Jaguarão. Encaminhou-se ao governo da Província um memorial que apontava que por diversas vezes foram realizadas iniciativas para a realização deste trabalho, cujos resultados foram deficientes e apenas passageiramente satisfatórios. Falava-se do pouco interesse que o Governo Imperial teria para com esta parte sul do Estado. As falhas no trabalho de desobstrução do Sangradouro e baixios do rio Jaguarão “há dezenas de anos viriam matando, paulatinamente, o comércio e a vida inteira de uma riquíssima zona como esta, servida por uma rede fluvial facilmente canalizada, mas que, entretanto, até aquele momento, permaneceria quase no mesmo estado em que os nossos antepassados de 1801 a teriam encontrado” (Intendência Municipal, 1912).

Neste memorial, assim manifestava-se o legislativo:

“A Camara municipal de Jaguarão em vista da crise porque está passando e, sendo ella o mais immediato representante desta localidade, investigando as causas dessa crise, chegou ao resultado que a principal dellas é o pessimo estado da via fluvial entre esta cidade e as do littoral. Dependendo a prosperidade do município do desenvolvimento da industria e do commercio e, achando-se esses dois ramos da actividade humana completamente paralyzados, pela difficuldade, senão quasi impossibilidade, de communicações pela via fluvial da cidade com as praças do littoral, cumpre remover os obstaculos que se oppõem à facilidade dessas communicações. A estrada de ferro do sul da Provincia affastou de nossa praça uma não pequena porção do commercio da campanha (Memorial da Câmara ao Governo da Província, 1897, apud de Intendência Municipal, 1912).

Afirmavam, ainda, que em épocas melhores, quando o Sangradouro e o rio ofereciam fácil navegação:

[...] as margens do rio que banham esta cidade estavam *cobertas de estabelecimentos que se entregavam a industria da preparação de carnes*. Estes estabelecimentos têm desaparecido, não puderam arcar com os grandes prejuizos ocasionados pelos obstaculos que se oppõem á franca navegação. Esses obstáculos trouxeram a morte de uma industria que podia hoje estar bem desenvolvida, nesta parte da Provincia, industria que offerecia resultados mais vantajosos do que em Pelotas, porque é incontestavel que os gados, precedentes da republica vizinha chegam a Jaguarão em muito melhores condições, do que na tablada daquela praça (Intendência Municipal, 1912, p 190-191).

A estrada de ferro do sul da província, referida pelos vereadores, era a linha férrea de fins do século XIX que, inaugurada em 1884, fez com que os negócios de Bagé chegassem, inclusive, a suplantar os realizados em Pelotas. Ao longo do século XIX, no núcleo pelotense, havia 43 charqueadas funcionando. Vargas aponta que, se em 1822, havia 22 charqueadas no município; em 1850, este número atingia a casa dos 30; em 1873, chegava a 35; e em 1880, 38. As 11 charqueadas existentes em 1900 indicam que o declínio do polo pelotense coincidiu com o fim da escravização de africanos e seus descendentes e a queda da monarquia, “cujos charqueadores, nesta época uma *aristocracia* nobilitada e que, como se verá, concentrava significativo poder político e econômico, também funcionaram como uma espécie de sustentáculo do Império luso-brasileiro na fronteira sul” (VARGAS, 2013, P. 21).

Esta crise, à qual se referiam os munícipes, atingiu em cheio Jaguarão e fez com que a cidade perdesse boa parte de seu mercado consumidor, enquanto Bagé, na Campanha, assumiu o papel do principal polo charqueador sulino, com novas charqueadas fundadas às margens da estrada de ferro (IPHAN, 2010, p. 109). Falava-se das “margens do rio Jaguarão que estavam cobertas de estabelecimentos que se entregavam à indústria de preparação das carnes” (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1912), porém, neste local, encontram-se, hoje, poucos vestígios destes estabelecimentos.

Em um levantamento de 1912, fez-se alusão às duas últimas unidades remanescentes, resultantes da indústria pastoril. Estavam localizadas às margens do rio Jaguarão “duas excellentes xarqueadas, consumidoras dos

nossos gados, fabricando muito bom xarque e outros muitíssimos productos que se prendem com essa proveitosa industria” (Intendência Municipal, 1912, p. 225). Tratava-se da Charqueada União e da Charqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura.

No alvorecer do século XX, quando as últimas charqueadas estavam em funcionamento nesta fronteira, Jaguarão era, ainda, uma cidade marcada por uma significativa população africana e afrodescendente e este contingente populacional chamou a atenção dos viajantes que por aqui passaram. Para pensar as relações raciais nesta fronteira, nos idos de 1900, exploraremos as narrativas do cônego Thomas Aquinas Schoenaers, nome religioso do belga Gerardus Josef Schoenaers, que aportou em Jaguarão, a bordo de um vapor, no ano de 1901 e permaneceu em nosso país até 1904, trabalhando boa parte deste tempo como professor em Jaguarão (SCHOENAERS, 2003).

Logo em seus primeiros registros, como boa parte dos estrangeiros que fizeram missões no Brasil, Schoenaers apontou a expressiva presença da população negra por estas paragens e seus escritos, além de contribuírem para que se lance um olhar para o cotidiano da cidade, no nascer do século XX, são narrativas relevantes para a reflexão sobre as relações inter-raciais nesta fronteira.

Embora os relatos de viajantes europeus que escreveram sobre o Brasil tragam riquíssimas informações sobre as localidades e suas populações, é certo que eles estavam impregnados por suas concepções e valores culturais, ou seja, para serem usados como fontes precisam ser relativizados e observados em seus contextos. Ainda assim, de acordo com Slenes, desde que se considere “o forte viés ideológico” destas narrativas, elas podem nos revelar pistas importantes, pois “são informações apresentadas ‘nas entrelinhas’, geralmente não entendidas, mal interpretadas ou consideradas sem importância pelos autores que as registraram” (SLENES, 1999, P 132).

Aquinas Schoenaers nasceu em março de 1872, em Helchteren, e ingressou na ordem premonstratense, também conhecida como norbertina, em 1891, ordenando-se em 1897. Seu livro sobre a primeira viagem ao Brasil foi publicado na Bélgica em maio de 1904, reunindo 59 cartas, escritas com base em suas vivências nos lugares por onde andou e enviadas para a Abadia, sendo ali publicadas regularmente em um jornal.

Segundo Gill e Lonner (2012), que interpretaram passagens de algumas cartas do religioso, os objetivos do padre Thomas não eram apenas de descrever e compartilhar com seus conterrâneos e outros religiosos as narrativas sobre uma terra desconhecida, mas também de conseguir apoio da comunidade católica belga para a vinda de mais padres e a remessa de recursos para as obras no Brasil. As autoras afirmam, destarte, que “ao seu olhar de estrangeiro e militante católico, deve-se acrescentar também aquele do propagandista das missões belgas em terras brasileiras, com o intuito de demonstrar sua importância e a necessidade da continuação de tal obra” (GILL e LONNER, 2012, P. 257).

É neste sentido, portanto, que aqui também exploramos esta fonte e situamos determinados relatos deste cônego, com o objetivo de pensar a cidade e a significativa presença da população negra na ocupação de seus espaços, e, principalmente, pensar as relações raciais nas décadas que se seguiram à abolição. Na medida do possível, problematizamos os relatos e os analisamos de forma articulada com outras fontes e abordagens, como se verá a seguir.

Em uma de suas primeiras cartas, depois de deixar seu país e viajar por 73 dias até chegar a Jaguarão, Schoenaers fala sobre o grande número de mestiços e negros que habitavam na cidade e no interior. “Aqui, mais da metade da população é negra e descende de escravos, que, no Brasil, a partir de 1888, conquistaram a liberdade. [...] A maioria deles pertence à classe trabalhadora”, afirmava. Schoenaers também trata de uma ampla disseminação de superstições, práticas de curandeirismo e feitiçaria na localidade, o que atribuía à significativa presença de ex-escravizados e ex-escravizadas entre a população, bem como à influência que exerciam nesta sociedade. Mesmo as pessoas mais ricas e letradas de Jaguarão, segundo ele, recorriam aos poderes das feiticeiras.

No mês de junho, ao completar seis semanas em Jaguarão, ao referir-se aos festejos tradicionais da cidade, o cônego narrava que, por toda a localidade e nos seus arredores, tanto no Brasil quanto no Uruguai, ardiam fogueiras em homenagem à São João. “Vimos negros, com longas batas multicores, dançar em volta às fogueiras, enquanto seus cantos selvagens, acompanhados do som monótono de seus tambores de madeira, ecoavam na cidade”. É

interessante observar que, anos antes, no Código de Posturas da Municipalidade, de 1871, encontramos a proibição dos chamados “ajuntamento de pretos”, das “tocatas, dansas ou vozerias”, os zungus ou batuques, assim como do “divertimento” denominado candombe, criado nessa zona de fronteira com o Uruguai. Porém, nas décadas que se seguiram à abolição, em um festejo tradicional voltado à prestar homenagens à um “santo católico”, os tambores e os cantos dos negros ecoavam e se faziam ouvir por toda cidade, merecendo este registro por parte do religioso norbertino. As aspas para referir-se a São João são necessárias. O que o religioso belga ouviu e assistiu ligava-se provavelmente a manifestações afro-católicas, em que santos católicos são metamorfoseados em divindades africanas (Thorton, 2016; Matory, 2005). São João, usualmente, é outro nome para Xangô.

Cabe observar que, no campo das festas populares, entre as mais expressivas nas regiões do norte e nordeste do país, como é o caso das festas juninas, aqui também foi registrada a prática do Bumba Meu Boi, conduzida por um grupo formado, nas palavras de Thomas Aquinas, exclusivamente por negros e negras. O grupo teria cruzado as principais vias da cidade no Dia de Reis, um espetáculo que pareceu ao padre “agradável e curioso”, com uma “dança executada com raízes africanas e selvagens, se bem que com certa cadência e acompanhada de delicada coreografia, que nada teria em comum com as tolas polcas e valsas europeias” (SHOENAERS, 2003, p. 321).

Quando percorria as ruas da cidade, Schoenaers dedicava-se à fotografar e, ao narrar o que via, também revelou alguns detalhes sobre a ocupação e características destes espaços e elementos naturais, como o rio Jaguarão e o território às suas margens.

O rio Jaguarão é a única via de comunicação desta região com o porto marítimo e conseqüentemente com o resto do mundo. O rio é a verdadeira veia que irriga a cidade, que está situada quase ao fim. Nosso porto não tem pequena extensão, é extraordinariamente vivo e, sob o ponto de vista comercial, muito relevante (SHOENAERS, 2003, p. 62).

O cônego observava e citava a presença das lavadeiras negras, em atividade às margens do rio. Estas mulheres que, sob o olhar curioso de

Schoenaers, ao lavarem as roupas, “maltratavam as pedras do rio, sem misericórdia com os tecidos de linho”, ali não apenas exerciam suas tarefas. Segundo Al-Alam e Lima, “elas também conversavam, compartilhavam impressões sobre o seu cotidiano” e, assim, “ritualizavam uma relação de trabalho em íntima sensação com a natureza, que, em conjunto com suas crenças religiosas, fortaleciam os laços daquela comunidade” (AL-ALAM; LIMA, 2017, P. 44).

O religioso mencionava, ainda, o costume de encontrá-las nas ruas, “com um bastão nas mãos e, preso aos dentes, um cachimbo, fumegando tal qual uma fábrica de gases”(SCHOENAERS, 2003, P.164). Tratando do hábito bastante comum entre a população de fumar, e do hábito de descansar um cigarro atrás da orelha, Shoeners interpretava seus costumes e crenças:

É algo especial entre os negros da região portarem alguma coisa atrás da orelha. As negras, senhoras ou senhorinhas, que não recusam também um cigarrinho na hora certa, colocam-nos igualmente atrás da orelha e os substituem, nas horas não apropriadas para pitar, por uma pedrinha, um pedacinho de pau, uma flor, grama e até um caco de vidro. Assim que a orelha sempre carrega alguma coisa.

As adultas e suas filhas têm o costume de colocar uma flor, um ramo ou uma pedrinha colorida detrás da orelha. Orgulho dos orgulhos, pensei inicialmente. Após algum tempo, senti que me enganei ao conhecer a razão: são ramos, flores e pedras de natureza especial e têm a força de protegê-las dos acidentes, segundo creem. As negras melhor situadas usam grandes brincos de ouro e enfeitam os cabelos com flores e frutos de prata (SHOENAERS, 2003, P. 279).

Ele narra, ainda, seus pés descalços, revelador das dificuldades que encontraram nos anos que se seguiram ao fim da escravidão, com a exclusão econômica e social.

Os transeuntes negros desconhecem ou pelo menos não usam sapatos. A razão primeira é que custam muito; segundo, são insuportáveis aos pés acostumados ao chão. Alguns calçam uma espécie de sandália que tapa apenas a ponta dos dedos, de forma que a planta dos pés, ao caminhar, quase não se levanta e parece

deslizar sobre as plantas do calçamento (SCHOENAERS, 2003, p. 280).

Neste sentido, observa-se que o regramento de se estabelecer o que era apropriado vestir em determinados lugares intentava limitar a presença de negros livres e sua mobilidade na urbe, além de servir como instrumento de controle social, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Sidney Chalhoub é um dos historiadores que aborda estas questões e observa que “os sapatos pareciam ser peças realmente decisivas nessas questões de escravidão e liberdade” (CHALHOUB, 1990, p. 133). Depois da assinatura da Lei Áurea, muitos escravizados deixaram suas fazendas e locais de trabalho e foram às cidades a fim de investirem suas economias na compra de sapatos. Estes, simbolicamente, representavam a liberdade (VITAL, 2017).

Tratando destas práticas e das distâncias sociais, Schoenaers narra que os negros eram impedidos pelos brancos de ingressarem em determinados espaços sociais, como, por exemplo, os grupos de orações da Igreja católica. “As pessoas de cor branca enxotam e repudiam os negros de modo vergonhoso e por vezes vingativos”, o que comparava ao que ocorria na América do Norte. “Assim ocorre em suas sociedades, onde, consequentemente, o negro é mantido à margem” (SCHOENAERS, 2003, p.164). Ainda, assim, esta população organizou-se e construiu espaços de sociabilidade, autonomia e auxílio mútuo, como, por exemplo, através das irmandades religiosas, e aqui se destacava a força da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, formada junto à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, exclusivamente composta por negros e negras. Africanos e seus descendentes construíram espaços de agência e protagonismo no mundo da religiosidade (AL-ALAM E LIMA, 2017, p. 45).

Neste período, findado o ano de 1901, Jaguarão possuía um conjunto de dez ruas bem edificadas, largas e retas, em sentido perpendicular ao rio e estendidas rumo às partes mais altas do terreno de sua implantação, cortadas por travessas. Com casas “com fachadas artisticamente trabalhadas e algumas delas até pintadas de ouro e prata”, conforme destacava o cônego, possuindo alguns prédios que, pelo seu volume e requinte, eram considerados verdadeiros palacetes (SCHOENAERS, 2003, p. 276).

É possível, entrever, porém, características bastante rurais, como o trânsito em seu espaço central de tropilhas de cavalos, burros e animais conduzidos ao rio para banhar-se e beber água. Distantes cerca de meia hora do centro da cidade, os matadouros operavam em um ritmo árduo de produção. Ao visitar um destes espaços, o cônego, como não podia deixar de ser, nos brinda com suas impressões.

Matadouro! Que terrível lugar mencionei. Um local onde o ar está carregado do cheiro de sangue e de carne verde. O piso, as portas e também as paredes estão lambuzadas de sangue, miolos e outros miúdos. Largas canaletas de madeira conduzem o sangue para o rio. Montes de carne, peles e chifres dificultam a circulação. No meio deste sangrento panorama veem-se, no chão, calças arremangadas até os joelhos e igualmente as camisas deixando os braços à mostra, uns cinquenta negros de forte compleição, com machados e facas nas mãos e outras tantas na cintura, falando alto e a cortar, rasgar e golpear carcaças. [...] Cada matadouro tem a seu serviço seis carroças presas a quatro cavalos [...] É nelas que, duas vezes ao dia, a carne é conduzida aos açougues da cidade que, assim, dependem dos matadouros. (SHOENAERS, 2003, p. 277)

Em uma incursão e visita a uma propriedade rural, próxima ao Arroio Telho Chico, Schoenaers traz informações sobre a organização das moradias dos trabalhadores, ex-escravizados, que teriam permanecido no local após a abolição. Em um espaço caracterizado pela paisagem formada por cerros e coxilhas, aramados e mangueiras de pedra, próximas à construção grande e branca, “agradável de se ver”, que era a moradia da família, à esquerda, estavam “cinco ou seis ranchos com paredes de barro e teto de palha santa-fé, onde os peões, todos negros, residem com suas mulheres e filhos” (SHOENAERS, 2003, p. 210). A maioria dos negros que trabalhavam na estância, observou o padre, eram “escravos ou descendentes daqueles”, onde, dos cerca de sessenta trabalhadores locais, apenas quatro ou cinco teriam deixado a propriedade, após a abolição. Ao deixar o local, o padre dedicou-se a refletir se, com o advento da Lei Áurea, a escravidão teria, de fato, acabado, tendo em vista as relações de exploração no trabalho e as diversas práticas

discriminatórias iguais aos tempos da escravatura (SHOENAERS, 2003, p. 213).

Além de muitos outros temas que retratou, guiado pelo desejo de mostrar aos seus conterrâneos estas terras distantes, muitas vezes vistas como exóticas e pitorescas, Thomas Aquinas nos forneceu valiosas narrativas sobre esta região do pampa e como a diáspora africana modelou a cidade de Jaguarão, permitindo-nos refletir sobre a complexidade das relações que aqui se estabeleceram.

Nos espaços de salga da carne, mesmo após o abolicionismo, localizamos ainda a presença de muitos trabalhadores negros, o que vai ao encontro das afirmações de Gutierrez e Santos, segundo as quais o trabalho de “abater, esfolar, esquartejar, charquear, empilhar e secar as carnes”, bem como o processamento de seus subprodutos foi tarefa, primeiro, dos cativos e, depois, dos afrodescendentes livres (GUTIERREZ E SANTOS. 2013, p. 1).

No começo do século XX, entre as últimas charqueadas destas paragens, estava a Charqueada União. Segundo a publicação *Apontamentos para uma monografia de Jaguarão* (1912), este estabelecimento abatia, regularmente, de 180 a 200 rezes por dia, havendo ocasiões em que, pela aglomeração de gados, teria matado para mais de 300. O número da matança, indicava-se, dependeria dos preços do gado, dos produtos, etc., podendo, porém, abater em média quinze mil rezes por ano. O charque era preparado pelo sistema nacional e pelo platino. Como especialidades já premiadas em exposições e feiras, a Charqueada União, no setor de conservas, preparava banha refinada, graxa refinada, sebo puro, “xarque vaccum ou carne enlatada”, “carne de beeuf”, guano de sangue, feijoada completa e mocotó enlatado, produtos estes em conservas e muito apreciados à época.

Com setenta trabalhadores assalariados, o capital em giro do estabelecimento seria superior a 500 contos de réis. Em 1912, a charqueada União tinha como proprietário Gabriel Leite e Cia., que por sua vez a adquiriu do tenente Affonso Rodrigues Barboza. Este proprietário era, na verdade, Gabriel Gonçalves da Silva Filho, filho de Gabriel Gonçalves que, por sua vez, era neto materno do já citado Comendador Francisco José Gonçalves da Silva, grande proprietário de terras e charqueador. Integrando as estruturas de trabalho, a charqueada contava com uma graxeira moderna com três

dirigidores de ferro, caldeira tubular de força de cem cavalos, bomba para água e para todo o serviço da cancha e de todas as dependências e instalações de luz (IPHAN, 2010, p. 108).



Figura 7. Construção da Chaminé da Charqueada União. Fonte: Intendência Municipal, 1912.

O outro estabelecimento charqueador, situado à margem esquerda do Rio Jaguarão, dentro dos limites urbanos, era a charqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura, fundada “há longos decennios”, conforme registro por Joaquim dos Santos Pólvora (Intendência Municipal, 1912, p. 323). A publicação apontava que “sucederam ao fundador os seus filhos e depois Antônio Furtado de Souza, Francisco José Cassal e Zeferino Lopes de Moura” (Intendência Municipal, 1912, p. 323), o que nos leva a crer, somado aos dados dos inventários, que esta charqueada seria a mesma dos sucessores de Liberato Firmino de Almeida, a de sua filha Febrônia e do genro Joaquim Pólvora.

Localizamos o inventário de Lauriana Candida Lopes de Moura, esposa de Zeferino, falecida no ano de 1905 e cuja partilha da herança se deu no ano de 1909. Entre seus bens foram identificados diversos imóveis em zonas privilegiadas da cidade e frações de campo, entre os quais identificamos esta propriedade e pertences relacionados à atividade charqueadora. O lugar era descrito como:

Um estabelecimento para xarqueada com casa de sobrado para moradia, galpões, graixeiros, mangueiras, cercado e terreno, com fundos ao rio Jaguarão, situado nos subúrbios desta cidade, dividido pelo Norte com terreno da Xarqueada União, pelo leste com o referido rio Jaguarão, pelo sul com terreno de Mathias Pólvora Neto, Manoel Pessir e outros e pelo oeste com o logradouro público (Inventário de Lauriana Lopes de Moura, 1909).

O casal possuía uma lancha de madeira, que era uma embarcação de pequeno porte que deveria ser utilizada como auxiliar para o transporte de pessoas e gêneros de produção local. A produção da propriedade, porém, chegaria a territórios distantes. Conforme apontam Sampeck e Ferreira (2020) como sistemas produtivos, as charqueadas atendiam a uma demanda central do mundo Atlântico, a carne salgada, fundamental para o consumo da população em geral. “O charque, além de atender as economias regionais do Brasil, era exportado maciçamente para os principais portos do mundo Atlântico, incluindo Estados Unidos, Caribe e Europa” (Sampeck e Ferreira, 2020, p. 145). Um relato de Schoenaers (2003) trata dos destinos para onde eram remetidos, em 1904, o charque e outros produtos da charqueada desta família.

Mas, por que será que o vapor está parado no meio do rio? Ah!, ouço, vindo de um braço do rio, o ronco, para mim familiar, do Periquito, o “benjamim” da frota jaguareense. Vejam como o pequeno barco vem chegando, com uma chalupa seis vezes maior que ele. É uma carga salgada da charqueada de Moura, que a envia, regularmente, para os estados do norte do Brasil. Enquanto o Juncal é carregado com charque, também os passageiros são servidos com a primeira refeição a bordo. [...] Resolvi, então, dar uma olhada no porão do vapor que continuava aceitando, sem parar, mantas e mais mantas

de charque. Também vi alguns pesados fardos de lã, enviados de Jaguarão adivinhem para quem? Para Antuérpia, na Bélgica, tal como estava escrito na etiqueta em letras vermelhas e grandes. Quem haveria de dizer que Jaguarão comercializava diretamente com a Antuérpia (SCHOANEARS, 2003, p. 401).

Além do mobiliário do casarão, localizado em uma zona nobre da cidade, de carros de transporte e viagem, foram avaliadas, também, cem latas de óleo de mocotó e matérias-primas como o sal – “mil alqueires de sal próprio para salgar couros e setecentos alqueires de sal limpo, de Cádiz”. Segundo o estudo de Silveira, ao menos na primeira metade do século XIX, Cádiz ocupava o segundo lugar entre os portos estrangeiros que forneciam sal para o Rio Grande, com 28% a 30%, perdendo apenas para Lisboa que concentrava entre 32 e 34% dos carregamentos. A autora aponta que o sal preferido pelos charqueadores sempre foi o estrangeiro, sobretudo o de Cádiz. Os charqueadores “consideravam-no o único válido para a fabricação de charque e desprezavam o produto nacional” (SILVEIRA 2006, p. 35).

O rebanho destes proprietários, que contava com mais de 8 mil animais, em sua maioria composto por gado vacum, estava dividido entre a propriedade denominada Passo do Centurião, pertencente à família, no Herval, a Fazenda do Juncal, em Jaguarão, e a propriedade dos sucessores do finado João Rodrigues Barbosa, onde ficava invernado.

Nos autos da partilha entre os herdeiros e herdeiras de Lauriana, a sua charqueada estava avaliada em sete contos trezentos e sessenta mil réis. Somando todos os pertences, as diversas propriedades urbanas e rurais, os rebanhos e bens móveis, a herança de Lauriana estava avaliada em 473.421\$920, mas destes, 282.846\$840 foram destinados a saldar uma enorme quantia de dívidas da família.

Zeferino faria, ainda, grandes reformas nos galpões, nos varais, nas mangueiras, de modo a deixar o estabelecimento em condições de boa conservação. Em 1912, a charqueada contava com encanamento de água, instalações de luz, e poderia abater até vinte mil rezes. Empregava mais de sessenta homens. O empreendimento teria custado 90 contos de réis, havendo um capital em movimento equivalente a 500 contos. Assim como a charqueada

União, também preparava a carne pelo sistema nacional e pelo platino (Intendência Municipal, 1912). Os poucos registros fotográficos que foram preservados destes estabelecimentos são fontes interessantes para que se observem as suas inserções na paisagem, as estruturas de trabalho, bem como os próprios trabalhadores nestes espaços. Há de se ressaltar que as imagens demonstram, em sua maioria, trabalhadores negros.

A vista geral da charqueada de Zeferino Lopes de Moura (Figura 6) revela a centralidade da moradia senhorial, de modo que daquele espaço se pudesse ter uma vista privilegiada de todo o conjunto, possibilitando a vigilância do local.

Podem ser observados os diversos galpões, espaços de armazenamento, barracas dos couros e os varais, com a presença dos trabalhadores neste local. Nas margens do rio Jaguarão, denota-se a ligação facilitada com a via fluvial, de modo a abastecer o local e escoar a produção, mas nestas águas seriam lançados, ainda, o sangue e o que não se aproveitava dos animais.

Nesta imagem, especialmente, temos registro da presença das lavadeiras na paisagem.



Vista geral da xarqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura

Figura 8. Charqueada de Zeferino Lopes de Moura. Fonte: Intendência Municipal, 1912, p. 322.

Outra foto, que representa os varais em primeiro plano, permite que se evidencie a presença de trabalhadores negros no local, mostrando, assim, que o pós-abolição manteve afrodescendentes no regime fabril das charqueadas.



Figura 9. Trabalhadores da Charqueada de Zeferino Lopes de Moura. Varais de secagem. Fonte: Intendência Municipal, 1912, p. 322.

Os varais ou secadores eram os espaços que recebiam as carnes que vinham das pilhas, onde, com tempo favorável, ficavam secando durante cinco a seis dias, ou, no inverno, até quinze dias (Gutierrez e Santos, 2013, P. 9). Conforme relatos sobre esta etapa da produção, no fim da tarde, costumeiramente, a carne era amontoadada por porções em vários pontos do varal. Em caso de chuva repentina, o toque de uma campainha chamava todos os negros da charqueada para que cobrissem as carnes com couros, de modo que não molhassem. Debaixo dos couros, estas carnes esperavam também o embarque (DREYS, 1927). Outra foto interessante coloca, dessa vez, em primeiro plano os trabalhadores afrodescendentes em meio às pilhas de couros, postos no para secagem. Os couros também eram tratados com sal e, uma vez salgados e empilhados, conservavam-se por longo tempo (COUTY, 2000).



Figura 10. Trabalhadores do Charque em Jaguarão. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico. Fotógrafo e data desconhecidos.

Nesta fotografia notamos que a vestimenta dos trabalhadores também era feita de couro. Existe a possibilidade de que, com a disponibilidade desta matéria no estabelecimento, os próprios trabalhadores confeccionassem suas vestimentas. Talvez essa seja uma prática que date do período escravista: a confecção, por escravizados, de suas próprias vestimentas.

Outro registro fotográfico, localizado no trabalho de Ferrer (2011), com a legenda afirmando tratar-se um escravo de Zeferino Lopes de Moura, do acervo do Museu Carlos Barbosa, registra um trabalhador com camisa, calça, um avental e um pano de prato no ombro e com um prato à mão, como se tivesse paralisado suas atividades na cozinha, apenas para posar para a foto. Note-se, ainda, os pés-descalços do trabalhador, sendo os calçados, como já foi dito, marca distintiva e simbólica de trabalhadores livres e libertos.

É preciso ressaltar que esses trabalhadores tinham uma experiência distinta nestes espaços da produção charqueadora, a exemplo do que Souza (2012) apontou com relação aos espaços das plantations, e Agostini (2013) argumentou ao tratar da *Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do*

século XIX, com o foco em contextos escravagistas: “as sensações de estar no espaço podiam diferir segundo a experiência de senhores e escravizados, com os primeiros usando sapatos sobre os pisos de madeira e os segundos seus pés descalços sobre pisos de terra batida” (AGOSTINI, 2013, p. 62) Com uma experiência sensorial diferente, estes sujeitos teriam, conforme aponta Souza, domínios de conhecimento diferenciados, a partir de suas próprias experiências (SOUZA, 2012, p. 48). Desta maneira, estes territórios das antigas charqueadas podem ser compreendidos como espaços que se constituíram por diferentes regimes sensoriais, dinâmicos e ressignificados cotidianamente.



Figura 11. Trabalhador doméstico. Fonte: Ferrer, 2011, p. 278.

Outra fotografia mostra, por fim, a margem esquerda do rio Jaguarão, onde se pode ver um trabalhador conduzindo um pequeno rebanho à beira do rio, o trapiche da propriedade e a embarcação. Como podemos perceber, a instalação de núcleos saladeiris nestes territórios, com os processos de abate dos animais, o tratamento e comercialização das carnes, couros e subprodutos, demarcou estas paisagens, com suas estruturas de trabalho e moradia, suas relações com o meio-ambiente, e as relações sociais dos sujeitos que atuaram nestes estabelecimentos.



Figura 12. Margem esquerda do rio Jaguarão. Fonte: Ferrer, 2012, p. 276.

Junto ao território das antigas charqueadas, mais especificamente anexo à Charqueada de Zeferino Lopes de Moura, novos projetos foram empreendidos, trazendo consigo a ideia de progresso com as novas instalações. Em 1949 encontramos registro da “Charqueada São Domingos” funcionando neste mesmo local, apontada como um “estabelecimento saladeiril que muito honra a industrialização do charque no Brasil”, tendo o estabelecimento passado por grandes melhoramentos, entre eles instalações

sanitárias, além de remodelações de caráter urgente. Em seu primeiro e segundo dia de trabalho, esta charqueada teria abatido duzentos e quarenta cabeças de gado e, constava, nesta matéria jornalística, sua quota de abate como a de 4800 reses vacuns (Jornal A Folha, 11/03/1949).

Já em 1950, a partir da união de grandes pecuaristas, foi criada “Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda, e instalado um complexo frigorífico acoplado à charqueada oitocentista, com o funcionamento de forma complementar” (CEREDA, 2017, 29). Em um primeiro momento, como nos processos de implantação de frigoríficos em outros locais do estado, percebe-se o uso misto do espaço, ou seja, a manutenção da charqueada junto ao início da produção frigorífica. Este processo pode ser observado tanto no Brasil, quanto no Uruguai e na Argentina, com algumas semelhanças: “em quase todos os casos, essas indústrias foram implantadas em antigas charqueadas com a finalidade de atender a Europa na primeira guerra, aproveitando parte da estrutura já construída no local, com a ideia de modernização destes espaços”. (IPHAN, 2010, P. 55).

De acordo com Cereda, em agosto de 1950, foi finalizado o primeiro “Projeto de Reforma e Aumento da Charqueada São Domingos”. No ano seguinte, em junho de 1951, foi idealizado o projeto para duas câmaras frias e matança no primeiro andar da charqueada o que se concretizaria somente em 1964. Apesar de problemas, como o precário fornecimento de energia elétrica no local e da organização, ainda rudimentar, no que concerne à tecnologia empregada na produção, percebe-se que esta Cooperativa, desde os primeiros anos de fundação, tinha o projeto de desenvolver a charqueada São Domingos, a partir da instalação de tecnologias frigoríficas.

No Relatório de safra aos cooperados, de 1953, citado por este pesquisador, pode-se identificar o processo paulatino de modernização do local, com adaptação do prédio adquirido para a sede da Cooperativa e instalação de um açougue modelo. Estavam em andamento, ainda, diversas outras obras. O objetivo era que fosse possível “centralizar o abate do gado de grandes criadores da cidade e aumentar a produtividade” (CEREDA, 2017, 38). Denotava-se, também, a preocupação de “tirar melhor proveito dos derivados”, o que indica a tentativa de aproveitar as partes das reses abatidas que não estavam sendo negociadas (CEREDA, 2017, 39). Cereda analisa, a partir de

entrevistas realizadas com os trabalhadores do complexo frigorífico, os movimentos e processos de mudança da passagem da charqueada à frigorificação, mas também muitas continuidades nos processos de trabalho, como, apenas para citar um exemplo, a permanência da figura do capataz, que permanecerá mesmo no momento de funcionamento do frigorífico.

Com a falência também desta indústria de carnes em Jaguarão, já no final dos anos setenta do século XX, permaneceu no local todo o seu maquinário e as unidades de trabalho, em uma área construída de 16.000 m², com capacidade de abate de 200 reses por dia e uma estocagem para 400 toneladas em congelamento, assim como escritórios, moradias e demais instalações: bretes, balança de bovinos e espaços de lavagem. Trata-se de um espaço complexo, onde pode ser percebida, em diversas camadas de tempo, a memória dos processos de trabalho, desde o sistema escravista até a industrialização do processamento da carne.

Por uma opção de recorte de pesquisa, tempo hábil e de documentação disponível, delimitamos a investigação a fim de analisar somente o processo de ocupação das antigas charqueadas oitocentistas e do começo do século XX. Porém, é inegável que o desafio da preservação do legado material desta indústria frigorífica, mais recente, e das memórias associadas ao mundo do trabalho, podem servir a pesquisas futuras, que problematizem a salvaguarda do patrimônio industrial.

Além das reminiscências do ciclo econômico do charque e manufatura da carne, de nossa parte, procuramos relacionar estes espaços aos locais de atuação de africanos e afrodescendentes, demonstrando a sua presença significativa nestes espaços, de modo que possam ser sinalizados como lugares de vivências de homens e mulheres escravizadas, que ao chegarem de diferentes partes do continente africano, aí seguiram em processo de diáspora. São sítios relacionados ao mundo atlântico e à diáspora africana que, pela ausência de conhecimento a seu respeito, estão sujeitos à destruição.

No capítulo que se segue, observaremos como estão, hoje, as estruturas remanescentes das antigas charqueadas, na orla do rio Jaguarão, relacionando a formação de alguns espaços da cidade como “Territórios do charque”, em um debate cujo pano de fundo serão as políticas de preservação do patrimônio cultural.

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS DO CHARQUE: AS ESTRUTURAS REMANESCENTES DOS ESTABELECIMENTOS SALADEIRIS ÀS MARGENS DO RIO JAGUARÃO

3.1. O núcleo saladeiril da fronteira sulina

Jaguarão e Rio Branco, desde as primeiras iniciativas de ocupação destes territórios, em que hoje se situam os dois municípios fronteiriços, tiveram no rio Jaguarão, e sua ligação fluvial estratégica com a Lagoa Mirim, Lagoa dos Patos e com o Oceano Atlântico, um dos mais importantes elementos, tanto em termos de limites políticos, como de fixação de núcleos populacionais (COSTA, 2011). O rio Jaguarão, que nasce na Serra de Santa Tecla, na coxilha das Tunas ou do Arbolito, Município de Hulha Negra, a sudoeste do Rio Grande do Sul, apresenta uma extensão de 208 quilômetros, sendo navegável até a fronteira de Jaguarão e Rio Branco, alcançando uma extensão de 32 quilômetros (FARIAS, 2007).

Na margem esquerda deste curso d'água – a poucos quilômetros da Ponte Internacional Barão de Mauá, primeiro bem binacional tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), também reconhecida como patrimônio do MERCOSUL, e do centro histórico de Jaguarão, que integra um dos maiores Conjuntos Históricos e Paisagísticos tombado pela União⁶ – encontramos as ruínas remanescentes de seu antigo núcleo saladeiril.

Apesar de a economia do gado e a escravização de africanos serem citadas na justificativa do processo de tombamento do conjunto histórico da cidade, que levou à sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Processo de Tombamento nº 1.569 T 08, IPHAN, 2011), a apenas alguns quilômetros do núcleo original, as

⁶(Bens Tombados no ano de 2011. Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão: Processo nº 1.569. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>; Acesso em 29/11/2020; Tombamento da Ponte Mauá. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1126/> Acesso em 29/11/2020).

ruínas das antigas charqueadas não receberam nenhuma atenção, em uma paisagem cultural que sequer é citada como zona de interesse para a preservação.

Sinalizar para a necessidade de se preservar e investigar estas estruturas se dá no sentido de alertar para o potencial de análise da cultura material deste núcleo charqueador, que poderá oferecer outras reflexões e interpretações em torno do passado e do presente desta fronteira e focar, especialmente, os espaços ligados à manufatura da carne, demarcados pela presença significativa de africanos e afrodescendentes, e à memória dos trabalhadores, mais recente, do período da frigorificação.

Negligenciadas pelas políticas oficiais, atualmente estas estruturas estão deslocadas das ações de preservação e seu estado de abandono e avançada deterioração representam uma perda irreversível: o complexo charqueador, localizado às margens do rio Jaguarão, com suas construções, espaços de moradia e trabalho, acessos e relação com a paisagem natural desta fronteira é praticamente desconhecido por boa parte da população.

A discussão sobre a necessidade de proteção, com vistas ao registro e pesquisa das estruturas remanescentes deste complexo, onde estão incluídos os espaços de trabalho das charqueadas e do frigorífico incorporado ao conjunto, se faz urgente, uma vez que, por se tratarem de áreas privadas, estão sujeitas à comercialização e novos empreendimentos imobiliários, que não encontrarão nenhum entrave à sua demolição, caso assim se queira, tendo em vista a total ausência de uma política de proteção.

Outro aspecto que é importante destacar é que estão em curso, em âmbito nacional, dois importantes projetos para a região. O primeiro é a construção da segunda ponte sobre o rio Jaguarão⁷, que poderá alavancar a economia local e abrir espaço para novos empreendimentos; e o segundo são as iniciativas e propostas para a retomada da Hidrovia do MERCOSUL. O

⁷ A segunda ponte sobre o rio Jaguarão visa cumprir um acordo internacional entre Brasil e Uruguai, constituído pelo Decreto nº 4979 de 03 de fevereiro de 2004, atendendo a demanda da região no que tange a facilitação do deslocamento. Conforme o Estudo de Impacto Ambiental, a nova ponte será construída na intersecção com a BR-116/RS, aproximadamente 4 km ao norte de Jaguarão, cruzando o Arroio dos Lagoões e o rio Jaguarão, e terminando na intersecção da Ruta 26 com a Ruta 18 com destino à Montevideu, atingindo 15.862 m de extensão (LEOTI, A. 2014).

plano de recuperação da via fluvial desta zona de fronteira poderá movimentar, gerar transformações e impactar os territórios às margens destes cursos navegáveis, que hoje estão em estado de abandono.

A *Hidrovia do MERCOSUL*, que pretende ser uma via de mão dupla entre Brasil e Uruguai, apontada como de fundamental importância para o intercâmbio comercial entre os países, abrange no Brasil o setor da Lagoa Mirim e seus afluentes, especialmente o rio Jaguarão; o Canal de São Gonçalo e seus afluentes; os canais de acesso hidroviário ao porto de Rio Grande; a Lagoa dos Patos e seus afluentes; o rio Guaíba e seus afluentes, especialmente os rios Taquari, Jacuí, dos Sinos, Gravataí e Caí, no estado do Rio Grande do Sul; e, no Uruguai, o setor da Lagoa Mirim e seus afluentes, especialmente os rios Jaguarão, Cebollatí e Tacuarí, além de portos e terminais reconhecidos pelos países (DNIT, 2020).

Segundo informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, além de criar uma rota moderna de transporte e incentivo ao desenvolvimento econômico das regiões litorâneas, das Lagoas dos Patos e Mirim, a hidrovia também possibilitará oportunidades turísticas, tornando a Costa Doce e cidades históricas acessíveis à turistas do Uruguai, Argentina e outros locais do Rio Grande do Sul (DNIT, 2020).



Figura 13. Trecho da Hidrovia do MERCOSUL.

Fonte: <http://hidroviaveis.com.br/hidrovia/hidrovia-do-mercosul/> Acesso em 29/11/2020.

Um dos objetivos deste trabalho é, portanto, dar visibilidade aos territórios onde se concentram as ruínas remanescentes das charqueadas de Jaguarão, cuja necessidade de preservação e registro está relacionada a serem estas as últimas estruturas conservadas do núcleo saladeiril da fronteira. Além do mais, estas áreas, seguramente, ainda preservam substratos da cultura material dos indivíduos que ali viveram e, conforme já se argumentou, possuem um grande potencial para pesquisas sobre diáspora africana. Por serem espaços de atuação de africanos e afrodescendentes nos processos de salga da carne em Jaguarão, os relacionamos, portanto, com os debates sobre

os Territórios Negros desta fronteira e às possibilidades de abordagem da cultura material da diáspora negra.

3.2 As Abordagens sobre os Territórios Negros de Jaguarão

Durante longo período, a história de Jaguarão e as narrativas oficiais sobre a formação desta fronteira invisibilizaram a comunidade negra. Segundo Al-Alam e Lima, “quando mencionados, eram apenas como escravizados e escravizadas, vítimas de uma história escrita fundamentalmente por mãos brancas”, e com uma postura política imbricada a este processo: “negligenciar o direito à memória desta comunidade” (AL-ALAM E LIMA, 2018, P. 37).

Especialmente nos últimos dez anos, porém, diversos trabalhos, com o uso de fontes distintas, trouxeram à tona outras narrativas, com vistas a valorizar o protagonismo de africanos e afrodescendentes na fronteira, visibilizar os significados atribuídos por estes grupos a espaços da cidade e a repensar seus territórios, de modo a relacioná-los à experiências negras na região. Este debate incidiu, necessariamente, no campo do patrimônio cultural.

Justamente no período de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, em nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2011, na iminência de perda de um importante espaço de sociabilidade da comunidade negra da cidade, o Clube Social 24 de Agosto, passou-se a questionar o caráter seletivo das políticas de patrimonialização. A ameaça de perda da sede deste clube social negro da cidade, que havia ido à leilão, mobilizou uma grande parcela da sociedade, que se engajou na luta em prol da preservação deste espaço (AL-ALAM E LIMA, 2018, P. 183).

Neste mesmo ano, em consonância com os debates construídos junto a este clube social, e com vistas a repensar a cidade e seus territórios a partir de uma identidade étnico-racial negra, foi desenvolvida a oficina *Territórios Negros em Jaguarão*. Também inspirada em um circuito realizado em Porto Alegre, a atividade foi idealizada como um roteiro pelo centro histórico da cidade, com a ideia de revisitar alguns de seus bens e espaços públicos, de modo a evidenciar a intensa presença africana e de afrodescendentes na região meridional e a vinculação desta fronteira às redes do atlântico negro,

abordando a formação de “territórios negros emblemáticos, marcados pelas experiências históricas comuns e de referencial identitário”, com o objetivo de servir a reflexões e diálogos sobre a presença do povo negro na cidade (AL-ALAM E LIMA, 2018, P. 38). A ideia de revisitar o centro histórico surgiu, também, como uma alternativa às visitas oficiais, especialmente os roteiros turísticos e arquitetônicos, que sempre privilegiaram os referenciais portugueses e espanhóis na formação da região.

O roteiro sobre os Territórios Negros de Jaguarão, em um primeiro momento, foi realizado à pé, pelo centro da cidade, e entre os locais visitados estavam a orla do rio Jaguarão, a Praça das Figueiras, ou Praça do Comércio, o Mercado Público, a Praça Alcides Marques e seu entorno, e o Clube Social 24 de Agosto. A visita a estes locais foi conduzida de forma a dialogar, por exemplo, sobre elementos como a composição majoritariamente negra do município e acerca dos lugares que foram demarcados por experiências históricas da comunidade negra nesta fronteira, seja pela sua ocupação ou interação, tendo em vista também a mobilidade destes grupos, já contemplada pela historiografia.

Com a ideia de ser um roteiro construído de forma colaborativa e dialógica, estes lugares foram pensados a partir de pesquisa histórica e conversas com pessoas da comunidade. Com o tempo novos agentes se somaram e a atividade foi multiplicada e apropriada por diferentes grupos, muitas vezes articulados em torno do Clube 24 de Agosto que, como o primeiro clube negro tombado como Patrimônio Histórico no Rio Grande do Sul, fortaleceu as redes de diálogo e se consolidou como espaço de encontros entre a comunidade negra local, pesquisadores e frequentadores deste espaço.

O roteiro inicial foi publicado no ano de 2013, no livro *Ensino de História no Cone Sul, Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras* (SILVA, GASPAROTTO, AL-ALAM, FERRER, FRAGA, BERGAMASCHI, 2013) e, no ano de 2018, no livro alusivo ao centenário do Clube 24 de Agosto (AL-ALAM, ESCOBAR, MUNARETTO, 2018.), com outras narrativas e possibilidades de debates sobre os territórios da cidade, com novos espaços abordados, entre estes as antigas charqueadas de Jaguarão.

Na esfera do debate sobre os Territórios Negros desta fronteira, o núcleo saladeiril foi pontuado entre os locais em que a comunidade negra de Jaguarão

trabalhou em peso, pois, mesmo no século XX, por exemplo, muitos membros do Clube Social Negro 24 de Agosto teriam uma história íntima com estes lugares, onde teriam atuado ao longo da vida. Nesta direção, entre os espaços geográficos relevantes para a história da comunidade negra, tratou-se da ocupação das antigas charqueadas, considerando-se, ainda a dimensão histórica, em que:

Jaguarão produziu consideravelmente a carne salgada sob o sol que alimentava a população pobre e escrava das Américas. A produção charqueadora da região sul foi a maior economia da província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante quase todo o século XIX. E a mão de obra utilizada nestas charqueadas foi majoritariamente africana e afrodescendente, apesar de que o emprego de mão de obra livre também pudesse ser encontrado em algumas funções. As charqueadas da beira da margem esquerda do rio Jaguarão abasteciam a microrregião da Lagoa Mirim e o charque também era remetido para ser comercializado junto ao charque de Pelotas (AL-ALAM E LIMA, 2018, P. 45).

No entanto, ao longo destes últimos anos, as poucas visitas realizadas aos estabelecimentos saladeiris se deram com o auxílio de pescadores artesanais. Isso, em si, não constitui um problema, e mesmo pode ajudar a agregar o engajamento de atores diversos na ativação do patrimônio negro local. Foi uma solução alternativa, de todo modo, frente a falta de estrutura local, à precariedade do sítio charqueador e a desarticulação do local em relação aos pontos turísticos da cidade, por conta de fatores como, por exemplo, estes espaços não integrarem os roteiros da cidade, a falta de estrutura local e, ainda, o estado precário em que se encontra o antigo núcleo salgador. Por se tratar de uma área privada e de construções que ocupam um espaço periférico nas discussões do campo do patrimônio cultural, o acesso ao local ainda é restrito, podendo ser feito por terra, a 8 km de distância do centro da cidade, pela chamada *Estrada das Charqueadas*, ou por água, com o acompanhamento de moradores da região ribeirinha, usando-se suas pequenas embarcações.

A área da antiga charqueada de Zeferino Lopes de Moura e do Frigorífico São Domingos, ou simplesmente da charqueada, como é citada

pelos moradores da cidade, especialmente os mais antigos, que ainda tem memórias do lugar, integrava, como já vimos, um conjunto de estabelecimentos saladeiris.

No entanto, pelos dados disponíveis nos inventários e as demais referências citadas no decorrer do segundo capítulo desta pesquisa, compreendemos que as estruturas remanescentes no local, com construções de maior visibilidade nesta paisagem, são referentes à Charqueada União e a Charqueada de Zeferino Lopes de Moura, sendo esta, anteriormente, de propriedade do casal Febrônia de Almeida e Joaquim dos Santos Pólvora. O complexo é mantido, atualmente, por funcionários que são responsáveis pela vigilância das instalações, que permitem a visita das áreas externas da propriedade, de forma limitada, considerando que o estado precário do conjunto pode oferecer riscos aos visitantes e no seu interior são criados, ainda, alguns animais.

Diante do exposto, trataremos, a seguir, do estado atual destas construções remanescentes das antigas charqueadas para, em um segundo momento, dialogarmos com os debates do campo do patrimônio cultural.

3.3 As estruturas remanescentes do núcleo charqueador

Conforme já mencionando, por terra, o acesso às ruínas remanescentes das charqueadas de Jaguarão se dá pelo lugar ainda hoje denominado *Estrada das Charqueadas*. Tal estrada liga-se ao caminho conhecido como *Corredor das Tropas*, nos subúrbios da cidade. São lugares que, em meados do século XIX e princípios do século XX, relacionavam-se com as estâncias de criação de gado e estabelecimentos charqueadores, nos arrabaldes de município. Segundo Martins, o Corredor das Tropas “funcionava para as caravanas de animais, como uma espécie de “perimetral” que circundava a cidade, desde a “Estrada das Charqueadas”, próxima ao rio Jaguarão, cruzando as estradas que chegavam pelo norte e nordeste de Jaguarão” (MARTINS, 2002, P. 232). Nesta imagem de satélite podemos ver estas vias e sua localização em relação ao território às margens do rio Jaguarão.



Figura nº 14. Imagem satélite. Corredor das Tropas e Estrada das Charqueadas. Acesso em 20/01/2020.

No Corredor das Tropas teriam funcionado, ainda, as Feiras de Gado, que inicialmente aconteciam na chamada Praça das Feiras, onde se situava a tablada. Este local estava instalado onde atualmente encontra-se o Quartel Militar e, nesta área, “além do gado e animais de tração, vendiam-se lãs, couro e diversos produtos provenientes do meio rural circundante” (MARTINS, 2002, P. 231). Tratando dos espaços de abastecimento, Martins (2002) aponta, ainda, a localização da Praça das Feiras, antiga tablada, e da Praça do Desembarque, onde foi erguido em 1864 o Mercado Público, sendo aquela mais ligada aos produtos provenientes do meio rural e esta ao comércio da área portuária.



Figura nº 15. Localização da Praça das Feiras, onde funcionava a tablada. Imagem satélite.
Acesso em 20/01/2020.

Atualmente o acesso aos núcleos saladeiris, pelo rio Jaguarão, pode ser feito, como já se disse, com o apoio dos pescadores locais, conhecedores da região e, em um deslocamento de cerca de vinte minutos de barco, saindo do cais da cidade, já podem ser vistas, na paisagem, as chaminés destes estabelecimentos.

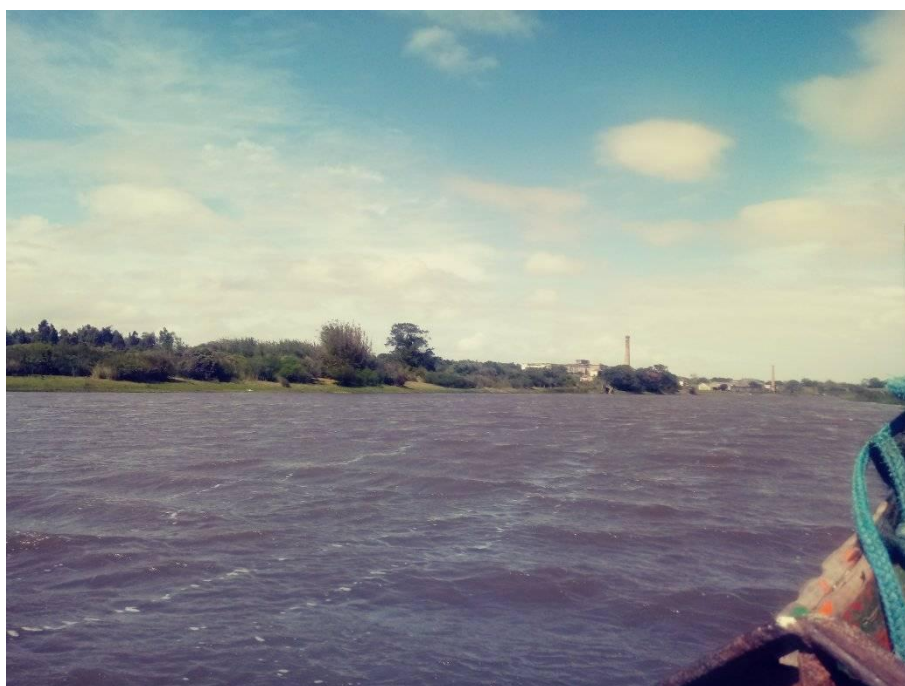


Figura16. Rio Jaguarão. Fotografia da autora, 2020.

A avançada deterioração que envolve o antigo sítio charqueador da cidade não é o único problema da região, pois no rio Jaguarão existem problemas envolvendo suas matas ciliares, a poluição dos agrotóxicos usados no plantio de arroz, a destruição dos banhados, a pesca indiscriminada, em determinados trechos, e o despejo de esgotos. Neste contexto, questões envolvendo a despoluição das águas e a preservação do patrimônio ambiental são ainda mais complexas, pois são de responsabilidade conjunta entre o Brasil e o Uruguai (Costa, 2011, P. 95).

Nas imagens a seguir, localizamos o território onde se concentram as ruínas deste núcleo saladeiril.

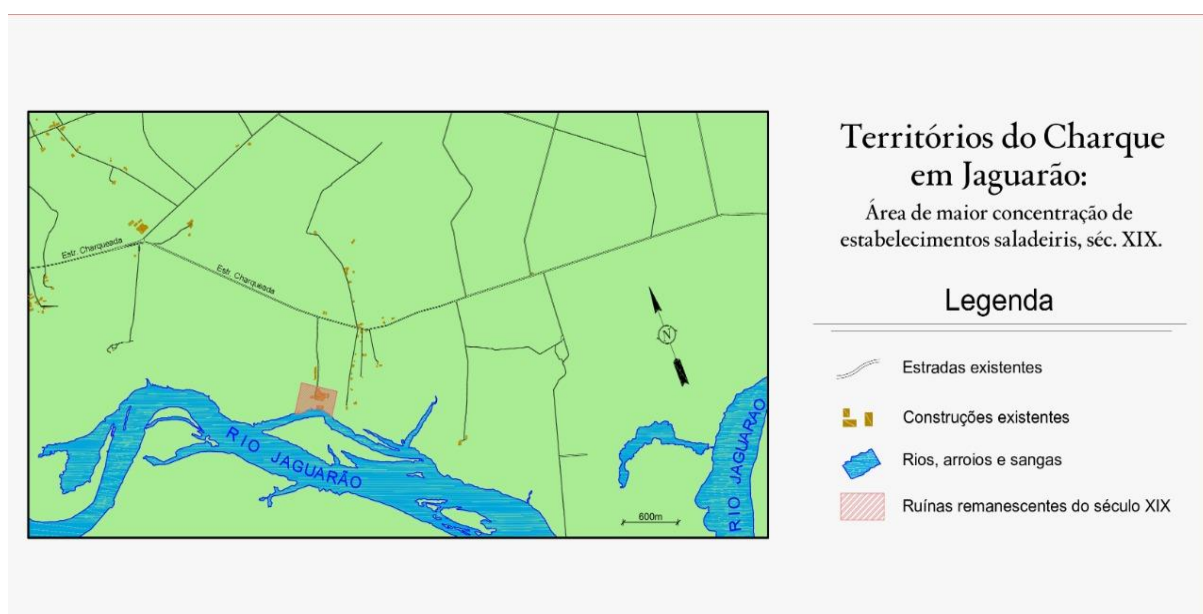


Figura 17. Localização da área de concentração das ruínas remanescentes do sítio charqueador. Imagem feita por nossa pesquisa com base em uma imagem de satélite. Acesso em 08/11/2020.

Acercando-nos da área, logo nas margens do rio Jaguarão, vemos parte das estruturas de trabalho, possivelmente da antiga Charqueada União. Estão preservadas, ainda, partes de uma caixa d'água e da chaminé do estabelecimento.



Figura 18. Estruturas da área de produção da charqueada União. Caixa d'água e chaminé nas margens do rio Jaguarão. Fonte: Foto da autora, 2020.



Figuras. 19 e 20. Chaminé na paisagem ribeirinha do rio Jaguarão. Estruturas de trabalho da charqueada.

Também pode ser vista parte da construção, que aparenta ser um tanque, caído na água, e o estado de abandono do local. Com uma boa parcela do terreno composta por áreas verdes, ainda pouco impactadas, certamente trata-se de um local de interesse para prospecções e sondagens. Neste território, seguramente, muitos materiais remanescentes do antigo estabelecimento saladeiril, para além das estruturas de maior visibilidade, podem ser localizados.



Figuras 21 e 22. Estruturas da Charqueada na margem do rio Jaguarão; Aparentemente um antigo tanque caído na água. Fotos da autora, 2020.



Figuras 23, 24 e 25. Detalhes da caixa d'água e da chaminé. Foto da autora, 2020.

Mais ao fundo, neste mesmo terreno, encontram-se, ainda, duas construções em ruínas. Não dispomos, até o momento, de informações suficientes para pormenorizar as estruturas deste estabelecimento saladeiril e a sua disposição no espaço, mas consideramos relevante fazer o seu registro. As informações sobre a charqueada União que dispomos foram já citadas no capítulo anterior e a descrição de suas estruturas é referente ao ano de 1912, mas com registro de ocupações anteriores. Aí podem ter se estabelecido outras charqueadas e este terreno pode ter se relacionado, ainda, com a charqueada vizinha, considerando os agrupamentos de construções, de agregados e trabalhadores, que se ligaram e se relacionaram aos antigos núcleos saladeiris, sendo necessária uma investigação de maior fôlego para realizar prospecções e sondagens nas áreas em questão.



Figura 26. Ruínas materializadas na paisagem. Fotos da autora, 2016.



Figura 27. Estruturas em ruínas às margens do rio Jaguarão. Foto da autora, 2016.



Figura 28. Estruturas em ruínas às margens do rio Jaguarão. Foto da autora, 2016.



Figura 29. Avançada degradação dos prédios. Foto da autora, 2020.



Figura 30. Estruturas no solo, área ribeirinha. Foto da autora, 2020.

Como se percebe pelos registros, com o passar do tempo vem se acentuando a deterioração das estruturas, sendo necessário um trabalho prospectivo na rota destes estabelecimentos saladeiris, tendo em vista que, mesmo na região, são poucas as unidades que conservam estruturas da área de produção do charque. Em posição contígua, à esquerda deste terreno, o estabelecimento charqueador que, apesar de bastante impactado pela construção de um frigorífico, anexo à edificação oitocentista, ainda resiste às margens do rio Jaguarão é a Charqueada de Zeferino Lopes de Moura. Além da morada de 1848, o estabelecimento também conserva estruturas da área de produção, como veremos nas imagens.

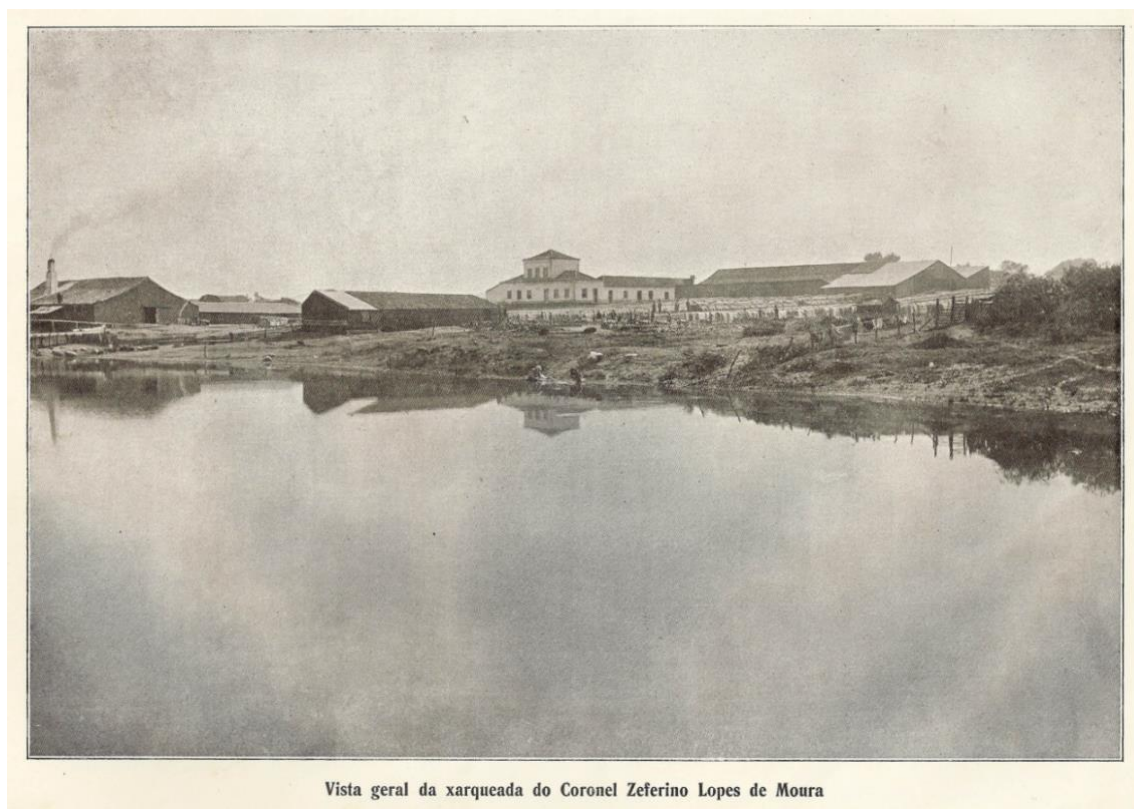
Conforme tratamos no segundo capítulo, na publicação *Apontamentos para uma Monografia de Jaguarão* (1912) temos informações de que a propriedade de Zeferino teria sido fundada por Joaquim dos Santos Pólvora. Investigamos e identificamos que este proprietário, na verdade, era casado e sua esposa, Febronia Jerônima de Almeida, era filha de Liberato Firmino de Almeida, charqueador estabelecido desde as primeiras concessões de terrenos na Costa do Jaguarão, cujos sucessores teriam dado continuidade aos negócios da família. Considerando que o inventário de Liberato foi aberto em 1845 e o de Febronia, em 1854, a charqueada datada de 1848 possivelmente seja a descrita neste documento, local onde houve, também, uma olaria e um grupo de quarenta trabalhadores e trabalhadoras escravizados neste período, conforme abordamos.

As fotografias do estabelecimento, feitas em 1912, permitem que se veja e se possa comparar a estrutura antiga com a conformação atual do conjunto. Embora se refiram a um período posterior à abolição, elas revelam, majoritariamente, trabalhadores negros atuando neste complexo. A morada senhorial e sede da charqueada, em posição central, no conjunto, datada de 1848, está em ruínas e, no seu entorno, muitos espaços como galpões e armazéns, a maioria ligados ao frigorífico, foram erguidos sobre as estruturas antigas.

Tanto as reformas empreendidas por Zeferino, quanto as realizadas em anos posteriores, remodelaram o local, mas, ainda assim, o mesmo possui

grande potencial para o estudo da cultura material dos espaços de trabalho da manufatura da carne, do período escravista à industrialização. Mais do que isto, são lugares marcados por vivências e relações sociais de sujeitos que foram invisibilizados, ou reduzidos genericamente à condição de escravizados e ex-escravizados, pelas fontes tradicionais.

As imagens a seguir demonstram o local em distintos períodos. Primeiramente, retomamos a vista geral da charqueada em 1912 (figura 31), de modo a permitir a comparação com o seu estado atual. Em seguida destacamos uma fotografia de 1988 (figura 32), uma imagem de 2016 (figura 33) e, finalmente, outra de novembro de 2020 (figura 34), evidenciando as estruturas já em ruínas. A imagem mais próxima da fachada foi captada em 2016 (figura 36), com o detalhe da mesma (figura 37), e os demais registros foram realizados também em 2020, mostrando diferentes espaços deste conjunto. Essa superposição de fotografias permite observar a falta de manutenção do lugar, e como a ação do tempo e das intempéries estão levando à perda destes vestígios materiais.



Vista geral da xarqueada do Coronel Zeferino Lopes de Moura

Figura 31. Imagem de 1912. Fonte: *Intendência Municipal*, 1912.



Figura 32. Sede da charqueada em 1988. Fonte: Sulino Áreas Rurais.



Figura 33. Sede da charqueada em 2016. Fonte: Fotografia da autora.



Figura 34. Sede em ruínas. Fotografia da autora, 2020.



Figura 35. Vista lateral. Fotografia da autora, 2020.



Figura 36 e 37. Fachada em ruínas e detalhe da data da construção. Fotografias da autora, 2020.



Figura 38. Matadouro, estrutura do frigorífico, aos fundos da edificação oitocentista. Fotografia da autora, 2020.



Figura 39. Estruturas no terreno. Vista Lateral. Fotografia da autora, 2020.



Figura 40. Depósito na beira do rio, chaminé. Fotografia da autora, 2020.



Figura 41. Depósito e canaleta. Fotografia da autora, 2020.



Figura 42. Chaminé. Fotografia da autora, 2020

As faixas ribeirinhas também merecem atenção neste complexo e, ainda, as áreas verdes circundantes, levando em conta que a charqueada e o frigorífico, anexos, ocupam aproximadamente 10% de área, em um terreno com um pequeno declive em direção ao rio Jaguarão, sendo o restante formado por matos e campos.



Figura 43. Área verde no entorno. Fotografia da autora, 2020.



Figura 44. Margens do rio Jaguarão. Fotografia da autora, 2020.

Não localizamos, nestes inventários, moradias expressamente identificadas como senzalas, por exemplo, e a maioria das construções remanescentes são da área de produção do charque. No entanto, é necessário que se observe estes territórios “para além das paisagens de poder e controle senhorial”. Esta estratégia, adotada para os estudos de áreas de plantations, seria, segundo Gomes, “um possível caminho para a localização de indícios da cultura material e imaterial da escravidão e seu legado” (GOMES, 2013, P 98). Consideramos de fundamental importância o registro destes territórios negros, para futuras pesquisas arqueológicas nestes estabelecimentos.

Entre os locais que mencionamos, por exemplo, estão ainda a charqueada de Pereira da Fonseca, na foz do Arroio dos Lagoões, as terras do charqueador Francisco José Gonçalves da Silva, onde ainda se preservam estâncias fortificadas, abordadas em outras pesquisas (GUTIERREZ, 2010), as charqueadas de José Vieira da Cunha, um dos maiores proprietários de escravizados da região, e sítios ainda poucos explorados pelas investigações,

como as “Fazendas São Jose do Piratiny”, “Fazenda do Paraizo ” e a charqueada, localizada às margem do Arroio São Gonçalo, em Santa Izabel, que, no período investigado, ainda faziam parte do Município de Jaguarão.

Aqui, evidenciamos o seu potencial e a necessidade de analisar esta paisagem para além das estruturas e registros dos charqueadores e de suas famílias, de forma a superar as perspectivas que reduzem estes sujeitos somente à condição de escravizados, de forma homogeneizante. Neste sentido, sublinhamos as possibilidades de reflexões em torno dos processos locais atinentes à diáspora africana, que podem ser exploradas a partir de projetos arqueológicos que congreguem pesquisadores de diversas áreas, ampliando-se as perspectivas interpretativas para englobar os períodos da escravização e pós-emancipação no Brasil. Tal perspectiva, como vimos no primeiro capítulo dessa tese, pode incluir contextos diversos: plantations e suas senzalas, quilombos e áreas urbanas. Em suma, diversos territórios negros:

Como e a partir de quais aspectos foram montadas a base material – arquitetura, prédios, plantações, roças, etc. – em diversas regiões escravistas? Somente a partir de expectativas senhoriais? Um movimento intelectual de fazendeiros e suas perspectivas de controle e coerção? E as primeiras gerações de escravos – predominantemente africanos – que foram responsáveis pela criação e/ou acompanharam a organização destas paisagens e geografias? Foram variáveis passivas deste movimento de construção simbólico e físico? (GOMES, 2013, P. 84)

Em Jaguarão, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, muitos espaços foram demarcados pela presença de africanos e afrodescendentes em sua formação. Porém, em se tratando de territórios rurais e das antigas charqueadas desta fronteira, onde muitos destes indivíduos organizaram suas vidas, estes locais estão sujeitos ao abandono e à destruição. Tratando das evidências materiais ligadas aos escravizados, e debatendo a questão dos sítios e dos artefatos, Symanski e Souza apontam que o primeiro passo no desenvolvimento de políticas de preservação deste patrimônio é dar-lhe visibilidade, uma vez que, “por causa da ausência de conhecimento a seu respeito, estes vestígios estão mais sujeitos à destruição e a não serem

contemplados em programas de preservação, sobretudo quando postos em relação aos vestígios mais monumentais, associados às elites” (SYMANSKI E SOUZA, 2017, P. 2).

No campo do patrimônio cultural, em Jaguarão, as políticas oficiais se preocuparam em preservar, no centro da cidade, os casarios das famílias com maior poderio econômico, político e social. Na lógica higienista de valorização das estruturas de poder, os espaços de trabalho e moradia, a cultura material e os referenciais de outros grupos e categorias sociais foram deixados à margem dos processos de preservação. Aqui são reproduzidas práticas também presentes em outros cenários e contextos, em que determinados grupos sociais tem sua cultura material valorizada, enquanto outros são legados ao esquecimento, de forma intencional. A discussão que ensejamos, por fim, nesta pesquisa, é própria do campo do patrimônio cultural.

3.4 Territórios Negros e Patrimônio cultural

Em uma esfera global, muitas tradições, saberes, fazeres, festejos e lugares reconhecidos como patrimônio cultural, em suas dimensões materiais ou imateriais, estão ameaçados, expostos a fatores complexos e diversos. Entre os mais destacados podemos citar, por um lado, a falta ou ineficácia das políticas públicas, os baixos investimentos na área da cultura, em ações de pesquisa e manejo dos bens e, por outro, o avanço indiscriminado de empreendimentos públicos ou privados que, pela justificativa de gerarem renda e desenvolvimento econômico, incidem sobre as localidades em que estão inseridos, sem maiores preocupações com os impactos culturais e ambientais.

Mesmo sítios com inscrição e registro na UNESCO – organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – reconhecidos como Patrimônio Mundial podem ser expostos à falta de unidade e planejamento em seu manejo, sendo marcados por conflitos em sua gestão. Apesar da problemática do patrimônio cultural ter longo alcance e atingir distintas comunidades e contextos culturais, quando se trata do patrimônio de grupos subalternizados, como indígenas e afrodescendentes, os debates assumem novos contornos, tendo em vista os processos de destruição de seus referenciais culturais, apropriações, exclusão e silenciamento destes povos por

parte do Estado, práticas estas que são denunciadas, mas que se repetem e renovam exponencialmente. Tratando, especificamente, dos bens, territórios e paisagens culturais dos povos africanos e afrodescendentes, alguns estudos demonstram o quão eles foram e vem sendo excluídos das políticas de proteção, sendo preservados, muitas vezes, por conta do protagonismo e luta das próprias comunidades.

Na África do Sul, uma das principais potências do continente africano, Ndukuyakhe Ndlovu (2017) analisa como o aumento populacional e o Plano Nacional de Desenvolvimento do país, com iniciativas econômicas e de geração de emprego e renda, vem impactando e expondo a ameaças determinados sítios históricos e paisagens culturais. O autor aponta que, em 2011, dados revelaram que 24% dos 37 sítios africanos naturais e culturais do patrimônio mundial foram demarcados como ameaçados, por conta de projetos comerciais de mineração, petróleo e gás (NDLOVU, 2017, P.3).

Entre estes está a Paisagem Cultural Mapungubwe, no norte da Província de Limpopo, perto da confluência dos rios Limpopo e Shashe, em um ponto de encontro da Botswana, Zimbabwe e África do Sul, que foi integrada na lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2003. Esta paisagem, na qual se desenvolveu um importante reino africano entre os séculos XI e XIII, onde estão seus vestígios arqueológicos, foi impactada por operações de mineração que afetaram a área, contando com o aval de órgãos do governo local, sem que fossem contidas também por organismos da UNESCO e seus agentes, não obstante a existência, desde 1994, do projeto Rota do Escravo, formulado e executado por essa instituição transnacional.

Ndlovu reflete sobre o fato de que a inscrição deste sítio na lista do Patrimônio Mundial, por seu valor histórico, não significou a proteção do local. Ao contrário, esta paisagem cultural permanece ameaçada por conta da descoberta de minerais ricos, como carvão e diamantes, tendo já sofrido impactos como a remoção da vegetação, construção de estradas, uma barragem nas cercanias, rede de oleodutos e armazenamentos, deflagrando uma situação que não se restringe somente a este sítio. Outras regiões africanas, de significativo valor histórico e cultural, também têm sofrido com a exploração do minério de ferro, construção de barragens, caça e turismo predatório. Em 2011, a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) informou que, entre os sítios africanos ameaçados de destruição pelas empresas de mineração, petróleo e gás, estão a Reserva Natural do Monte Nimba, na Costa do Marfim e Guiné, e o Parque Nacional de Virguna, na República Democrática do Congo (NDVOLU, 2017).

No Brasil, por conta do largo período em que as políticas de patrimonialização privilegiaram os bens, acervos e monumentos de referenciais euro-ocidentais, elementos significativos do patrimônio cultural do povo negro foram excluídos do âmbito de proteção, assim como as comunidades foram alijadas deste processo. Com a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o desenvolvimento de uma legislação a partir de 1937, o Estado brasileiro voltou-se à proteção dos elementos constitutivos do patrimônio colonial (SANTOS, 2019, P. 4).

Em termos de preservação do patrimônio arquitetônico, valorizaram-se, exponencialmente, as “estruturas de poder”, com algumas mudanças de direcionamento, ao menos no campo dos discursos, a partir de 1988, com a constituição, e os debates sobre a necessidade de se salvaguardar as culturas populares, bem como as contribuições indígenas e afro-brasileiras do país. Em termos práticos, porém, ao se analisar a relação de bens tombados e temas de interesse do IPHAN, poucas mudanças ocorreram:

Dos quase mil bens arquitetônicos protegidos pelo Estado Nacional, quase a metade (40%) refere-se estruturas religiosas de matriz católica (igrejas, capelas, conventos, mosteiros); outros 20% dizem

respeito a edifícios e infraestruturas administrativo-institucionais (cadeias, câmaras, fortes, fortalezas, fontes, aquedutos etc.). Fazendas, engenhos e casas de pessoas ilustres totalizam 13% (11). As casas e casarões tombados (12) são majoritariamente do período colonial, pertencentes à administração pública ou casas privadas da elite e personagens ilustres, bem como casas bandeiristas e sedes de fazenda, ambas partes do mesmo espectro ideológico (MOASSAB, 2016, S/P).

Tratando do tombamento como instrumento de preservação, Santos reflete sobre a repercussão do requerimento de inscrição de um espaço religioso de matriz afro em 1986, quando foi feito o pedido de reconhecimento do terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká. Várias discussões foram ensejadas pelos integrantes do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “havia o reconhecimento da necessidade de preservar o terreiro, porém, não era pacífico o entendimento de que seria cabível o tombamento, isto porque, muitos questionavam o que um terreiro possuía enquanto beleza arquitetônica que merecesse ser resguardado pelo Estado brasileiro” (SANTOS, 2019, P. 3). Neste sentido, na esfera nacional, é revelador que apenas 1% dos bens arquitetônicos tombados concerne à memória afrodescendente (02 quilombos, 06 terreiros, 01 senzala, 01 museu da magia-negra), num total de 10 bens (MOASSAB, 2016, S/P).

O marco jurídico da constituição de 1988 e, especialmente, a luta do povo negro pelo reconhecimento de seus bens e referenciais culturais, colaboraram para as iniciativas de proteção destes lugares, apesar de algumas problemáticas serem apontadas nestes processos. Enquanto que o tombamento do Quilombo Ambrósio, localizado em Minas Gerais, por exemplo, apresenta polêmicas com relação à área protegida, em que historiadores apontam erros nos lugares de abrangência geográfica e tratamento da história, outros conflitos envolvem um dos mais significativos patrimônios brasileiros que, inclusive, foi elevado à categoria de Patrimônio do Mercosul, o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Maceió⁸. Palmares é cenário

⁸ A Serra da Barriga foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1985. Em 2007, foi aberto o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, próximo à cidade de União dos Palmares, a cerca de 80 quilômetros de Maceió. O projeto envolveu a

de disputas e conflitos de terra, como reflexo de um problema elevado a níveis alarmantes no país. A paisagem em que está assentado um dos mais emblemáticos patrimônios do povo negro, reconhecido com um dos quilombos mais duradouros e representativos da luta pela liberdade, onde viveu Zumbi dos Palmares foi, também, impactada por uma série de ações e ocupada, ao longo de sua formação, por outros grupos sociais.

Escallón (2019) analisa os paradoxos das práticas de patrimonialização no Quilombo dos Palmares, na atualidade, em uma situação em que os mesmos residentes que ajudam a manter o local protegido são também processados e vigiados como uma ameaça ao Patrimônio Histórico e Cultural do parque. As famílias pobres, do meio rural, que permaneceram na área, sofrem com os processos de exclusão econômica e social. As problemáticas de ordem fundiária, presentes na região onde está instalado o parque, teriam sido o pano de fundo, inclusive, para incêndios criminosos que afetaram a região e sua população. Enquanto este espaço, que é o único parque temático voltado à cultura negra no Brasil, recebe, anualmente, cerca de 8 mil visitantes, os habitantes locais enfrentam, ainda, a luta por moradia, direitos de cidadania e proteção social, tendo muitos moradores sido expulsos do local.

Se por um lado, na Serra da Barriga, são agricultores não-identificados como quilombolas que reivindicam a permanência na área, por outro, no território nacional, menos de 7% das áreas quilombolas foram tituladas⁹. Desde 1988, mais de três mil comunidade quilombolas foram reconhecidas oficialmente, 80% destas a partir de 2003, como o decreto 4887, que regula os procedimentos de identificação, reconhecimento e titulação das áreas remanescentes de quilombos. Sem a posse legal da terra, e como uma queda drástica no orçamento destinado a estes processos nos últimos anos, muitas destas comunidades enfrentam, ainda, dificuldades de acesso a serviços

construção de instalações em referência a Palmares, como a casa de farinha (Onjó de farinha), a casa do campo santo (Onjó Cruzambê) e o terreiro de ervas (Oxile das ervas). Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-11/regiao-do-quilombo-dos-palmares-se-tornara-patrimonio-cultural-do-mercosul>. Acesso em 27/10/ 2020.

⁹ Fonte: Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>. Acesso em 27/10/2020.

básicos como saúde, saneamento, energia elétrica, acessibilidade e educação. Sem as verbas necessárias para indenizações e a presença efetiva do Estado, no sentido de mediar e solucionar os problemas agrários, os conflitos entre quilombolas, fazendeiros, madeireiras e responsáveis por empreendimentos nas áreas em disputa vêm crescendo exponencialmente.

Dados de 2018 demonstraram que o Incra teria 1.675 processos de regularização em andamento, mas estaria trabalhando efetivamente em apenas 500, aproximadamente. Neste cenário, para agravar a situação, o orçamento federal destinado ao processo de regularização das terras de comunidades tradicionais, entre 2013 e 2018, sofreu uma queda de mais de 97%, prejudicando substancialmente a titulação dos territórios quilombolas.

Retomando a reflexão sobre o desequilíbrio vigente no país nas políticas do patrimônio cultural, e tratando especificamente sobre o instrumento do tombamento, em que apenas 1% dos bens tombados pelo IPHAN fazem referência à memória e ao patrimônio afro-brasileiro, discutimos os motivos que levam a este cenário. Debates sobre poder, racismo e colonialidade se impõem inevitavelmente. Percebe-se, nesse processo, a permanência e os desdobramentos de lógicas forjadas no período colonial. Segundo Santos:

[...] a colonialidade que atua tanto no âmbito do saber, quanto do poder e do ser, e que se estende em vários âmbitos da vida do sujeito, também atua no âmbito cultural, para selecionar a estética que deve ser preservada pelo órgão cultural, assim os padrões, preferências são ditados para que a colonialidade seja permanente. Mas os povos explorados, subalternos sempre estiveram em movimento contra-hegemônico, buscando resguardar seus direitos e seu lugar na história (SANTOS, 2019. P.8).

Assim, pode-se afirmar que o reconhecimento de lugares simbólicos, representativos das culturas afro-diaspóricas, não resulta de uma “política benevolente do Estado”, mas sim de uma conjuntura de luta, protagonismo e defesa de seus bens culturais. Apesar de toda a adversidade, os patrimônios que não são apresentados nos livros didáticos, e na história oficial brasileira, configuram-se como “patrimônios de resistência, patrimônios diaspóricos, patrimônios subalternos”. “Não subalterno como sinônimo de inferior, mas

subalterno enquanto patrimônio que resiste às adversidades, que é questionador, insurgente” (Santos, 2019, p. 10).

Outro debate presente é o de que as narrativas sobre a história e a memória da população negra, durante longo período, atrelaram-se aos olhares e às lentes da sociedade branca. Brooms (2011) reflete sobre esta questão e seus desdobramentos na esfera dos museus afro-americanos. Nestes espaços, a análise dos diferentes enfoques dados à escravização permitiu ao autor abordar a memória e os usos do passado como uma construção do presente, sujeita à negociação e debate (BROOMS, 2011, P. 510). Em alguns dos museus convencionais, as narrativas teriam sido construídas de forma a banalizar ou negligenciar, no tratamento da história da escravização, a importância das experiências de africanos e afrodescendentes na América, reproduzindo, assim, estereótipos racistas e generalizações que apagaram a diversidade das culturas negras.

Com os aportes e novas contribuições do campo da arqueologia da diáspora africana, os Museus Negros passaram a oferecer novas possibilidades de abordagem nos seus espaços de exposições e debates, de modo a enfatizar as contribuições afro-americanas e refletir sobre questões contemporâneas das pautas raciais. Nos Museus Afro-Americanos, em contraponto às lógicas vigentes, as exposições seriam pensadas de modo a retratar as dificuldades do cativo, mas de forma a personalizar e humanizar os indivíduos que foram escravizados, os quais, em muitas abordagens tradicionais, seriam tratados apenas como propriedade. Neste caminho, outro aspecto importante seria o de mostrar a luta destes sujeitos contra o sistema escravista, a agência, e as diversas estratégias adotadas na busca pela liberdade, com conquistas produzidas durante e mantidas após o fim da escravidão, no intuito de afirmar uma identidade racial positiva. Por fim, estes espaços não tratam apenas das injustiças sofridas pelos afro-americanos, mas possibilitam aos visitantes uma oportunidade para que seja repensado o racismo na atualidade, de modo a observar questões do presente e a romper com o silenciamento dos espaços tradicionais.

De forma correlata, em observação aos contornos que os debates sobre raça e racismo assumem, com foco nos países latinos, Sampeck e Ferreira (2020) afirmam que “caminhar no terreno existencial da negritude latino-

americana é pisar em trajetos que historicamente se tenta apagar, marginalizar ou simplesmente destruir” (SAMPECK e FERREIRA, 2020, p. 157). Segundo os autores, a história de afro-latinos gera desconforto porque relaciona-se, diretamente, com a estruturação do racismo. Em contraponto às lógicas discriminatórias, interpretações sobre o passado afro-latino, de forma articulada com políticas do patrimônio cultural, têm o poder de ressignificar o presente e servir de esteio na luta pela soberania de territórios, pelos direitos da cidadania e autogoverno. O cenário mais comum, contudo, conforme alertam os pesquisadores, é o de as políticas servirem, principalmente, à indústria do turismo, de forma deturpada (SAMPECK E FERREIRA, 2020).

Como pode ser observado em distintos contextos, as abordagens turísticas têm perpetuado silenciamentos. É o caso, por exemplo, dos roteiros de visitação em áreas de plantations e outras unidades produtivas onde, muitas vezes, as narrativas priorizam as construções arquitetônicas associadas às elites e ignoram as senzalas, mesmo que estas tenham sido identificadas a partir de abordagens arqueológicas. Outra problemática recorrente é a ausência de interpretações sobre a vida de africanos e afrodescendentes nos lugares visitados e integrantes de roteiros, onde a ênfase dada somente à escravização oblitera as possibilidades de abordagem das experiências da diáspora africana, em sua complexidade.

Entre as perspectivas turísticas e patrimoniais que reproduzem este tipo de discurso, podem ser citados, inclusive, projetos amplamente divulgados como a já citada *A Rota do Escravo*, da UNESCO, instituída a partir de 1994 em locais diversos da África e Américas, que, em algumas de suas abordagens, aumentou a visibilidade da escravização, mas de forma a reproduzir, ainda, práticas coloniais, como a exclusão das comunidades locais dos processos de gestão do patrimônio cultural e a profusão de narrativas que tratam de forma genérica a vastidão e a diversidade da diáspora africana (KATCHKA, 2004; SAMPECK E FERREIRA, 2020). Tais práticas são comumente naturalizadas e reproduzidas pelos governos e agências estatais, conforme podemos discorrer a partir de alguns exemplos.

Cidade Velha, em Cabo Verde, na África, no ano de 2009 foi elevada à categoria de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO¹⁰. O núcleo original da cidade cresceu em torno do pelourinho, estrutura de castigos aplicados aos escravizados nos tempos coloniais. Moassab (2016) reflete sobre o fato de que, mesmo simbolizando a crueldade deste período, vídeos e cadernos institucionais preferirem destacar o estilo da arquitetura local, com pouca ou nenhuma referência à fundação da cidade como entreposto português no tráfico atlântico de escravizados. “Sob a ótica da preservação arquitetônica das edificações e do traçado urbano de Cidade Velha, tem havido uma higienização ou *embranquecimento* da história de sofrimento que acompanha o período colonial” (MOASSAB, 2016, s/p). Nesta direção, a autora reflete, ainda, sobre o que pode ser definido como a suavização da violência colonial, corroborada pelas políticas patrimoniais. No Brasil há exemplos evidentes. Como o caso da Revitalização do Pelourinho, em Salvador, Bahia, que invisibilizou as tensões e contradições históricas do convívio entre colonizadores e colonizados, e promoveu, ainda, a expulsão da grande maioria dos moradores de baixa renda, ao mudar a função dos imóveis locais, voltando-os para o comércio e os serviços (BARRETO, 2008; MOASSAB, 2016).

Direcionando este debate para o sul do Brasil, em observação às charqueadas de Pelotas, por sua vez, quando estas passaram a ser abordadas como patrimônio cultural e integradas ao turismo no município, a maioria das ações de preservação centrou-se no patrimônio das sedes e memória dos charqueadores. Segundo Rosa (2012), os discursos produzidos acerca destes bens, tradicionalmente, focalizaram a cultura material das elites charqueadoras, evidenciando as sedes, os móveis, os objetos e a indumentária das famílias aristocráticas (ROSA, 2012, p. 183). Os escravizados, nestas narrativas, eram, ainda, sempre representados pelo viés da subordinação, sem o devido tratamento de sua cultura material e cotidiana.

¹⁰ Cabo Verde: Cidade Velha elevada a Patrimônio Mundial da Humanidade. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-verde-cidade-velha-elevada-a-patrim%C3%B3nio-mundial-da-humanidade/a-4436475>. Acesso em 28/11/2020.

Neste campo, os estudos e escavações arqueológicas conduzidas a partir do projeto *O Pampa Negro*, coordenado por Ferreira, ao longo de dez anos de atuação, conforme já tratado no primeiro capítulo desta pesquisa, possibilitaram novas abordagens e interligaram estes territórios aos debates internacionais da diáspora africana. Por um lado, com a análise das estruturas das charqueadas pelotenses e suas inserções na paisagem, sob a ótica dos sistemas de vigilância: aos escravizadores era permitido observar o cotidiano de trabalho e, assim, maximizar a força produtiva dos escravizados, com estratégias de punição e controle social. De outro, com a identificação e a escavação de áreas de senzalas, como na já citada Charqueada São João, que trouxeram à tona a cultura material de africanos e afrodescendentes. A análise de como as comunidades locais interpretam os materiais arqueológicos e os incorporam em suas cosmologias tem aportado importantes dados, uma vez que a análise da cultura material escavada nestes contextos é conduzida de forma a dialogar e envolver, necessariamente, agentes da comunidade afro da cidade. O envolvimento e a participação ativa comunidade nestes processos é visto como um elo fundamental para o reconhecimento e as discussões sobre as materialidades presentes nestes locais (Sampeck e Ferreira, 2020).

Em Jaguarão, por fim, as ações de preservação do patrimônio cultural detêm-se, ainda, a tratar com maior prioridade o patrimônio arquitetônico. Desde, pelo menos, a década de 1980, a partir da realização do Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (OLIVEIRA e SEIBT, 1988), os casarões de fins do século XIX e princípios do século XX têm sido o foco principal das políticas de conservação, onde sublinham-se os referenciais portugueses e espanhóis na formação da cidade. No ano de 2010, a proposta de tombamento pelo IPHAN do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão partiu de um estudo sobre o território platino do Brasil, buscando-se compreender como se deu a ocupação dessa região, envolvendo inicialmente as disputas entre Portugal e Espanha no contexto da busca pela hegemonia sobre a navegação na Bacia do Rio da Prata (IPHAN, 2010). A partir da instrução de tombamento dos sítios urbanos de Jaguarão e Bagé visava-se, posteriormente, estender a proteção para os centros de Pelotas e Rio Grande, “bem como uma série de estâncias, fortes, charqueadas e outros bens entendidos como parte de um

sistema inter-relacionado” nos processos de ocupação da região (IPHAN, 2010, p.6).

Apesar deste propósito inicial, as charqueadas e estâncias de Jaguarão, de onde provieram os lucros que permitiram a formação do imponente casario, permanecem sem nenhum tipo de proteção. Enquanto que as residências das abastadas famílias oitocentistas encontram-se em uma zona de preservação rigorosa, neste conjunto tombado em nível federal, a cultura material de outros grupos e categorias sociais encontra-se em segundo plano. Há que se ressaltar que, no âmbito da oficialidade, ou seja, da política patrimonial desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Jaguarão, não encontramos nenhuma referência sequer aos africanos e afrodescendentes na formação da cidade. Prevalece, ainda, a subalternização desta população, reduzida, quando muito, à menções que tratam, de forma genérica, à condição de escravos (IPHAN, 2010).

A preservação do patrimônio cultural, portanto, confunde-se, ainda, com preservação do patrimônio edificado, em uma lógica reducionista e de valorização das estruturas de poder. Neste cenário, é necessário que se reconheça o quanto as políticas patrimoniais estão à serviço, ainda, da produção de discursos de grupos hegemônicos e detentores da história oficial, que, intencionalmente, mitigaram a presença expressiva e o protagonismo de africanos e afrodescendentes nesta fronteira sulina. Nesta pesquisa buscamos, portanto, problematizar a naturalização destas políticas e ensejar o debate sobre a necessidade de proteção dos territórios negros da cidade, dando-lhes visibilidade e balizando suas possibilidades de abordagem a partir das perspectivas da diáspora africana.

Considerações finais

Esta tese apresentou os resultados de uma pesquisa que abordou a formação das charqueadas na cidade de Jaguarão, fronteira com o Uruguai, cujo núcleo localizou-se às margens do rio Jaguarão e no curso de seus afluentes, com estabelecimentos de salga da carne registrados desde princípios do século XIX até, pelo menos, meados do século XX. O estudo reuniu informações e dados sobre a escravização na fronteira e o estabelecimento de charqueadas nestes territórios, a partir da sistematização de estudos do campo da História e o cruzamento destes dados com outros coletados em fontes disponíveis, como documentos do legislativo, notícias de jornais, inventários de charqueadores, relatos de viajantes e fotografias.

Relacionamos estes territórios com as experiências da diáspora africana, tendo em vista a presença significativa de africanos e afrodescendentes nas estâncias de criação de gado e na produção e circulação do charque e de seus derivados, em estreito contato com a República Oriental do Uruguai. Jaguarão, na fronteira meridional do Império, como marco da expansão portuguesa em terras disputadas com a Coroa Espanhola, desde o princípio de sua formação manteve intensa relação com outros centros escravistas provinciais e, pela via de acesso da Lagoa Mirim, integrou-se às rotas do comércio atlântico, apresentando expressivos índices de população escravizada (BERUTE, 2006; CARATTI, 2013; LIMA, 2006).

Neste cenário, localizamos e evidenciamos as ruínas de algumas das estruturas destes antigos estabelecimentos saladeiris, em um espaço que foi ocupado, ainda, no período da frigorificação, com vistas a sinalizar para a necessidade de políticas e instrumentos que possibilitem a proteção dos territórios do charque na cidade, para fins de pesquisa, considerando atualmente o seu esquecimento pelos órgãos de preservação. Embora a cidade possua o seu *Conjunto Histórico e Paisagístico*, onde despontam cerca de 650 edificações, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o seu patrimônio rural e, em especial, os vestígios materializados na paisagem das antigas charqueadas, se encontram em estado de abandono, em posição periférica com relação aos debates e a alçada das políticas de preservação.

Para ensinar estas discussões, este trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro com o embasamento e referencial teórico da arqueologia da diáspora africana, revisando-se seus aportes e os principais estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, Caribe e em alguns sítios da América do Sul. Neste capítulo tratamos, ainda, das pesquisas desenvolvidas no Brasil, especialmente nos últimos vinte anos, nos quais se ampliou o campo arqueológico para a investigação em sítios da diáspora africana, onde as abordagens voltaram-se ao estudo de portos de embarque e desembarque de escravos, fazendas, senzalas, quilombos e, mais recentemente, aos territórios do charque no sul do Brasil. As pesquisas relacionadas demonstraram o quanto se avolumaram e se diversificaram, em um período relativamente curto de tempo, os estudos arqueológicos sobre a diáspora africana. Ainda assim, quando comparados à significativa presença de africanos e afrodescendentes em todo o território brasileiro, as linhas de pesquisa arqueológicas sobre o tema podem ser consideradas ainda diminutas.

No segundo capítulo, discorremos sobre os trabalhos já existentes relacionados à produção de charque no Rio Grande do Sul e revisamos as principais pesquisas voltadas ao estudo da escravização em Jaguarão. A sistematização dos estudos que identificaram charqueadas nesta fronteira, já existentes, mas ainda dispersos, aliada aos dados coletados por esta investigação, permitiram que observássemos a formação de um conjunto de estabelecimentos de salga da carne em Jaguarão, em um espaço configurado pela presença de charqueadores e suas famílias, agregados, e, significativamente, por africanos e afrodescendentes. Apontamos o registro da presença destes estabelecimentos produtivos de salga da carne desde princípios da povoação, como, por exemplo, a charqueada de José Pereira da Fonseca, já existente no período da então Guarda do Serrito, unidades de manufatura da carne na Freguesia, Vila e cidade de Jaguarão.

Em 1812, com a criação da Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão e a intensificação da distribuição de lotes e de chácaras suburbanas de pequena extensão na localidade, apostava-se em um local considerado fértil e bem localizado para o estabelecimento de charqueadas, próximo ao Rio Jaguarão, para facilitar a exportação de seus gêneros e, de fato, existem registros das margens do rio Jaguarão repletas de estabelecimentos

charqueadores. Em 1854 existiam nove charqueadas, com uma produção de 35.163 reses, e, no ano de 1855, quando da elevação à cidade, ao menos sete estabelecimentos, que foram paulatinamente desaparecendo por fatores complexos e diversos, mas, entre estes, a insegurança das propriedades e as grandes dificuldades de comunicação e navegação, ocasionadas pela falta da abertura de um canal no banco de areia do chamado Sangradouro, em direção à Lagoa Mirim.

Estes fatores, combinados, fizeram com que a cidade perdesse boa parte de seu mercado consumidor do charque, dependente de boas condições de navegabilidade, mas, ainda assim, os territórios-fronteira, das estâncias e charqueadas de Jaguarão, relacionaram-se diretamente com outros núcleos, como, por exemplo, as charqueadas de Pelotas, que abasteceram-se de matéria-prima destes locais, marcados pela circulação de produtos, rotas e relações sociais, possuindo potencial para estudos mais aprofundados e perspectivas comparativas. Em uma região marcada pelos altos índices de contrabando de gado e relações clandestinas, chegaram a existir, também, mais de vinte charqueadas e saladeiros, além de fábricas de sabão e sebo, em Arredondo, atual Rio Branco, tendo esta região se beneficiado da movimentação junto ao rio Jaguarão, com produtos como o charque, couros, banha e cerda, produzidas nestas paragens e exportadas a outros centros. Este estudo, contudo, não alcançou estes saladeiros, sendo necessárias pesquisas futuras e uma maior aproximação com as pesquisas desenvolvidas no Uruguai.

Por fim, no terceiro capítulo, travamos um debate específico do campo do patrimônio cultural, mostrando como muitos espaços, paisagens culturais e os territórios demarcados pela diáspora africana, estão, em grande parte, alijados da proteção do Estado. Em Jaguarão, ainda hoje, as políticas oficiais se preocupam em preservar, no centro da cidade, os casarios das famílias com maior poderio econômico, político e social, em uma lógica higienista de valorização das estruturas de poder, na qual determinados grupos sociais tem sua cultura material valorizada, enquanto outros são legados ao esquecimento, de forma intencional.

Neste trabalho buscamos, portanto, dar visibilidade aos territórios cuja necessidade de preservação e registro relacionam-se à diáspora africana e aos

sistemas escravistas do charque. Além do mais, estas áreas, seguramente, ainda preservam substratos da cultura material de africanos e afrodescendentes que ali viveram. Trata-se de um local, portanto, de grande potencial para pesquisas afro-diaspóricas. Assim, por serem espaços de atuação de africanos e afrodescendentes nos processos de salga da carne em Jaguarão, os relacionamos, portanto, com os debates sobre os Territórios Negros desta fronteira e às possibilidades de abordagem da cultura material da diáspora africana. São sítios relacionados ao mundo atlântico que estão sujeitos à destruição.

Referências:

AGOSTINI, CAMILA. Resistência cultural e reconstrução de identidades: Um olhar sobre a cultura material dos escravos do séc. XIX. Revista De História Regional. VOL. 3.p. 115-137, 1998.

_____. Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: AGOSTINI, Camila (org.) Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

ALADRÉN, Gabriel. Sem respeitar a fé nem tratados. Escravidão e guerra na formação histórica da Fronteira sul do Brasil. (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A Negra força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857) Pelotas, Sebo Icária, 2008.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; LIMA, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: Ensino de História no Conesul: Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras. Jaguarão: Evangraf, 2012. p. 261-272.

_____; LIMA, Andréa da Gama. Territórios Negros em Jaguarão. In: Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de reistência de um clube social negro na fronteira Brasil – Uruguai. Caiuá Cardoso Al-Alam, Giane Vargas Escobar; Sara Teixeira Munaretto (Orgs.). Porto Alegre. Ilu Editora, pp. 37-54; 2018.

_____; LIMA, Andréa da Gama. Patrimônio Cultural e Protagonismo Negro: a ameaça de perda da sede e o tombamento histórico do Clube Social 24 de Agosto. In: Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de reistência de um clube social negro na fronteira Brasil – Uruguai. Caiuá Cardoso Al-Alam, Giane Vargas Escobar; Sara Teixeira Munaretto (Orgs.). Porto Alegre. Ilu Editora, pp. 37-54; 2018.

_____; BOM, Matheus Batalha; SILVA, Thiago Rosa da. LOPES, Taiane Naressi. Uma prisão na fronteira: a construção da cadeia civil de Jaguarão – RS. Revista Sertões, vol. 3. n2, 2003.

_____; BOM, Matheus Batalha; SILVA, Thiago Rosa da. LOPES, Taiane Naressi. A Cadeia Civil de Jaguarão: notas sobre a construção de uma prisão na fronteira. Cadernos Jaguarenses, Volume 7, 2015.

ALLEN, Scott. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. *Clio*, Recife, v.20, n.1, p.81-101. (série Arqueológica). 2006.

ALTEZ, Yara; RIVAS, Pedro. Avances em Arqueología Afrovenezolana: el proyecto Antropología de la Parroquia Caruao. Revista de Arqueologia Pública. Volu. 9, n1, pp.36-59. Campinas, SP. 2015.

Araújo, Thiago Leitão de. Novos dados sobre a escravidão na Província de São Pedro. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, RS. p 1-19, 2001.

ASSUMPÇÃO, Jorge Eusébio. O negro nas charqueadas pelotenses. In: Triunpho, Vera. Rio Grande do Sul, Aspectos da negritude. Porto Alegre, Martins Livreiro, pp. 117-127. 1991.

BARRANTES, Maribel; CÁRDENAS, Ricardo; AGUILAR, Jesus. Sobreviviendo al olvido. Estudio Preliminar de la Vida de Joaquín Jayme, un ex esclavo africano en el Perú (¿?-1870). VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Volume 10 | Número 1. pp Janeiro – Junho 2016.

BENDÔ, A.R.R., FOSTER, A., TROMBETTA, T.B., OLEINIK, P.H, KIRINUS, E.P, COSTI, J. e MARQUES, W.C. Identificação de setores com necessidade

de dragagem na hidrovía da Lagoa Mirim – RS, Brasil. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/ripe>, 2019.

BARRETO, Ariadne M. Direito à cidade na cidade espetáculo: simulacros e utopias. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. pp. 135-141.

BERUTE, Gabriel. Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c 1825. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

BLAKEY, Michael. Bioarchaeology of the African Diaspora in the Americas: its origins and Scope. *Annual Review of Antropology*. Vol 30, pp 387-422. 2001.

BOM, Matheus Batalha. Porosas Fronteiras: Experiências de Escravidão e Liberdade nos limites do Império (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação. Unisinos. São Leopoldo, 2017.

BROOMS, D. R. 2011. Lest We Forget: Exhibiting (and Remembering) Slavery in African-American Museums. *Journal of African-American Studies*, (15): 508-523.

CARATTI, Jônatas Marques. Comprando e vendendo escravos fronteira: uma possibilidade de análise a partir de escrituras públicas de compra e venda (Jaguarão, 1860-1880). In: *IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado*, 2008, Porto Alegre. Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS: Vestígios do Passado. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

_____. O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora Unissinos, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLE, Cláudio Baptista. *A organização espacial dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC RS, Brasil. 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEREDA, ALAN MATHEUS. “NÃO TINHA O QUE COMER, BOTAVA NO BOLSO”: Situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-1975). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2017. Monografia.

CERUTI, Carlos N. Esclavos negros em Santa Fe la Vieja. *Anuario de Arqueología* nº 4, pp. 29-38, 2012.

CORSETTI. Berenice. *Estudo da Charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Dissertação. 1983.

CORZO, GABINO LA ROZA *La subsistencia del cimarrón: estudio arqueológico*. Gabinete de Arqueología, pp 45-54, 2007.

COSTA, Diogo Menezes. *Arqueologia dos Africanos Escravos e Livres na Amazônia*. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 10, p. 69-91, 2016.

COSTA, Luciana de Castro Neves. *Turismo e Paisagem Cultural: para pensar o transfronteiriço*. Universidade de Caxias do Sul, 2011. Dissertação.

COUTY, Louis. A erva mate e o charque (Le mate et les conserves de vVende). Pelotas, Seiva, 2000.

DARONCO, Leandro Jorge. Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século 19 (p. 270 – 294). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*/Mário Maestri, Helen Ortiz (org.) Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

DELLE, J. The Spatialities of Coffee Plantations in the Yallahs River Drainage 1790–1834. *An Archaeology of Social Space*, pp.119-167. 1998

_____. Caribbean Archaeology. In: Orser Jr. Charles. *Encyclopedia of Historical Archaeology* London and New York. Routledge, pp.96-99, 2002.

DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Hidrovia do Mercosul In: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/hidrovia-do-mercosul>. Publicado em 26/12/2018. Atualizado em 13/10/2020.

DOMINGUEZ, LOURDES. Historical Archaeology In Cuba; In: Curet, L. Antonio, Dawdy, Shannon Lee y Corzo, Gabino La Roza. *Dialogues In Cuban Archaeology*. Tuscaloosa. The University of Alabama Press, pp. 62-71, 2005.

DREYS, Nicolau. *Notícia descriptive da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul*. Biblioteca Rio-Grandense, 1927.

ESCALLÓN, M. F. Rights, Inequality, and Afro-Descendant Heritage in Brazil. *Cultural Anthropology*, 2019.

EWEN, Charles Robin. “African Sites: archaeology in the caribbean (review)”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, n. 3, Project Muse, pp. 593-595, 2000.

FAIRBANKS, Charles. The plantation Archaeology of Southeastern Coast. Historical Archaeology, V. 18, pp 1-14. 1984.

FARIAS, Hélio Ramirez. A Bacia do Rio Jaguarão e sua biogeografia. Evangraf, 2007.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro, PPG em História Social, UFRJ, 2011.

FERRER, Francisca Carla Santos. Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado.

FERREIRA. Lúcio Menezes. O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Projeto de Pesquisa. Pelotas, UFPEL, 2009a.

_____. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. In VESTÍGIOS Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v3 n1, p; 9-23, jun. 2009b.

_____. Sobre o conceito de Arqueologia da Diáspora Africana. Métis: história e cultura. V.8, número 16, pp. 267-275, 2009c.

_____; CORZO, Gabino La Rosa. Símbolo não Escolhido: Arqueologia das Marcas a Ferro em Escravos de Cuba. In: Camilla Agostini. (Org.). Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 129-148, 2013.

_____; SAMPECK, Kathryn. Delineando a Arqueologia Afro-americana. ESTÍGIOS –Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Volume 14 | Número 1 | Janeiro – Junho 2020

FERREIRA, Luis. Dimensiones Afro-céntricas em la cultura performática uruguaya. In GOLDMAN, Gustavo. Cultura e Sociedade Afro-rioplatense. Montevideo, Perro Andaluz Ediciones, pp. 91-126. 2008.

FERRO, M. Sobre o tráfico e a escravidão. In: FERRO, M. (Ed.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 118-135.

FRANCO, Sérgio da Costa. As origens de Jaguarão. Caxias do Sul: UCS, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo A. A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga. Revista USP: São Paulo V. 28, pp. 6-13, 1996.

_____; ORSER Jr. Charles. Pesquisa Arqueológica Inicial em Palmares. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V.XVIII, n.2, p. 53-69, 1992.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GULARTE, Gustavo. Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço (1801-1835). Dissertação. UFRGS, 2015.

GUTIERREZ, ESTER. Negros, Charqueadas e Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense. 2 .Ed. Pelotas: Ed. Universitária/Ufpel, 2001.

_____. Barro E Sangue: Mão-De-Obra, Arquitetura e Urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas. Universitária, 2004.

_____. *Pelotas: palco da manufatura escravista das carnes na fronteira meridional do Brasil: Proposta de Tombamento.* 2004.

_____. Estâncias Fortificadas (p. 168 – 216). Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Mário Maestri, Maria do Carmo Brasil (org.); Cláudia Daiane Garcia Molet [et al.]. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

_____. Fortins e fazendas: patrimônio ibero-americano sulino. Jaguarão/RS. Anais do IV SIMP, Memória, Patrimônio e Tradições, 2010).

_____.; SANTOS, C. A. A. . Narrativas macabras. Patrimônio: viajantes e artistas no Sul da América. In: 3o. Seminário Internacional do Patrimônio Agroindustrial, 2012, Peso da Régua. 3º Seminário Internacional do Patrimônio Agroindustrial. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2012.

HAVISER, Jay. African Sites: archaeology in the caribbean. Princeton: NJ, Markus Weiner, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão. Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

KATCHKA, Kinsey. Re-siting Slavery at the Gorée-Almadies Memorial and Museum. Museum Anthropology, 27 (1-2). 3-12. 2004.

KELLY, Kenneth. Historical Archaeology in the French Caribbean. An Introduction to a special volume of the Journal of Caribbean. Archaeology Journal of Caribbean. Special publication. Vol. 1, pp.1-10. 2004.

KUHN, Fábio. Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa, século XVIII. Tese de Doutorado, Niterói. PPGH, UFF, 2006.

LEONE, Mark. A Historical Archaeology of Capitalism. *American Anthropologist*, Vol. 97, pp 251-268, 1995.

LEOTI, Alice. Dossiê do Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/RS e Seus Reflexos na Paisagem Cultural. Apresentado no 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, setembro de 2014.

LIBBY, Douglas Cole e PAIVA, Eduardo França. A escravidão no Brasil. Relações Sociais, acordos e conflitos. 2º ed. São Paulo: Moderna, 2005. Coleção Polêmica.

LIMA, Rafael Peter de. Violência na fronteira: o seqüestro de negros do Estado Oriental (Séc. XIX). In: ROCHA, Márcia Medeiros da (org.). IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia como ação sóciopolítica: o caso Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Século XIX. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Volume 7, Número 1, Janeiro-Junho de 2013.

_____, BRUNO, Maria Cristina e FONSCECA, Marta, P. R. “Sintomas do modo de vida burguês no Vale Do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ; exploração arqueológica e museológica”. *Anais do Museu Paulista nova SÉRIE NQ1* p.179-308, 1993.

LONNER, Beatriz Ana; GILL, Lorena. Rio Grande do Sul no nascer do século XX: Jaguarão e a fronteira brasileira pelos olhos de um padre belga. Estudos Ibero-Americanos, vol. 38. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil, 2012, pp. 253-268

_____, SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e Morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Vol. 19. Rio de Janeiro. Dezembro, 2012.

LÓPEZ, Laura. Candombe y Procesos de Identidad de descendientes de africanos em Buenos Aires. In: MARONESE, Letícia (comp.) Buenos Aires Negra: Identidad y Cultura. Buenos Aires: Gobierno de La Ciudad de Buenos Aires, 2006.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2004.

MAESTRI, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MARQUES, Alvarino da F. Evolução das charqueadas Rio-Grandenses. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1990.

MARONESE, Letícia. Buenos Aires Negra: Identidad e Cultura. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2006.

MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitectura, 2001.

MATTOS, Gil Passos de. Etnoarqueologia e Mapeamento Arqueológico do Território Quilombola Fazenda Cachoeira (Piratini/RS); Dissertação (Mestrado em Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Pelotas, UFPEL, 2015.

MOASSAB, Andréia. O patrimônio arquitetônico no século 21: para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. *Revista Arquitectos*, ano 17, Nov. 2016. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/17.198/6307>> Acesso: 23 out. 2020.

MOREIRA, Maria Eunice. Charqueadas e Xarqueada: a vida saladeiril na província gaúcha. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 161-172, 2007.

MOREIRA, Paulo R. S. Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Virissimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX) In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, Paraná, 2009.

_____; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. PINTO, Natália Garcia. Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.

MONASTERIO, L. A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política; Florianópolis. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003.

MONTEIRO, Victor Gomes. Uma Arqueologia das Paisagens da Escravidão na Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (1832-1850). Dissertação de Mestrado. UFPEL. Pelotas, 2016.

MOREIRA, André Cavalcante. Hidrovia do Mercosul. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovia-do-mercosul>. Publicado em 26/12/2018. Acesso em 22/06/2019.

MURILHA, Douglas. O Higienismo e a construção dos Matadouros e Mercados Públicos. Pontífica Universidade Católica de Campinas, 2011. Dissertação.

NDVOLU, N. 2017. Fragmented Approach to Governance? Critical Review of the Role Played by Various Government Departments and Agencies in the Administration of Heritage Matters in South Africa. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*. Published Online: 28 February 2017

OLIVEIRA, Ana Lúcia; SEIBT, Maurício. Projeto Jaguar: Inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Jaguarão. Pelotas: UFPel, 1988.

ORSER Jr, Charles. The Archaeology of the African Diáspora. Annual Review of Anthropology. Vol. 27, pp 63-83, 1998.

_____. African American Archaeology. Encyclopedia of Historical Archaeology; New York: Rotledge. pp.11-14, 2002.

OSÓRIO, Helen. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII; Helen Osório (UFRGS), 2008.

_____. O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, séc. XVIII. In: II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2005, Porto Alegre. *Anais. II Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*, 2005.

_____. Guerra y comercio en la frontera hispano-portuguesa meridional – Capitanía del Rio Grande, 1790-1822. In FRANDKIN, Raul. GELMAN, Jorge (orgs.). *Conflictos, Negociaciones y Comercio durante las guerras de independencia latino americanas*. Gorgias Press, 2010.

PESSI, Bruno Stelmach. O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C1846 – C1874). Porto Alegre: UFRGS. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008.

PINTO, Franklin Fernandes. A formação da Fronteira na margem norte do rio Jaguarão: as unidades produtivas rurais como estratégia da coroa portuguesa para a consolidação dos limites (1790-1850). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2015. Monografia.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RIVAS, P. Aproximación a la arqueología afrovenezolana. En: Boletín del Museo Antropológico de Quibor. Nº 7, Museo Antropológico de Quibor. Quibor, Venezuela, pp. 83-98, 2000.

ROCHA, Marcelo Garcia da. Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS), UFPEL, 2014 (Dissertação).

RODRIGUES. Marta Bonow. A vida é um jogo para quem tem ancas. Uma arqueologia das mulheres escravas em Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2015. Dissertação.

ROSA, Estefânia Jaékel. Paisagens Negras: Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

SANCHEZ, Maria Rosa G. Cerámica de cimarrones. Un estudio preliminar en los sitios de cimarrones de la región de Pinar del Río”, Gabinete de Arqueologia. pp. 55-59. 2007.

SANTANA, Anelize. A circulação de mercadorias no contexto do sistema escravista: uma abordagem de arqueologia documental no Jornal Diário de Pelotas (1876-1888). Monografia, Pelotas, UFPEL, 2015.

SANTOS, W. C. da. Patrimônio Cultural dos Espaços Religiosos Afro-Brasileiros: patrimônio subalterno? *Revista Latino-Americana em Cultura e Sociedade*, 2019.

SCHÁVELZON, Daniel. Buenos Aires negra. Arqueologia histórica de una ciudad silenciada. Buenos Aires: Editora Emecé, 2003. Arqueologia de la poblacion afro-argentina: inicio, estado actual y posibilidades. In: Arqueologia Histórica Argentina. Actas Del 1º Congresso Nacional de Arqueologia Histórica. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, pp. 77-85, 2003.

SCHOENAERS, Thomas Aquinas. Três Anos no Brasil. Educat, Pelotas, 2003.

SCHUYLER, Robert. Archaeological Perspectives on Ethnicity in America. Farmingdale, New York, 1979.

SILVA, Tiago Rosa da. Uma Fronteira Negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873). Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2015. Monografia.

SILVEIRA, Josiane Alves da. Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX. Monografia de conclusão do curso de História da FURG. Rio Grande, 2006.

SINGLETON, Theresa Ann. The Archaeology of Slavery in North America. Anual Review of Antropology. Vol 24, pp.129-140, 1995.

_____. Investigando la vida del esclavo en el cafetal del Padre (Investigating slave life on the El Padre coffee plantation). Gabinete de Arqueología Boletín 4(4):4–13. Office of the Historian for the City of Havana, Havana, Cuba. 2005.

_____, SOUZA, M. A. T. DE. Archaeologies of African diaspora: Brazil, Cuba, And United States. IN: MAJEWSKI, T; GAIMSTER, D (EDS.). International handbook of historical archaeology. New York: Springer, p.p. 449-469, 2009.

SLENES, Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Marcos André, A vida escrava portas adentro: uma incursão as senzalas o Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. Maracanan, Rio de Janeiro, V.7. pp. 83-109, 2011.

SOUZA, Marcos A. T. “Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista” in: Jackeline de Macedo; Rubens de Andrade; Carlos Terra. (Org.). *Arqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Book's, p. 34-59, 2012.

SOUZA, Edicleia; BRAUN, Mirian; BARRINHA, Roselaine. O trabalho escravo contemporâneo na América Latina. 8º ECAECO. (Edição Interinstitucional: IFMS, UEMS, UFMS), Ponta Porã, 2016.

SPEIGHT, Joe. Artist Archaeologist Shines new light on slave life. <http://historiccamdencounty.com/ccnews32.shtml>, 2002.

SYMANSKI, Luis Claudio. A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*. 159-198, 2014.

_____; SOUZA., Marcos “O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, volume temático “Patrimônio Arqueológico: o Desafio da Preservação”, v. 33, pp. 215-243, 2007.

_____. *Expressões do Corpo e do Espírito: Cultura Material Escrava em Sítios Rurais do Mato Grosso, séculos XVIII e XIX*. 2001.

SYMANSKI. Luis Claudio. O Domínio da Tática: Práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (mt). *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* Vol. 1 No. 2 Jul – Dez 2007.

_____; GOMES, Flávio, *Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa*. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, pp. 309-317, 2012.

THIESEN, Beatriz Valladão; MOLET, Claudia Daiane e KUNIOCHI, Marcia Naomi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: URGs, pp. 1- 15. 2011.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889). Anais do 9º Encontro Estadual de História. Porto Alegre, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro, UFRJ, PPGH 2013.

_____. “As mãos e os pés do charqueador”: os processos de fabricação do charque e um perfil dos trabalhadores escravos nas charqueadas de Pelotas, Rio Grande do Sul (1830-1885). SÆCULUM- REVISTADE HISTÓRIA[36]; João Pessoa, jan./jun. 2017.

_____. “Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). História (online) 33(2), 540-566, jul/dez. São Paulo, 2014.

VICENTE, Marcos Felipe. . O código de posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o código da Vila de Guarany (1898). In: XII SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC, 2016, Quixadá. ANAIS DA XII SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC, 2016.

VIEIRA JUNIOR, Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). Anos 90- Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul , 2009.

VILLAS BÔAS, Alexandre dos Santos. Formação e Consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS): Políticas Patrimoniais e Desenvolvimento Urbano. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009. Tese.

VITAL, Selma. Sobre sapatos, identidades e símbolos de liberdade. Disponível em: <http://www.ct-escoladacidade.org/contraconduas/editorias/escravismo-imagem-e-letra/sobre-sapatos-identidade-e-simbolos-de-liberdade/> Publicado em 12/07/2017. Acesso em 27/10/2020.

ZARANKIN, Andrés e SALERNO, Melissa. El Sur por el sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología historica en America Meridional. Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Vol, 1, n1, pp.15-48. Belo Horizonte, 2007.

ZARTH. Paulo Affonso. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do Século XIX. Ed. Unijuí, 2002